



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 067 – SÁBADO, 1º DE MAIO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais – PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 47ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001 – Complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios..... 11773

Recebimento do Aviso nº 13, de 2004 (nº 123/2004, na origem), de 23 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela pasta, no mês de março de 2004, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; esclarecendo, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação. . 11773

Recebimento do Aviso nº 14, de 2004 (nº 124/2004, na origem), de 23 do corrente, do Ministério da Fazenda, comunicando não constar, nos meses de janeiro a março de 2004, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios..... 11773

1.2.2 – Parecer

Nº 344, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal; sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Machado, que dá nova redação ao art. 29 da Constituição Federal estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores, proporcional ao número de eleitores; e sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do artigo 29

da Constituição Federal, para estabelecer o número mínimo e máximo de vereadores e o critério de cálculo da proporcionalidade populacional. (Proferido em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 499 e 529, de 2000, de tramitação em conjunto das matérias)..... 11773

1.2.3 – Ofício

Nº 76/2004, de 29 do corrente, do Senador Romeu Tuma, solicitando que conste a sua presença nos trabalhos do Senado no dia de ontem, pelos motivos que expõe..... 11779

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Críticas ao valor anunciado do salário mínimo. Realização, ontem, de sessão especial na Câmara dos Deputados pelos 15 anos de criação do Cfemea e de solenidade de lançamento do livro **Dados Biográficos das Senadoras**, para celebrar o Ano Nacional da Mulher. Defesa da liberação de recursos da Cide para recuperação das rodovias de Mato Grosso. Necessidade de conclusão da Ferronorte..... 11779

SENADOR *PAULO PAIM* – Críticas ao valor anunciado para o salário mínimo e à diferenciação de aumento entre os empregados da ativa e os aposentados e pensionistas. 11782

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Críticas ao valor de R\$260,00 do salário mínimo..... 11787

SENADOR *TIÃO VIANA* – Homenagens à Rede Sarah de Hospitais pelos resultados obtidos no desenvolvimento de suas atividades. 11790

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 517, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando voto de louvor ao Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, extensivo a sua equipe e ao corpo profissional da Rede Sarah, pelo trabalho desenvolvido em prol da comunidade. 11799

Nº 518, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão as informações que menciona. 11799

Nº 519, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos autores do livro “Diretas Já, 15 Meses que abalaram a Ditadura”, Dante de Oliveira e Domingos Leonelli. 11799

1.2.6 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Aplausos às homenagens prestadas pelo Senador Tião Viana à Rede Sarah de Hospitais.....	11800
SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Reiteração das homenagens prestadas pelo Senador Tião Viana à Rede Sarah de Hospitais.....	11800
SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> – Associação às palavras do Senador Tião Viana de homenagem à Rede Sarah de Hospitais.....	11800
SENADOR <i>JOSÉ JORGE</i> – Análise das atividades do MST, em particular, as relativas ao “abril vermelho”, anunciadas por João Pedro Stédile....	11800
SENADOR <i>JOSÉ SARNEY</i> – Comemoração dos 150 anos de inauguração da primeira ferrovia brasileira – Estrada de Ferro de Petrópolis. Incentivo ao setor ferroviário durante seu período de Governo. Importância dos investimentos em infra-estrutura de transportes para o desenvolvimento do País.....	11805
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Considerações à fixação do salário mínimo em R\$ 260,00.....	11811
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Apreciação da política econômica adotada pelo governo federal. O baixo valor do salário mínimo.	11812
SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> , como Líder – A questão do salário mínimo.	11816
SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Comentários à adoção do salário família como alternativa para incrementar o valor do novo salário mínimo. Dificuldade de acesso ao crédito agrícola no Estado de Rondônia. Transcurso do Dia do Trabalhador. Absolução do governador Joaquim Roriz pelo Tribunal Superior Eleitoral. Quarenta anos de fundação do grupo Eucatur.	11817
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Impacto do reajuste do salário mínimo. Críticas ao Programa Primeiro Emprego.	11821
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Críticas ao valor do salário mínimo.	11830
SENADOR <i>LEOMAR QUINTANILHA</i> – Importância das contribuições sociais advindas da atividade de jogos de bingo no Brasil.....	11830
SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> , como Líder – Indignação diante da cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe. Protesto à decisão do TSE no julgamento envolvendo denúncia contra o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e sua vice, Maria Abadia.....	11831

SENADOR <i>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</i> – Apoio à adoção de políticas habitacionais voltadas à população de baixa renda.	11833
--	-------

SENADOR <i>MARCELO CRIVELLA</i> – Passagem dos 150 anos de inauguração da primeira estrada de ferro brasileira. Referências ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti a respeito da cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe. Críticas ao valor do salário mínimo. Superávit da balança comercial.	11834
--	-------

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Estudos do Fotógrafo Platão Arantes que indicam fraude na história de Henri Charrière – Papillon....	11836
--	-------

SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Importância econômica e social dos fundos de pensão.....	11836
---	-------

SENADOR <i>ANTERO PAES DE BARROS</i> – Transcrição de notícia publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 21 de abril do corrente, sobre o escândalo Waldomiro Diniz.	11837
--	-------

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Resenha das matérias apreciadas durante a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura – período de 1º a 30 de abril de 2004.	11839
--	-------

3 – ATAS DE COMISSÕES (PUBLICADAS EM SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO)**4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 757 a 763, de 2004.	11874
------------------------------	-------

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 47ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Mão Santa, Marcelo Crivella e da Sra. Ideli Salvatti*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001 – Complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, do Ministério da Fazenda, os seguintes Avisos:

– **Nº 13, de 2004** (nº 123/2004, na origem), de 23 do corrente, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março de 2004, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

– **Nº 14, de 2004** (nº 124/2004, na origem), de 23 do corrente, comunicando, nos termos do art. 42 da Resolução nº 43, de 2001, não constar, nos meses de janeiro a março de 2004, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os expedientes, anexados ao processado do Aviso nº 9, de 2004, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 344, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal; Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 1999, tendo como Primeiro Signatário o Senador Sérgio Machado, que dá nova redação ao art. 29 da Constituição Federal estabelecendo números mínimo e máximo de vereadores, proporcional ao número de eleitores; e Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2000, tendo como Primeiro Signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 29 da Constituição Federal, para estabelecer o número mínimo e máximo de vereadores e o critério de cálculo da proporcionalidade populacional (Proferido em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 499 e 529, de 2000, de tramitação em conjunto das matérias.)

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Retorna ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, que altera o art. 29 da Constituição Federal, em razão da aprovação dos requerimentos nºs 499 e 529, de 2000, que determinam a tramitação conjunta dessa com as de nºs 42, de 1999, e 26, de 2000.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, oriunda da Câmara dos Deputados e de autoria do ex-Deputado Genebaldo Corrêa, conta com dois artigos: o primeiro determina a supressão do inciso IV do art. 29 da Constituição e faz acrescer a esse artigo parágrafo único, que dá nova disciplina constitucional à questão do número de integrantes das câmaras

municipais. O art. 2º determina que essa nova norma constitucional se aplica às eleições de 1992.

A PEC nº 42, de 1999, também modifica a fixação do número de Vereadores e acrescenta um inciso (XV) ao art. 29 da Carta Magna, determinando que o afastamento compulsório do Prefeito, para fins de apuração de responsabilidade, pelo prazo máximo de 180 dias, bem como o seu julgamento, devem ser aprovados pelo voto nominal de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

A PEC nº 26, de 2000, ao tempo em que altera a fixação do número de Vereadores, tendo em vista a população dos municípios, insere um parágrafo ao mesmo dispositivo (art. 29), dispondo que a Lei Orgânica do Município poderá estabelecer um número de Vereadores inferior ao limite estabelecido no inciso IV.

II – Análise

Inicialmente, é importante registrar que, quando da aprovação dos Requerimentos nºs 499 e 529, de 2000, a PEC nº 7, de 1992, já havia sido aprovada, em primeiro turno, pelo Plenário do Senado Federal. Entretanto, com a sua tramitação em conjunto com proposições que não tinham sequer sido, ainda, objeto de exame por esta Comissão, retomou a primeira proposta ao mesmo estágio de tramitação das demais.

A PEC nº 7, de 2002, conta com prioridade regimental sobre as demais, em razão do disposto na alínea a do inciso II do art. 372 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo qual tem preferência o projeto da Câmara sobre o do Senado.

Além disso, entendemos que, no mérito, a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, atende, com maior propriedade, aos interesses dos municípios, e homenageia, na mesma proporção, o tão profligado princípio da autonomia municipal.

Com efeito, a Constituição Federal confere autonomia aos municípios. Entretanto, diversas emendas constitucionais, leis ordinárias e complementares e mesmo decisões judiciais tem implicado severas restrições à afirmação prática desse princípio, em prejuízo do próprio regime democrático.

Ao estabelecer novos paradigmas constitucionais para a definição do número de vereadores, e conferir aos municípios competência para disciplinar a matéria, dentro dos limites que a Constituição define, a PEC nº 7, de 1992, prestigia o regime democrático pela via do fortalecimento dos municípios, do poder local.

A matéria é hoje disciplinada pela Constituição no inciso IV do art. 29, que a proposição ora apreciada suprime, enquanto acresce parágrafo único ao mesmo artigo, com os mesmos propósitos. O assunto ganha atualidade com a recente decisão do Supremo Tribunal

Federal no Recurso Extraordinário nº 197.917, secundada pela Resolução nº 21.702, de 2 de abril de 2004, do Tribunal Superior Eleitoral, que definem, com precisão aritmética, o número de vereadores que cada município pode ter e reduzem em quase 9.000 o número total de membros das câmaras municipais no País.

A proposição tem longa história no Senado Federal. Ainda em 1992 o então Senador José Fogaça elaborou parecer pela aprovação. Entretanto, a aprovação de um requerimento, de autoria do Senador Ney Maranhão, adiou a votação, com o objetivo de discutir, nesta CCJ, a constitucionalidade do art. 2º da PEC, em face do disposto no art. 16 da Constituição, pelo qual a mudança da regra do jogo eleitoral somente se aplica ao pleito que se realizar um ano depois.

Essa questão, no presente momento, está superada, uma vez que as eleições de 1992 já ocorreram e a elas aplicou-se a disciplina constitucional e legal vigente um ano antes, em respeito ao princípio constitucional a que se refere o citado art. 16. Por essa razão, o art. 2º da PEC nº 7, de 2002, restou prejudicado, sem prejuízo da apreciação do art. 1º cujo teor motivou a apresentação desta proposta legislativa.

Parece-nos, inclusive, desnecessária nova referência ao art. 16 da Constituição Federal. Isso porque confirmação da regra não requer menção explícita, na nova norma constitucional. A sua exceção, caso praticada, é que exigiria a referência constitucional expressa. Esse fato certamente geraria controvérsias, mas a prejudicialidade do art. 2º da proposição nos poupa da polêmica.

Registre-se, por dever de ofício, que a proposição, na parte que remanesce, é certamente constitucional e jurídica, e nada há, quanto aos limites formais e materiais da reforma da Constituição, que possa obstar o seu livre exame pelo Senado Federal.

Impõe-se, apenas, proceder a ajustes de redação no comando de seu art. 1º, inclusive, por exigência técnica, para separar a cláusula revogatória nele incluída, sem alterar o texto que se pretende introduzir na Lei Maior.

Nosso parecer, portanto, é pela aprovação da PEC nº 7, de 2002, com duas emendas de redação, restando prejudicadas as demais a ela apensadas.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2002, adotadas as emendas de Redação que se seguem, e pelo arquivamento das PEC nºs 42, de 1999, e 26, de 2000:

EMENDA Nº 1 (DE REDAÇÃO)– CCS

Dê-se ao comando do art. 1º da PEC nº 7, de 1992, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

‘Art. 29.
Parágrafo único.....(NR)”

EMENDA Nº 2 (DE REDAÇÃO) – CCJ

Dê-se ao art. 2º da PEC nº 7, de 1992, a seguinte redação:

“Art. 2º Revoga-se o inciso IV do art. 29 da Constituição Federal.”

Sala da Comissão, 28 de abril de 2004. – Presidente, Relator.

Sala da Comissão, 28 de abril de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Jefferson Peres**, Relator – **Tião Viana** – **Antônio Carlos Valadares** – **Garibaldi Alves Filho** – **João Batista Motta** – **Pedro Simon** – **Antonio Carlos Magalhães** – **José Jorge** – **Jorge Bornhausen** – **Efraim Morais** – **Tasso Jereissati** – **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 14-9-93:

“Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.”

.....
Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 4-6-97:

“II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;”

III – posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV – número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“V – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;”

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 14-2-00:

“VI – o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

“VII – o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município;

(*) Renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

“VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;”

(*) Renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

IX – proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembléia Legislativa;’

(*) Renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

“X – julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;”

(*) Renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

“XI – organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;”

(*) Renumerada pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

“XII – cooperação das associações representativas no planejamento municipal;”

(*) Renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

“XIII – iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;”

(*) Renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31-3-92:

“XIV – perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.”

Artigo incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 14-2-00:

“Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I – oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes:

II – sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;

III – seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes;

IV – cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes.

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I – efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II – não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.”

.....

VOTO EM SEPARADO
DO SENADOR TIÃO VIANA
SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Trata-se de proposta de emenda à Constituição que visa suprimir o inciso IV do art. 29 e acrescentar-lhe parágrafo; com a supressão, pretende-se expungir do Texto Constitucional dispositivo que estabelece, em suas alíneas, faixas para composição das Câmaras Municipais, reservando-se às respectivas leis orgânicas a competência para fixar o exato número de vereadores para cada município, observados a proporcionalidade em relação à população local e os limites dispostos no mencionado inciso IV; com o acréscimo, outorga-se a competência em questão aos tribunais regionais eleitorais, adotando-se novos patamares para o fim de determinação, para cada burgo, do seu número de edis.

A matéria, como bem esclarece o Senador Jefferson Peres, seu relator, tramita em conjunto com as PECs nºs 42, de 1999 e 26, de 2000, Sua Excelência, ao analisá-las, opina, de plano, pela prejudicialidade das duas últimas, concentrando-se no exame da primeira que se “originou na Câmara dos Deputados, além de ser a mais antiga”.

Sem prejuízo do debate sobre o seu mérito, cumpre esclarecer que, caso não se logre aprovar a proposição em apreço, incidirá, de imediato, o interdito previsto no § 5º do art. 60 da Constituição Federal. Vale lembrar, por oportuno, que, nessa mesma quadra, a Câmara dos Deputados se devota ao debate de proposição análoga, a saber, a PEC nº 353-A, de 2001 – que tem o Deputado Augusto Nardes como primeiro signatário. Na última terça-feira, a comissão especial daquela Casa aprovou emenda substitutiva

à proposição original que, ao que tudo indica, prece galvanizar apoio em todos os partidos políticos ali representados. Assim, a rejeição da matéria em foco inviabilizaria o acolhimento, nessa sessão legislativa, de proposição de mesmo escopo, em tomo da qual se articula largo consenso.

Como se sabe, a questão vem à baila, em razão da celeuma provocada pela decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 197.917, dando provimento a apelo do Ministério Público do Estado de São Paulo contra dispositivo da Lei Orgânica do Município de Mira Estrela que fixava em 11 o número de vereadores daquele ente municipal. Na oportunidade, seguindo o princípio da proporcionalidade, o STF adotou o entendimento de que os municípios têm direitos a um vereador para cada 47.619 habitantes, para os municípios situados na faixa de até um milhão de habitantes (alínea *a* do inciso IV do art. 29, CF).

Em decorrência, o TSE adotou a Resolução nº 21.702, de 2004, que reproduz tabela elaborada pelo Ministro Maurício Corrêa, relator do mencionado recurso extraordinário, à guisa de observância do princípio da proporcionalidade. Ocorre que dita tabela ofende o próprio princípio que a teria motivado. Com efeito, é de se notar que da faixa de 20 vereadores, prevista para municípios de população entre 523.810 a 571.428 habitantes, salta-se para vinte e um vereadores para a dilatada faixa de 571.429 a 1.000.000 habitantes, onde, a toda evidência, não se observa a regra de um vereador para cada 47.619 habitantes.

Por outro lado, a PEC em apreço desloca a atribuição de fixação do número de vereadores para a Justiça Eleitoral, o que não se verifica nem na decisão do STF, nem na Resolução do TSE, que apenas traçam diretrizes de adequação para as leis orgânicas municipais. Neste caso, a proposição sob exame poderia estar eivada de inconstitucionalidade, por ofensa ao inciso I do § 4º do art. 60, da Constituição Federal, ao buscar subtrair atribuição dos municípios, entes federativos que são, nos termos do art. 1º **caput**, da Lei Maior. E o que é pior: ainda que se reconheça que as faixas estabelecidas na PEC nº 7, de 1992 são razoáveis, ficaria no âmbito da discricionariedade da Justiça Eleitoral estabelecer “sub-faixas”, de acordo com intervalos populacionais, para que se obedeça, rigorosamente, ao princípio da proporcionalidade. E aqui poderemos nos deparar com critérios diferenciados entre diferentes tribunais regionais eleitorais.

Ademais, na medida em que o relator conclui pela aprovação de substitutivo, a aprovação da matéria, pelo Plenário, nos termos propostos, não conduziria à sua pronta promulgação, mas a ulterior exame pela Câmara dos Deputados (art. 331 combinado com art. 372, do RISF), sem que se possa confiar em uma rápida deliberação a seu respeito. Poder-se-ia, é ver-

dade, preconizar a chamada promulgação “fatiada”, adotada na Emenda Constitucional nº 21, de 1999 e repetida nas Emendas Constitucionais nº 41 e 42, ambas de 2003. Há precedente autorizativo, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (ADIN nº 2031-5/DF). Mas, neste caso, o relatório precisaria ser alterado, quanto às suas conclusões.

Por todo exposto, julgo ser adequado que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aja com maior prudência e economicidade no exame desta matéria, otimizando o debate pela via do sobrestamento da sua tramitação, até que se ultime na Câmara dos Deputados a votação da PEC nº 353-A, de 2001, nos termos do art. 335, inciso III, combinado com o art. 133, inciso V, alínea *d*, do Regimento Interno. Não prosperando este encaminhamento, opino pela rejeição da matéria, por considerá-la inconstitucional, embora reconheça seus méritos na busca de solução para um grave problema emergencial. — Senador **Tião Viana**

Documentos anexados pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, de autoria do então Deputado Genebaldo Correia e outros 179 ilustres membros da Câmara dos Deputados na legislatura anterior, altera o art. 29 da Constituição Federal.

A proposição suprime o inciso IV do artigo 29 da Constituição Federal, renumerando-se os remanescentes, acrescenta parágrafo único ao mesmo artigo, modificando os quantitativos para a fixação do número de vereadores, atribui à Justiça Eleitoral a competência para fixar o número de vereadores e estabelece que os novos critérios sejam observados nas eleições municipais realizadas em 3 de outubro de 1992.

Segundo a sua justificação, visa a proposta a permitir a melhor adequação da composição numérica das Câmaras Municipais ao critério proporcional à população.

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados e, em primeiro turno, pelo Senado Federal, em 12 de agosto de 1992, sendo despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 375 e 376, de 1993, de autoria, respectivamente dos então Senadores Ney Maranhão e Cid Sabóia de Carvalho, que entendiam estar a PEC prejudicada, em razão de ter sido colocada em votação, em segundo turno, após a realização das eleições de 1992.

O inciso IV do art. 29 da Constituição, que se pretende suprimir, e o parágrafo único, que se acrescenta, tratam do mesmo assunto, critérios para a fixação do número de vereadores. Um quadro comparativo entre a situação atual e a alteração proposta com a redação aprovada pela Câmara, permitirá melhor compreensão:

Redação atual	Alteração Proposta
Art. 296.....	Art. 296.....
IV – número de vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:	Parágrafo único. O número de vereadores será fixado pelos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, em números ímpares e proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:
a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos municípios de até um milhão de habitantes;	a) mínimo de 9 (nove) e máximo de 17 (dezesete) nos Municípios de até cem mil habitantes;
	b) mínimo de 19 (dezenove) e máximo de 21 (vinte e um) nos Municípios de mais de cem e menos de trezentos mil habitantes;
	c) mínimo de 23 (vinte e três) e máximo de 31 (trinta e um) nos Municípios de mais de trezentos mil e menos de um milhão de habitantes;
b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;	d) mínimo de 33 (trinta e três) e máximo de 41 (quarenta e um) nos Municípios de mais de um milhão de menos de cinco milhões de habitantes;
c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;	e) mínimo de 43 (quarenta e três) e máximo de 55 (cinquenta e cinco) nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes.

É o relatório.

II – Voto

Em nosso entendimento, a prejudicialidade, na forma do disposto no art. 334 do Regimento Interno, não atinge toda a proposição, mas, tão-somente, a partir de seu art. 2º que trata da aplicação da emenda às

eleições de 3 de outubro de 1992. Assim, a proposição pode continuar tramitando, suprimindo-se a expressão “aplicando-se às eleições municipais marcadas para o dia 3 de outubro de 1992”, constante do seu art. 2º, por estar prejudicado.

Restaria verificar a aplicação dos critérios previstos na PEC às próximas eleições municipais de 3 de outubro de 1996, em razão do disposto no art. 16 da Carta Magna, **verbis**:

“Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.”

De início, entendemos que o dispositivo constitucional é aplicável a emendas constitucionais que não prevejam o contrário, expressamente. A expressão “a lei”, constante do art. 16 da Lei Maior, não se refere à lei formal, mas à lei, no sentido material. Tal entendimento parece-nos claro numa análise da finalidade do dispositivo que é o de garantir que as normas que presidam às eleições sejam equânimes. Conforme Celso Ribeiro Bastos, **in** “Comentários à Constituição de 1988”:

“Se a lei for aprovada já dentro do contexto de um pleito, com uma configuração mais ou menos delineada, é quase inevitável que ela será atraída no sentido dos diversos interesses em jogo, nessa altura já articulados em candidaturas e coligações. A lei eleitoral deixa de ser aquele conjunto de regras isentas, a partir das quais os diversos candidatos articularão as suas campanhas, mas passa ela mesma a se transformar num elemento da batalha eleitoral.”

Certamente, também, vale registrar que o art. 16 não é cláusula pétrea e pode ser modificado ou mesmo revogado por uma PEC. Não é, entretanto, o caso da presente PEC nº 7, de 1992, com relação às eleições de 1996. E, em vista do disposto no art. 363 do Regimento Interno, isto não pode ser acrescentado, uma vez que não é permitido o oferecimento de emendas de mérito na votação do segundo turno.

Assim, em nosso entendimento, não está a PEC nº 7, de 1992, prejudicada em sua totalidade, mas, tão-somente, em parte de seu art. 2º, podendo prosseguir em sua tramitação. Por outro lado, parece-nos, igualmente, que, se aprovada, ela não poderá aplicar-se às próximas eleições de 3 de outubro de 1996, por não abrir exceção expressa ao disposto no art. 16 da Carta Magna e por não poder sofrer alteração de mérito, uma vez que já foi votada em primeiro turno.

Ante o exposto, votamos pela continuidade da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, com a supressão da expressão “aplican-

do-se às eleições municipais marcadas para o dia 3 de outubro de 1992”, constante do seu art. 2º, por estar prejudicada.

Sala das Comissões, – **Jefferson Péres**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A matéria a que se refere o parecer que acaba de ser lido será incluída em Ordem do Dia oportunamente, para votação em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 76/2004

Brasília, 29 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Com as expressões de meu apreço, dirijo-me a V. Exª para registrar, mais uma vez, perante essa Presidência e a Casa a minha presença nos trabalhos do Senado no dia de ontem.

Estive presente na reunião do meu Partido da Frente Liberal - PFL e, na qualidade de Primeiro-Secretário, participei de várias reuniões dos órgãos administrativas da Casa. Na Sessão extraordinária do Senado integrei a Mesa dos trabalhos e, algumas vezes, exercido a Presidência.

Nessa mesma Sessão do Senado, tive também a oportunidade de fazer o registro da minha participação na Câmara dos Deputados, como palestrante, do encontro dos oficiais das Forças Armadas sobre “Políticas Estratégicas”, ocorrido no dia 27 último.

Não obstante isso, Senhor Presidente, para atender compromissos parlamentares fora desta Casa, não foi possível registrar o meu voto em Plenário relativo à Medida Provisória sobre o COFINS, em virtude da deliberação, de última hora, para a votação nominal, o que muito lamentei.

Assim, não sem antes de manifestar, mais uma vez, esse meu desagrado, peço que fique registrado o fato perante essa Presidência.

Aproveito o ensejo, para renovar a V. Exª os meus protestos de elevada estima e consideração. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há oradores inscritos.

Por cessão do Senador Antonio Carlos Magalhães, estava este orador inscrito em primeiro lugar. Mas, em razão de permuta com a Senadora Serys Slhessarenko, concedo a palavra à nobre Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da

oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje eu gostaria de abordar vários temas. Em primeiro lugar, quero dizer que o salário mínimo de R\$260,00 é inaceitável. Os brasileiros e as brasileiras que vivem com salário mínimo têm a sua condição de vida realmente aviltada – se R\$240,00 não são suficientes para a alimentação de uma família de quatro ou cinco pessoas, quanto mais para famílias maiores.

O Presidente Lula, em toda sua história, sempre deixou muito claro e propalado que a vida dos mais despossuídos deste País precisa mudar, precisa melhorar. Nessa questão, existem dois veios: um é o daqueles que recebem salário mínimo, que é pouco, muito pouco; e outro é o daqueles que não têm nada, que praticamente não possuem salário ou que recebem menos que um salário mínimo.

Senador Paulo Paim, convivo com V. Exª há um ano e pouco no Senado, mas conheço a sua história há muito tempo, como companheiro de partido e por meio da imprensa. Trata-se de uma história de lutas, travadas por V. Exª cada vez mais bravamente, com relação a vários aspectos, mas especialmente no que se refere ao salário mínimo. Durante vários anos, na Câmara Federal, V. Exª lutou por essa causa extremamente nobre e justíssima.

Realmente acreditamos, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, que, quando a proposta do salário mínimo chegar a esta Casa – refiro-me ao Congresso Nacional, tanto ao Senado quanto à Câmara –, será possível encontrarmos, Senador Mão Santa – que gosta tanto de usar da palavra, mas é sempre refreado pelo art. 17 –, saídas alternativas, fontes de recursos que realmente possibilitem ao nosso Governo melhorar esse salário mínimo de R\$260,00, que é realmente inaceitável.

Ao recebermos a propositura do Governo, Senador Heráclito Fortes – que, neste instante, faz um gesto confirmativo –, encontraremos fontes alternativas de recursos que indicaremos para o nosso Governo a fim de melhorar esse salário mínimo. Não tenho dúvida, Senador Valdir Raupp – que também demonstra sua concordância –, de que precisamos, sim, que o salário mínimo atinja um patamar superior aos R\$260,00, que, reitero, é inaceitável.

Gostaria também de me referir rapidamente a dois eventos que ocorreram ontem relativos à nossa luta acerca da questão de gênero, da questão da mulher. Realizou-se uma sessão especial na Câmara dos Deputados, por requerimento da nossa Deputada Iara Bernardes – uma mulher de muita luta, de longo histórico, especialmente na questão de gênero –, destinada à comemoração dos 15 anos de luta do Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Realmente, a partir do surgimento dessa organização, o movimento de mulheres no Brasil tomou uma direção muito firme e determinada na defesa dos interesses, necessidades e aspirações da mulher brasileira. O Cfemea vem realizando fundamentalmente um trabalho diário e determinado contra a discriminação, seja na família, no trabalho, na política, contra a mulher, de um modo geral, bem como um trabalho de mobilização e muita organização visando, ao menos, à redução da violência contra a mulher.

Como afirmo sempre, a violência contra a mulher, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não significa apenas espancamento, assassinato, mas também a violência psicológica que a mulher brasileira sofre permanentemente.

Aliás, o Brasil é o terceiro país no mundo em termos de violência contra a mulher, que vai da humilhação no dia-a-dia ao desrespeito que sofremos simplesmente pelo fato de sermos mulheres. Isso precisa acabar. A cada 15 segundos, uma mulher sofre um procedimento de violência em nosso País.

A passagem dos quinze anos da organização Cfemea realmente é motivo de alento, de alegria, de satisfação, mas, fundamentalmente, de esperança de que as coisas estejam mudando e de que vão mudar muito mais celeremente neste País com relação à discriminação e à violência contra a mulher.

O Cfemea é uma organização não-governamental, e o Congresso Nacional, como organização governamental, entrou para valer nessa luta ao estabelecer, de princípio, por princípio, o ano de 2004 como o Ano Nacional da Mulher. Aliás, o Deputado Maurício Rabelo – não me canso de falar – foi o autor dessa lei, aprovada pelo Congresso Nacional, que hoje o Senado da República e a Câmara dos Deputados levam avante.

Ontem ainda, só para acabar de falar sobre o assunto, tivemos uma solenidade, no Arquivo do Senado Federal do nosso País, com a presença do Senador José Sarney – que, aliás, como Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, tem estimulado, incentivado e contribuído permanentemente para que o Ano Nacional da Mulher, naquilo que depende do Senado da República, seja respeitado prontamente –, de lançamento de um livro, que se encontra sobre a minha bancada, que traz a biografia das Senadoras, das mulheres que já ocuparam cadeiras no Senado da República do nosso País.

Em todo o tempo, desde que o Senado é Senado em nosso Brasil, tivemos, Sr^{as} e Srs. Senadores – passem –, apenas 28 mulheres Senadoras, sendo que a primeira foi a Senadora Eunice Michiles, em 1979. É pouco, pouquíssimo. Nunca tivemos tantas mulheres como temos hoje – temos 10% das cadeiras –, mas

vamos conquistar 50%! Só isso. Sabemos e temos certeza de que os Srs. Senadores nos darão o maior apoio, pois, afinal de contas, somos 52% da sociedade e mães dos outros 48%.

Precisamos, sim, ter poder político. Precisamos conquistar esse espaço não só no Senado, mas na Câmara, porque o índice naquela Casa é ainda menor. Precisamos também conquistar esse espaço nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras e nos Governos dos Estados e, um dia, com certeza, chegar à Presidência da República do nosso País.

Queremos poder político, sim, de igual por igual com os companheiros homens – nem mais nem menos, apenas igual.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Serys, V. Ex^a faz um pronunciamento que, tenho certeza, é louvado por toda a Nação, pela sua coerência. Iniciou dizendo que o salário mínimo de R\$260,00 é inaceitável. Concordo plenamente com V. Ex^a. Se é o possível, é outra questão, mas é inaceitável. V. Ex^a está coberta de razão. É difícil para o Partido de V. Ex^a explicá-lo exatamente pela construção das promessas feitas ao longo do tempo. Lembro – não vou citar nomes para não ser grosseiro – que alguns dos atuais defensores do salário mínimo de R\$ 260,00 são os mesmos que, recentemente na oposição, diziam que o Governo anterior não aumentava o salário mínimo por comprometimento com o FMI, porque era o FMI que monitorava as questões da economia brasileira. São as mesmas pessoas. A mudança de discurso e de comportamento é que faz com que a credibilidade do homem público, às vezes, seja sentida e notada pela opinião pública. V. Ex^a defende um Governo que tomou uma medida com a qual não concorda e tem a autoridade de vir a esta tribuna dizê-lo. Nada mais lógico, nada mais justo e nada mais democrático. Louvo V. Ex^a por essa atitude. Lamento apenas pelos desmemoriados, que combatiam das maneiras mais diversas possíveis o que governos recentes fizeram com relação à questão do mínimo e que hoje procuram defender esse aumento mínimo, mínimo, mínimo, dado pelo Governo. Até concordo que foi o possível para o Governo, mas seria leviandade da minha parte dizer que o Governo do PT, o Governo Lula, só deu esse aumento porque está sendo também monitorado pelo FMI. É bom que essas coisas ocorram, porque, segundo o Eclesiastes – que o Mão Santa cita com muita propriedade –, “o homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada”. Quantos têm sido vítimas disso? Parabenizo V. Ex^a pela atitude e pela imortalidade, a partir de ontem, com esse livro sobre as mulheres,

que vem da pioneira Eunice Michiles até V. Ex^a, que o Pantanal nos mandou para o Senado Federal, com direito de o Brasil todo admirar. Obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Obrigada, Senador. Preciso ser rápida, porque quero falar de outros assuntos e o meu tempo urge. Todo o Brasil precisa ter esclarecido que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva é do Partido dos Trabalhadores, do meu Partido, mas que o Governo é muito mais amplo que o PT. Ninguém tem dúvida de que a coalizão – às vezes, quase uma colisão – de forças para governar realmente dificulta, e muito. Não tenho dúvida disso. Sei também que as forças do grande capital neste País estão muito satisfeitas com o salário mínimo divulgado ontem, pelas declarações que se ouviu pela imprensa. Portanto, também não vamos entrar nesse faz-de-conta, pois sabemos que os trabalhadores querem, precisam e exigem um salário mínimo melhor. Sabemos que o Partido dos Trabalhadores teve sempre um discurso, e continua tendo, por convicção, de que o salário mínimo precisa ser melhor, mas temos também convicção de que as forças do capital estão determinadas e de que esse salário mínimo está de bom tamanho para eles.

Não vamos ser falsos e dizer que estamos descontentes com esse salário na fachada, pois, lá por trás, há muitas pessoas satisfeitas, porque não queriam que aumentasse mesmo. Ponto. Não vou poder mais discutir salário mínimo agora, porque tenho dois assuntos extremamente relevantes para falar no dia de hoje.

Concedo, pedindo que seja breve, o aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Serei muito breve, apenas quero concordar com V. Ex^a e dar um exemplo prático. Em Palmas, temos uma Prefeita, professora como V. Ex^a e mulher. O salário mínimo da Prefeitura de Palmas já é, desde dezembro, R\$300,00. Isso demonstra bem a sensibilidade da mulher e a importância do seu papel. Não há Estado que tenha no Tribunal de Justiça tantas Desembargadoras e tenha tantas Secretárias de Estado como o nosso Tocantins. Senador Paulo Paim, Senadora Serys Slhessarenko, desta vez, não há emenda paralela com relação ao salário mínimo. Então V. Ex^{as} que se fiaram e que ficaram numa situação de esperança por terem apoiado a PEC Paralela, em relação ao salário mínimo, terão a oportunidade, sem nenhum atalho, de deixar clara essa posição que V. Ex^a afirma da tribuna.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Eduardo Siqueira Campos. V. Ex^a ainda não estava presente quando declarei que era inaceitável o valor do atual salário mínimo e que tenho certeza de que, chegando ao Congresso Nacional a propositura do

Governo, buscaremos juntos, Câmara e Senado, encontrar recursos para elaborarmos um substitutivo e melhorarmos o valor do salário mínimo. Tenho certeza disso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko,

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, daqui a pouco lhe concedo um aparte, mas deixe-me falar rapidamente, porque o meu tempo está terminando e o Presidente está me olhando dali.

Preciso falar, hoje, sobre a questão das estradas. Há pessoas que dizem que não agüentam mais me ver aqui, nesta tribuna, falando de estradas. Ocorre que no meu Estado de Mato Grosso, a situação é precária, é difícil, é quase insustentável.

Como parou de chover agora, ou aplicamos recursos agora para conserto dessas estradas, restauração e conservação, ou ela estarão intransitáveis na próxima arranca safra. Portanto, Ministro Palocci, é necessária a liberação de pelo menos 10% da Cide já! Principalmente para pagamento de dívida infame com os empreiteiros, remanescente do Governo anterior, contraída em 2000, 2001 e 2002.

O orçamento é razoável para 2004, mas tem que haver recurso para pagar os atrasados, sob pena de serem retiradas as máquinas das estradas. Se isso ocorrer, mesmo que se coloquem em dia esses pagamentos atrasados, até que os trabalhos se reiniciem os trabalhos, em 2004, a situação das estradas ficará insustentável.

Precisamos, Ministros Palocci, da Fazenda, e Alfredo Nascimento, dos Transportes – pessoa que tem se mostrado extremamente sensível e com muita vontade e determinação – de resultados concretos, da liberação imediata de, no mínimo, 10% da famigerada Cide. Foram arrecadados R\$17 bilhões com a Cide, mas R\$7 bilhões já foram usados. Há ainda R\$10 bilhões. Assim, liberem os 10% e sanaremos as dívidas do passado na área dos transportes.

Nesta semana, estive presente à sessão da Câmara em que foram muito discutidas a situação das ferrovias. Em Mato Grosso, a Ferronorte, não é um problema, mas a solução. A Ferronorte já chegou ao Alto Taquari e ao Alto Araguaia. Ela tem que chegar agora a Rondonópolis. Está começando a caminhar, mas, para isso, precisamos também da liberação dos recursos já determinados para a sequência da Ferronorte até Rondonópolis, Cuiabá e Diamantino. Com isso, teremos dado o grande salto, Senador Heráclito Fortes: a ferrovia Ferronorte no Estado de Mato Grosso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, conceder-lhe-ei o aparte, mas ainda preciso falar um minuto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Faltam dezesseis segundos para fim do seu tempo, e o Presidente tem sido um escravo do Regimento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª cultua a arte. No dia de hoje, queria ser um poeta, um artista. O quadro está lindo: a bandeira do Brasil e a mulher Serys. Olhem as cores: S. Exª trocou o vermelho pelo verde. Que beleza! S. Exª está igual à bandeira brasileira: nos brancos, o amarelo; o branco; o verde; e o azul está no sorriso de S. Exª, que representa a beleza da mulher brasileira. Senadora Serys Slhessarenko, quero adverti-la. Para todos nós do Brasil, V. Exª é uma vitoriosa. Para chegar a esta Casa, V. Exª não venceu qualquer um, não. V. Exª venceu um extraordinário líder das Diretas Já. Sua vitória foi extraordinária. V. Exª não nos surpreende pela sua competência e bravura. A mulher foi brava na crucificação de Cristo. Todos nós falhamos, Paim. Todos os homens falharam. Anás, Caifás, Pilatos, políticos como nós. O pai José, Pedro, os apóstolos, todos falharam. E as mulheres estavam lá, corajosas: a mulher de Pilatos, Verônica e outras. Quero advertir V. Exª. Atente bem. V. Exª tem o que o apóstolo Paulo disse: fé, esperança e amor. A esperança está no seu traje. Mas recorde – lamento trazer o final de minhas palavras – a PEC Conceição. Já a enganaram uma vez, não se deixe enganar outra vez.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Não vou ser enganada pela PEC. Ela será aprovada sim! A tal da PEC paralela será aprovada sim! Estou convicta, convencida de que vai ser aprovada sim! Em meados de maio, ela estará aprovada. Aguardem. Ela terá que ser aprovada sim. É uma das questões que estamos permanentemente cobrando aqui, todos os Srs. Senadores, especialmente, mais uma vez cito, o nobre Senador Paulo Paim.

Para encerrar, porque meu tempo acabou, o Senador Mão Santa tomou um pedaço dele no final, eu gostaria de dizer que o meu pronunciamento hoje deveria se restringir à questão do cooperativismo. Ontem houve uma reunião do cooperativismo de crédito aqui em Brasília, com representação do Brasil inteiro, e eu gostaria de fazer um pronunciamento exclusivo a esse respeito. Espero que na próxima semana eu conquiste tempo nesta tribuna para assim proceder.

Quero aqui fazer uma saudação muito especial ao cooperativismo de crédito que já se encontra estabele-

cido em vários Estados do Brasil, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, dentre alguns Estados. E precisa ser estimulado. Aí está, eu diria, a grande alternativa, a grande saída para o nosso País. É no cooperativismo em sentido amplo, da produção ao de crédito.

Infelizmente já passam 4 minutos do meu tempo, e não vou poder fazer o meu pronunciamento a esse respeito hoje, mas quero dizer que é nisso que acreditamos. Tenho certeza de que precisamos cada vez mais nos mobilizar como Congresso Nacional brasileiro para legislarmos a favor do avanço do cooperativismo no Brasil.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB - TO) – Antes de anunciar o próximo orador inscrito, o nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, a Presidência deseja destacar a presença do Deputado João Silva Neto, sobrinho do nosso Senador Alberto Silva, que integra a equipe do Governo do Estado do Tocantins. Já representou também o Piauí, aqui, em Brasília, na condição de Secretário representante. E para nós, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra a presença de V. Exª na nossa tribuna de honra.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim. V. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Srªs e Srs. Senadores, especialmente hoje o País acordou perplexo porque se falava de um salário mínimo entre R\$260,00 e R\$300,00. É claro que aqueles movidos pela boa-fé acreditavam que o valor poderia ficar entre R\$280,00 a R\$290,00, mas nunca R\$260,00. É inacreditável.

E, para não dizer que apenas o Senador Paulo Paim e a Senadora Serys Slhessarenko, da base do PT, que têm um jeito meio de rebelde, quero me socorrer das palavras do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Luiz Marinho, que disse que era um erro político, social e econômico e que estava decepcionado com esse valor. Eu digo isso para que fique bem claro que esse não é um entendimento apenas meu.

Mas eu fiquei mais preocupado, ainda, quando, hoje pela manhã, ao ler os jornais, percebi que a situação era ainda mais grave. E por quê? Aos aposentados e pensionistas – eu, ainda, quero confirmar, Senador Heráclito Fortes, porque não quero acreditar – vai ser dado 50% do correspondente à inflação, o que equiva-

le a 4,8%. Ora, recentemente a Justiça deu ganho aos aposentados. E se diz que há uma dívida de 12 bilhões! Para que dizer isso? É outro desgaste e um prejuízo político que amanhã ou depois vão ter que pagar. Como é que se vai dar para o salário mínimo um índice qualquer e para o aposentado a metade? Não tem sentido. Na minha avaliação, perde aqui dentro e perde no Supremo. Quando a reforma da Previdência foi encaminhada a esta Casa, eu disse: da forma como veio, não passa na Câmara e não passa no Senado. A Câmara alterou. E, aqui nesta Casa, o Senador Eduardo Siqueira Campos foi feliz quando disse: “Agora não tem PEC Paralela”. E aqui no Senado só passou devido à PEC Paralela, ainda com as alterações e uma série de modificações que vinham de encontro aos interesses dos trabalhadores como: paridade, transição, sub-teto, aposentadoria para as donas-de-casa, vínculo do desempregado, controle social. Agora não tem PEC Paralela.

Quero ir mais além, Senador Mão Santa e Senador Eduardo Siqueira Campos. Circula na Casa, e jornalistas vieram me perguntar, a seguinte análise. Diz-se que “não, não tem problema. É só dar para o Deputado e para o Senador mais um cargo, ou liberar algumas emendas para a sua região que ele vota contra qualquer avanço no salário mínimo. Quero dizer que não acredito, não acredito. Não acredito que um Deputado ou um Senador vá votar contra mais de 100 milhões de trabalhadores – aposentados e pensionistas que estão incluídos neste cálculo – porque recebeu um cargo ou porque liberaram sua emenda. Não acredito. Isso seria o fim do homem público. Por isso estou muito esperançoso de que tratemos a medida provisória do salário mínimo como se tratam todas as medidas provisórias nesta Casa que interessam principalmente ao grande capital de banqueiros e de outros tantos. Não houve uma medida provisória, que eu lembre, nos últimos tempos, que não tenha sido alterada. Por que essa, que favorece os pobres, os assalariados, os que passam fome, os miseráveis, não pode ser alterada? Quero aqui fazer um depoimento, não contra o Governo, não um depoimento de quem é a favor da Oposição ou da situação. Quero fazer um depoimento do bom senso, a exemplo do que fizemos inúmeras vezes no passado. Vamos elaborar um substitutivo que atenda efetivamente aos interesses de nosso povo e de toda a nossa gente. Dá para assegurarmos, sim, um salário mínimo na faixa dos U\$100 – o nosso projeto é de que seja de R\$300,00: é só pegar o que a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) arrecadou a mais e usar apenas a metade; é só pegar o que a Receita Federal arrecadou a mais; é só pegar o superávit da seguridade social; é olhar para o orçamento e alocar verbas para essa área. Noto que, seguidamente, tanto na Câmara dos Deputados

como aqui no Senado Federal, as medidas provisórias chegam, e o Líder – não importa qual seja – vai à tribuna e diz em nome da democracia, da igualdade, enfim, da solidariedade: “Construímos um grande acordo”, e a medida provisória é votada por unanimidade. Quem ganha salário mínimo não tem poder de pressão, mas tem voto. Não pense quem ganha salário mínimo não tem voto. Sabemos muito bem que o debate do salário mínimo, quero repetir isto, repercute em quem ganha o salário mínimo, repercute sobre o piso das categorias, cargos e salários das empresas, pisos regionais, envolve milhões e milhões de pessoas. É essa pressão que, tenho certeza, a sociedade há de fazer.

Vou conceder o aparte ao nosso vice-Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, mas quero repetir o que já disse. Não aprovo R\$260,00, e ainda com este componente, incluindo os aposentados e pensionistas, não tem quem me mova – disse ontem, disse hoje pela manhã e digo agora – ninguém me move, não adianta sequer fecharem questão: não voto. Quero lembrar que já no ano passado não votei e aqui repito a minha posição: não voto a favor.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Paulo Paim, pretendo ser breve; apenas para registrar – uma vez que também fui Deputado Federal e estive na Câmara dos Deputados junto com V. Ex^a – que talvez não haja, no Congresso Nacional, nenhuma outra personalidade que tenha tratado, estudado e reivindicado tão intensamente este tema do salário mínimo, como V. Ex^a. A diferença, Senador Paim, e entendo perfeitamente a sua angústia, é que eu como Parlamentar não posso simplesmente mudar de posição apenas porque agora sou Oposição. Enquanto estive aqui na condição de Vice-Líder do Governo Fernando Herinque Cardoso, sustentei aqui salários mínimos que certamente não eram muito diferentes da proposta atual. São as razões de Estado. É a diferença entre ser Oposição e ser Governo, Senador Paulo Paim. Mas na questão de V. Ex^a, especificamente, não tenho a menor dúvida, como não tive. Ninguém neste País pode lançar sobre V. Ex^a qualquer dúvida com relação à questão previdenciária porque V. Ex^a foi de uma clareza meridiana. V. Ex^a, só após uma palavra direta do Presidente da República, chegou a ir ao ministério para ser recebido e não foi. Certamente o ministro lhe fez justiça e depois veio a esta Casa. Vi o Senador Geraldo Mesquita na tribuna nesses dias dizer que procurou o Ministro do Trabalho e não foi recebido. Então a história se repetiu. O Ministro certamente virá ao gabinete do Senador Geraldo Mesquita em homenagem ao Senado. E temos que ser intransigentes na defesa do mandato parlamentar. Quero fazer um último

registro, Senador Paulo Paim, sobre a PEC Paralela: a Câmara é uma Casa de debates, V. Ex^a a integrou, eu a integrei; é mais complexa, mais numerosa, certamente o Governo fará cumprir a palavra na questão da PEC Paralela. Com relação ao salário mínimo, não há, como V. Ex^a citou, eu havia citado e agradeço a referência de V. Ex^a, não há atalho, será um voto de uma forma ou de outra forma. Portanto, vejo que V. Ex^a já se posiciona antecipadamente, Senador Paulo Paim. V. Ex^a não tem medo de desgaste, não tem medo de represália, não é homem de governo, V. Ex^a é um representante do povo que toma uma posição sempre séria e que mantém essa posição. Apenas complemento dizendo que na Prefeitura de Palmas a Prefeita Nilmar Gavino Ruiz já vem, desde dezembro, no último reajuste, mantendo pouco acima de 100 dólares o teto mínimo. No Estado, o salário mínimo está em torno de R\$360,00. Veja: em um dos Estados mais novos da Federação, não há funcionário que ganhe menos que o piso de R\$360,00. É realmente complexo. Pretendo ouvir, pretendo participar ativamente deste debate. Repito que V. Ex^a se mantém coerente com a posição que sempre caracterizou sua vida pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aproveito o aparte de V. Ex^a para dizer que sua fala dá um componente para aqueles que insistem em dizer que o salário mínimo traz prejuízos para os Estados e Municípios. O meu Estado do Rio Grande do Sul tem um piso de R\$312 a R\$332 para todos. Ninguém no Estado ganha menos que isso, a não ser, naturalmente, aposentados e pensionistas. O meu Estado e o seu são aqueles que em tese têm o menor índice de desemprego, se comparados com as outras unidades da Federação.

O Senador Mão Santa não se cansa de falar que, como governador, teve a oportunidade de constatar que, quando valorizou o salário mínimo, foi exatamente quando o Estado deu um retorno positivo para os cofres públicos.

Quero falar de outro assunto que ainda não está bem claro para mim. Trata-se da história do salário-família. Eu preciso saber o que vou votar. Ontem o Senador José Jorge foi à tribuna, e eu quase o interpelei porque ele disse que o salário-família nesses moldes só vai beneficiar quem ganha até um salário mínimo, um salário e meio. Isso não pode ser verdade porque a lei diz que deve ser até três salários mínimos. Hoje leio nos jornais, vi ontem também pela televisão, que efetivamente a história dos R\$20,00 é para quem ganha somente um salário mínimo e meio, quanto que a lei atual diz que é até três. Se se diz que vai dar e dá metade, o que é que se deu? Esse é um quadro que, mais uma vez, me deixa muito, muito preocupado.

Antes de passar a palavra ao Senador Heráclito Fortes – claro que vou lhe dar um aparte –, quero insistir na tese que levantei. Esta Casa sempre altera as medidas provisórias. Vejo com alegria o Senador Cristovam Buarque, que também foi relator de algumas – nós todos fomos. Sempre houve alteração. Será que só a medida que estabelece o salário mínimo não pode ser alterada? Eu lembrava a votação da Cofins. Inúmeros setores da economia – turismo, agricultura, pecuária –, se sentiram prejudicados e fizeram pressão, pressão legítima, que apoiei, e conseguiram alterar a medida.

Aquele que ganha salário mínimo não tem poder de pressão. Como é que ele vai pressionar se ganha salário mínimo? Como é que ele vai se deslocar para Brasília e ficar aqui nos corredores pressionando? Como é que ele vai ser ouvido, como ouvi hoje na Rádio São Francisco o presidente da Confederação dos Aposentados chorando por causa da decepção com o salário mínimo, que sequer dá para comprar os remédios que ele sabe que a sua categoria precisa?

O salário mínimo está vinculado à comida e não dá para esquecer isso. Refiro-me a comida mesmo: café, almoço e janta. Está vinculado ao remédio, ao chinelo de dedo, à sandália. Está vinculado a uma camisa de saco, a uma calça simples – no meu tempo era brim Curinga – enfim, a mais simples que pudermos aqui citar. É isso que estamos querendo, é o mínimo do mínimo.

Eu duvido que alguém em sã consciência diga que uma pessoa neste País pode viver com um salário mínimo sem passar fome. Não estou falando em moradia – deve morar debaixo de uma ponte ou numa favela, sobrevivendo entre quatro paredes.

Antes de passar a palavra a V. Ex^a, vou falar como Gandhi: para que meu povo não passe fome, não preciso de nenhum economês. Não é preciso que um economista venha me mostrar números. Quero saber o que o Estado vai fazer, pelo menos, para que o povo não passe fome.

Ouçó o nobre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a fala sobre um assunto que não é novidade no currículo e na biografia de V. Ex^a. Companheiro de várias legislaturas na Câmara, V. Ex^a sempre foi o carro-chefe do PT quando a discussão era a defesa do trabalhador brasileiro. V. Ex^a se consagrou no Rio Grande do Sul pela sua competência e pela defesa dessa bandeira. Eu me lembro de que o próprio PT mandava V. Ex^a ir a vários Estados para participar de debates, conferências, movimentações, para defender o trabalhador brasileiro. Isso aconteceu em visita que V. Ex^a fez ao meu Estado, Piauí. Senador Cristovam Buarque, é estarrecedor ver que o PT hoje, no Governo, trata do salário mínimo sem ter a consideração de chamar o Senador Paulo Paim para, pelo menos, in-

formá-lo da decisão tomada. Ou é desarticulação, ou é ingratidão, ou seja lá que nome que se queira dar a isso. O companheiro, o aliado, não deve ser descartado. Ele tem de ser ouvido todas as horas. Tenho certeza de que se V. Ex^a tivesse sido chamado pelo menos para participar de uma comissão informal e opinar sobre esse assunto teria prestado um grande serviço ao Governo. É inaceitável, sob todos os aspectos, que V. Ex^a tome conhecimento dessas ações por intermédio do Senador José Jorge que, por mais brilhante e mais competente que seja, é da Oposição. É um deboche, é um desrespeito à pessoa de V. Ex^a. Neste aparte quero solidarizar-me com V. Ex^a e, acima de tudo, parabenizá-lo pela posição que V. Ex^a toma hoje. Tenho certeza, Senador Paulo Paim, de que o Brasil inteiro está a seu lado. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, agradeço-lhe o aparte.

De fato, tomei conhecimento da decisão a respeito do salário-família aqui, ontem. Hoje de manhã, a imprensa confirmou que efetivamente não foi feito como manda a lei atual, isto é, até três salários. Tenho lá minha discordância, mas o fato de reduzir concedendo o reajuste de R\$20,00 apenas a quem ganha até um salário e meio e quem ganha até três ficar com os 14,7%, não consigo entender. Mexer no salário-família como um instrumento para não alavancar o salário mínimo já é delicado e fazer essa discriminação de reduzir para um e meio é mais grave ainda. O Presidente da CUT, Luiz Marinho, disse que constitui um erro político, social e econômico a forma como essa matéria foi encaminhada. Confesso que estou abismado. Sou um homem de posições.

Vamos participar de uma reunião na segunda-feira, cujo objetivo é encontrar a saída para a PEC paralela. Tomara que ela aconteça. Dizia, ontem, Senador Tião Viana, que V. Ex^a, como Relator, foi um gênio, habilitado, competente, e envolveu todo o Senado, porque confiamos em V. Ex^a, assim como no Governo.

Ao debater o salário mínimo, estou demonstrando as minhas preocupações. Acredito muito na capacidade do Congresso Nacional e do Executivo de construir uma proposta alternativa. Talvez o gênio de V. Ex^a consiga isso, porque a PEC da Previdência só passou graças a V. Ex^a. Quando V. Ex^a formulou a PEC paralela, acompanhei V. Ex^a, porque entendi que se tratava de uma proposta séria e responsável, que tinha o aval de todo o Governo. Todo o Senado acompanhou V. Ex^a.

É impossível que não achemos uma saída também para os miseráveis, para aqueles que não têm poder de pressão. Nós, que atuamos na PEC paralela, nos lembramos da pressão feita nesta Casa pelas entidades organizadas. Faço um apelo às centrais sindicais, às entidades que não ganham salário mínimo, para que,

num gesto de solidariedade, façam pressão democrática perante o Executivo e o Legislativo, para que possamos construir uma alternativa relativa ao salário mínimo.

Durante todo o tempo que estou na Casa, lembro-me de que houve apenas uma medida provisória que não sofreu alteração na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A maioria das medidas que chegam aqui voltam para a Câmara, que, por sua vez, já as alterou. Por que a medida provisória do salário mínimo não pode ser alterada? É claro que pode. Aí, está nossa capacidade.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Nobre Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem uma tradição de luta ao lado dos trabalhadores, em benefício de um salário mais elevado. Fez isso quando estava na Oposição e as suas palavras não tinham correspondência, na realidade, pelo fato de que era minoria. Naquele instante, nós, do PFL, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, defendíamos um salário mínimo de US\$100.00, mas queríamos que nossa palavra tivesse correspondência na realidade. E o que fizemos? Os Governadores passaram a aplicar nos seus Estados o salário mínimo de US\$100.00. O Maranhão foi o primeiro caso. Após a reunião do PFL, os Governadores voltaram pra seus Estados e aplicaram a decisão do PFL, ou seja, salário mínimo de US\$100.00. Ora, se Estados pobres como o Maranhão conseguem pagar isso, como é que em outras partes do território nacional, como o sul do País, o centro-sul, o centro-oeste, não se pode pagar um salário mínimo de US\$100.00? É claro que se pode. Cumprimento V. Ex^a pela luta que tem tido. Sou solidário com ela assim como fui solidário com a PEC paralela, apresentada pelo Senador Tião Viana, a quem nomeei e indiquei Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fui solidário com S. Ex^a, pois entendia que aquela era a solução. Não fosse assim, eu não teria manifestado também minha solidariedade como Presidente da Comissão para resolver o problema da Previdência Social. Nós entendemos que a PEC Paralela era a solução e, não fosse ela, dificilmente a PEC original teria tido o êxito que teve aqui. É preciso que a Câmara cumpra o compromisso que foi assumido no Senado: de votar a PEC Paralela da Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

Quero concluir meu pronunciamento porque, fruto dessa preocupação com o salário mínimo e o Dia do Trabalhador, 1º de maio, participo agora, às 10h, de uma teleconferência com 27 Estados. Vou estar aqui no Interlegis,

para debater salário mínimo, desemprego e renda, com o movimento sindical, as centrais, as confederações em cada Estado. Por isso tenho de me deslocar para lá.

Concluo que no dia 1º de maio, amanhã, as centrais sindicais e as confederações tenham como eixo o debate do salário mínimo, já que se fala tanto em distribuição de renda. Que em todos os Estados surjam caminhos de forma natural, como as águas dos rios se deslocam para o mar, que esses caminhos se desloquem ao Congresso Nacional. E aqui façamos um movimento de articulação e pressão democrática em defesa dos que são os mais pobres deste País, que são os que dependem do salário mínimo e de todos os aposentados e pensionistas.

Quero só repetir que atingimos, Senador Edison lobão, por diversas vezes, US\$100, foi quando conseguimos inclusive dividir a Base do Governo. E o Partido de V. Exª nos acompanhou, sim, quando atingimos aqui US\$100. Lembro-me de que, em 1995 e em 1998, por exemplo, houve movimentos de articulações e a Base do Governo entendeu que valia a pena, sim. E o País não quebrou. Pelo contrário. Estão aqui, diversos Senadores que acompanharam esse debate. Ora, aqui não é um debate de Situação e Oposição, mas daquilo que entendemos que é possível.

É inacreditável que o Congresso de um País como o nosso não consiga assimilar que dá para chegar a um reajuste real de R\$0,20, porque é isso que dá R\$300,00 – ou se quiserem R\$295,00, o famoso US\$100.

Nessa expectativa e com muita esperança, acredito que o dia de amanhã será uma grande cruzada nacional em defesa do salário mínimo. É possível, sim, e já apontei aqui diversas fontes de recursos. Poderia apontar aqui mais uma dúzia, mas desafio também que montemos uma comissão especial de Deputados e Senadores, com a participação do Executivo, e vamos para os argumentos, para os números. Quero pegar, por exemplo, os argumentos da seguridade social. Ninguém me explica onde estão os R\$31 bilhões de superávit. Digam-me onde estão: R\$32 bilhões do ano anterior, R\$31 bilhões no ano passado. E para onde vai o dinheiro? Para onde vai o que foi arrecadado com a Cofins? Para onde vai o superávit primário?

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Perdoe-me, V. Exª, mas pelo encaminhamento do discurso que pronuncia nesta manhã, fica a impressão, sobretudo para quem está ouvindo o debate aqui no Senado, pela televisão, que o Congresso que é responsável por um salário mínimo menor de US\$100. Não! V. Exª tem que responsabilizar quem é o responsável, no caso é o Governo, que propôs um salário mínimo menor que US\$100. O Congresso não pode ser responsabilizado, porque não examinou ainda a medida provisória.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou entendendo o aparte de V. Exª, que é esclarecedor. Quero que haja uma política de parceria entre Congresso e Executivo, como fizemos no passado.

Não quero vir à tribuna e só fazer a crítica pela crítica, dizendo que o Governo está errado. Quero apontar caminhos. E qual é o caminho? Vamos fazer como fizemos no passado, Deputados e Senadores apontaram as fontes de recursos, e estou tão convencido que elas existem, Senador Edison Lobão, que o Congresso vai dar essa grande mão para o Executivo, vai chegar para o Executivo e vai dizer: podemos usar essa e essa fonte de receita. Dá para chegar, no mínimo, a US\$100, como fizemos no passado, e o Governo anterior acabou assimilando por mais de duas vezes, ou por mais de três vezes. Assim também em relação às medidas provisórias que aqui chegam. Quando chegam, o Governo manda com uma redação. O que fazemos? Alteramos praticamente todas. A última foi a da Cofins. Mediante o quê? Mediante uma negociação, porque o setor organizado da sociedade, a elite da sociedade pressiona o Congresso Nacional. É isso que quero fazer aqui: o bom debate; eles têm poder de pressão. E quem ganha o salário mínimo não tem poder de pressão porque não conhece nem o que é um avião, ou alguém acredita que quem ganha o salário mínimo consegue vir a Brasília pressionar? Claro que não consegue.

Então entendi o aparte e o respeito, mas o que quero, na verdade, é fazer uma política de parceria entre o Congresso, o Executivo para que, de uma vez por todas, definamos o salário mínimo. Era isso, e obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência deseja destacar a presença em nossas galerias dos alunos da Escola Honório Guimarães, da cidade de Uberlândia. Para nós, Srªs e Srs. Senadores, é sempre uma alegria a presença dos estudantes, das professoras e das coordenadoras que visitam este plenário.

Concedo a palavra, ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque, que, na condição de Professor, fala com a presença dos nossos ilustres visitantes: os alunos e estudantes.

S. Ex^a tem a palavra por 20 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, é muito oportuno falar depois do Senador Paim.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo, mais uma vez, como fiz ontem, pela coerência como S. Ex^a sempre defendeu aqui certas posições e continua. Em segundo lugar, para apoiá-lo na idéia de que temos a obrigação de trabalharmos a medida provisória do salário mínimo de tal maneira que saia de forma que o povo fique contente ou entenda o porquê do salário mínimo, porque tão grave ou mais grave, Senador Mão Santa, quanto o salário ser baixo, é o trabalhador não entender por que ele não pode ser mais alto diante de tanta riqueza, de tantos desperdícios.

Quero apresentar, em relação ao Senador Paim, o problema de uma forma um tanto diferente. Não há dúvida de que S. Ex^a propõe um salário mínimo maior, mas, supondo que fossem os R\$300,00 que o Senador Paim propõe, o que mudaria na qualidade de vida do trabalhador brasileiro? Quatro ou cinco pães a mais para sua família por dia. Essa é a diferença entre o salário de R\$260,00 e um salário de R\$300,00.

É preciso discutir esse assunto de uma maneira mais profunda. Não basta aumentar o salário para R\$300,00 no lugar de R\$260,00. Há algo mais profundo que está fazendo com que, daqui a vinte anos, os historiadores, ao analisarem o debate nesta Casa, digam que esta Casa estava dividida em dois grupos: os que queriam dar um aumento que possibilitaria ao trabalhador comprar um pão por dia e aqueles que queriam dar um aumento que compraria cinco pães por dia. Esta Casa não ficará em boa posição na história se o debate for feito com base na diferença do número de pães que o salário permite comprar.

Além disso, todos estamos prevendo que, daqui a um ano, o debate virá outra vez a esta Casa para se definirem quantos pãezinhos a mais um Senador autorizará, com seu voto, de acordo com a proposta do Poder Executivo, o trabalhador brasileiro a comprar com o salário mínimo.

A pergunta, então, não é apenas a de qual deve ser o valor do salário mínimo, mas por que, a cada ano, repetimos a mesma, vergonhosa e trágica, discussão sobre quantos pãezinhos a mais daremos ao trabalhador.

Sr. Presidente, deveríamos tentar discutir, nesta Casa, por que temos a dificuldade, anos após anos, de definir quantos pãezinhos a mais daremos ao trabalhador. Primeira razão: este País ainda não acabou com a escravidão, que teve durante 400 anos. Continuamos tratando nossos trabalhadores como, senão

escravos, quase escravos. O desrespeito que há de parte da elite brasileira – chamemos assim – aos trabalhadores e massas excluídas não é diferente hoje do que era há 116 anos, no tempo da escravidão. O desrespeito não é diferente.

A segunda razão, podemos colocá-la sem dúvida alguma: no lugar de um salário digno – quando já não havia a possibilidade de obrigá-lo a trabalhar como escravo –, o que fizemos? Já que o salário não lhe permitia pagar o transporte, porque agora já não mora na senzala, em vez de darmos um salário que lhe permitisse pagá-lo, passamos a lhe dar o vale-transporte. Ele se locomove, mas a família não. Dele a fábrica precisa. Como o trabalhador precisa comer para trabalhar, e o salário não atende às suas necessidades, inventamos o tal do vale-refeição. Ele come para ter o braço forte e trabalhar, mas os filhos ficam em casa sem ter dinheiro para comer. Fomos inventando os penduricalhos que substituíam um salário digno para manter o trabalhador numa situação muito próxima, em alguns casos pior, do que a que viviam nossos escravos.

A terceira razão, e nós temos que expô-la com toda a clareza também, é que o nosso País tem baixa produtividade. Não adianta sermos demagógicos e propormos um salário mínimo de R\$2 mil por mês. A produtividade do brasileiro, a soma de toda nossa renda – R\$1,6 trilhão –, se dividida por todos os brasileiros, não daria para fazer isso, a não ser que igualássemos todos para pagar um salário mínimo que chegasse a R\$1 mil.

Finalmente, não podemos negar que há uma causa financeira. Uma parte do custo do trabalhador, por conta de vinculações, é paga, cada vez que o salário mínimo é aumentado, pelo Poder Público, que tem seus limites. É preciso reconhecer que qualquer proposta tem que levar em conta o fato de que este País não pode enganar o trabalhador, dando um aumento que depois lhe é roubado pela inflação.

Por isso, depois de apresentar as razões pelas quais o debate do salário mínimo, a cada ano, monotonicamente, se repete entre se um ou cinco pães poderão ser comprados por dia, eu queria propor aqui dois encaminhamentos.

Primeiro, estou de acordo com o Senador Paim de que a Medida Provisória, quando chegar aqui, merece e deve ser reestudada, mas não apenas do ponto de vista do salário monetário, da renda direta que o trabalhador recebe.

Vamos discutir, ao lado da renda que o salário mínimo representa, os outros benefícios que o trabalhador recebe por intermédio da escola para seu filho, da saúde para sua família, da segurança com a qual ele pode andar nas ruas da cidade onde mora.

Vamos analisar, não o salário do ponto de vista apenas do contracheque, mas o salário do ponto de vista do bem-estar do trabalhador, que é um conceito muito maior que a quantidade pequena de dinheiro que ele coloca no bolso.

Estou de acordo em que devemos reestudar, analisar, modificar, se preciso for – e será preciso modificar –, a Medida Provisória, mas levando em conta a necessidade da estabilidade monetária para evitar aumentar o salário e a inflação levar no outro dia, levando em conta os complementos salariais que tem cada trabalhador na sua qualidade de vida através dos gastos públicos.

A segunda proposta, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar aqui é um convite a alguns Senadores, para que levemos adiante isso de forma concreta, clara e não apenas como discurso. É começarmos desde já a definir como vamos trabalhar o assunto do salário mínimo daqui a um ano. Será que daqui a um ano vamos outra vez debater se será de cinco pães ou de um apenas o aumento?

Eu creio que, se o Senado decidir trabalhar desde já, não é impossível conseguirmos formular um caminho para que, dentro de um ano, evitemos essa vergonhosa tragédia em que estamos envolvidos Poder Executivo e Poder Legislativo.

E maneira para isso temos. Já está no Congresso a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005. É aí que podemos definir se o salário mínimo, se a qualidade de vida do trabalhador pode ser melhorada ou não. Bastaria uma linha, Senador Mão Santa – e precisaria talvez de uma mão santa para fazer isso –, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para mudar tudo isso. Bastaria uma linha, um artigo que dissesse que os Senadores e os Deputados começariam a elaborar o Orçamento trabalhando as necessidades do povo.

Isso a Senadora Marina Silva propôs aqui nesta Casa sob a forma da idéia de um Orçamento Ético.

Se começássemos procurando saber quanto é preciso para aumentar o salário mínimo em 2005; quanto é preciso para que a escola do filho do trabalhador seja de qualidade; quanto é necessário para que ele não precise ficar na fila quando for ao médico; se elaborarmos, em primeiro lugar, reservando o dinheiro necessário para elevar a qualidade de vida do trabalhador, podemos chegar daqui a um ano em condições muito diferentes para discutir a quanto o trabalhador tem direito para levar adiante sua qualidade de vida.

Vamos discutir no Orçamento do próximo ano, em primeiro lugar, as necessidades do povo; depois veremos quanto é preciso de gasolina para nossos carros de Senadores; depois discutiremos quanto se

precisa para os prédios novos que o setor público, nos três Poderes, vive construindo.

Se nós trabalharmos a idéia da qualidade de vida não apenas do salário e a idéia de colocar no Orçamento, em primeiro lugar, as necessidades do povo, podemos evitar daqui a um ano a repetição trágica: há 115 anos fazemos de conta que o povo tem direito a migalhas do que sobra das mesas das casas grandes. É possível. Para aprimorar isso, concedo com muito prazer o aparte que o Senador Mão Santa me pediu.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, outro dia conversávamos, e V.Exª nos mostrava que a esperança do povo brasileiro está acabando: esperança que tivemos ao sair da ditadura para a democracia; esperança do intelectual; esperança do trabalhador. Esperança agora só em Deus, a única que podemos ter. E está aí V. Exª. Deus escreve certo por linhas tortas. Tenho lido e já li os melhores discursos deste Parlamento. Vou sugerir ao Presidente José Sarney que, no próximo tomo – foram publicados dois volumes dos melhores discursos do Parlamento –, sejam incluídos os pronunciamentos de V. Exª. Fazendo uma reflexão, percebo que V.Exª é dotado daquilo que está no Livro de Deus: Aquele que foi tido como o governante que melhores rumos deu buscou sabedoria. E Deus lhe deu esse dom da sabedoria, que, sem dúvida nenhuma, vai ser a luz para fazermos leis boas e justas. Essa é a missão do Poder Legislativo. E isso é que engrandece o PT. Ninguém sabe como V. Exª saiu da mais importante Pasta. Acho que foi uma destinação de Deus. Deus não abandona os homens. Coloca o homem certo no lugar certo e colocou V. Exª aqui para nos despertar e para despertar esta Casa para fazer leis boas e justas, inspiradas naquelas que Deus entregou ao líder Moisés. Deus lhe deu inteligência, para que façamos essas leis que vão dar esperança ao povo brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Senador, mas, se V. Exª continuar com esses elogios, em vez de Mão Santa, vou começar a chamá-lo de Voz Bondosa e Generosa.

Quero concluir, Sr. Presidente, lembrando algo que esquecemos quando falamos em salário mínimo.

Por favor, Senador.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC) – Meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque, tenho profundo respeito e admiração por V. Exª, um dos maiores pensadores deste País. Entretanto, nesta questão relativa ao salário mínimo, vou me permitir discordar um pouquinho de V. Exª. O raciocínio de V. Exª é de que precisamos pensar e equacionar o problema do salário mínimo incorporando outras variáveis. V. Exª disse ontem, e repete hoje desta tribuna,

que precisamos talvez afastar ou não dar tamanha ênfase à questão monetária do valor do salário mínimo, porque deveríamos nos preocupar com as condições gerais de vida do trabalhador que está nessa faixa remuneratória. V. Ex^a propõe que pensemos, na discussão, em promover o saneamento, a educação, melhores condições de saúde. V. Ex^a ontem mencionou um fato que é uma característica geral do serviço público brasileiro: o trabalhador, invariavelmente, tem que enfrentar filas e mais filas para ser atendido em um posto médico, quando necessita de uma maior atenção do serviço público, e muitas vezes nem é atendido. O ponto de que discordo de V. Ex^a, e considero uma questão fundamental, o problema é mais profundo do que isso, Senador Cristovam. No Brasil, não valorizamos o trabalho. O trabalhador precisa, sim, de dinheiro no bolso, porque é assim que valorizamos o trabalho. Por esse raciocínio – e com todo o respeito digo isso a V. Ex^a – nós, Senadores, talvez não precisássemos nem receber o nosso salário, porque temos um bom imóvel funcional, temos carro oficial, temos um gabinete com servidores que estão à nossa disposição, temos tudo aquilo que, a rigor, qualquer pessoa desejaria ter para agregar ao que ganha, para melhorar a sua condição de vida. Digo isso, Senador, com todo o respeito, porque luto por este ponto fundamental: no nosso País, não valorizamos o trabalho; aqui impera o capitalismo selvagem mesmo, o lucro exorbitante, a concentração do capital, a exploração do povo. Só combateremos isso impondo limite, que está relacionado com a valorização do trabalho e não com a valorização do capital especulativo e predatório. É assim, Senador Cristovam Buarque, que chegaríamos a um equilíbrio, colocando limites. O trabalhador precisa, sim, do dinheirinho. E, de preferência, de uma soma maior do que esse ridículo aumento que o nosso Governo está propondo para grande faixa da população brasileira. Parabênizo V. Ex^a por trazer o tema ao debate, mas peço a V. Ex^a que reflita e junte-se a tantos que pretendem, neste Governo que elegemos, valorizar o trabalho, começar a colocar limites. Nosso papel, o papel do Presidente Lula é este: criar limites, estabelecer condições menos desumanas, menos injustas. Não falamos tanto em justiça social? A hora é esta; não há outra. Amanhã talvez seja tarde, Senador Cristovam. Esta é a nossa hora. Não podemos abdicar desse nosso papel. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Senador, não discordamos. Quando V. Ex^a chegou, eu já estava no meio do meu discurso. Por isso não teve oportunidade de ouvir meu pronunciamento inicial. O que eu disse foi mais do que V. Ex^a está dizendo. Mantemos a escravidão até hoje. Não completamos a

abolição. Quando vejo o nosso debate entre um mínimo de R\$260 a R\$300 por mês, eu quero me referir a um debate que houve nesta Casa, no século XIX, quando se discutia se se deveria aumentar ou diminuir o número de chibatadas que um escravo recebia. Isso porque a diferença entre 1 pão e 5 pães por dia, desculpem-me, não é muita. É claro que quero R\$300, mas esse valor ainda é ridículo. É claro que quero R\$400, R\$500, mas isso ainda é ridículo. O que quero é o mínimo que seja necessário e possível, mas que venha completado daquilo que realmente tira o trabalhador da escravidão e que não são apenas alguns reais a mais no bolso, mas uma escola de qualidade para os filhos, uma casa com água e esgoto.

Finalmente, quando falamos em salário mínimo, falamos realmente para aqueles que ganham salário mínimo, esquecendo-nos de cinquenta milhões que nem o mínimo salário têm. Se aumentarmos em 1.000% o salário mínimo, não aumentará nada para cinquenta milhões de brasileiros. Por isso devemos esquecer isso e sair desse debate limitado a R\$20 ou R\$60 de aumento, pois é como se ficava antes debatendo entre sessenta ou vinte chibatadas.

Vamos analisar o salário completo do trabalhador, colocando o mínimo monetário suficiente para ele ter uma boa alimentação, para ele comprar o que precisa no mercado. Mas coloquemos aquilo que não vem do salário e que o Estado é que tem que oferecer, como o salário digno, decente, competente para o professor de seu filho, como o sistema de saúde que funcione bem.

De forma que não discordamos. V. Ex^a perdeu a primeira parte do meu discurso em que faço uma crítica ao modelo que vivemos. O que quero dizer – e vou concluir, Sr. Presidente – é que, daqui a um ano, vamos outra vez debater se é um ou se são cinco pãezinhos a mais para o salário. E não há diferença para mim, do ponto de vista da profundidade da crise brasileira, entre um, que o Governo está defendendo, e V. Ex^a, que está defendendo cinco pãezinhos por dia. É pouco. Mas também é pouco dez pãezinhos ou vinte pãezinhos.

Quero todos os filhos dos trabalhadores concluindo o ensino médio com qualidade, chegando em casa, abrindo a torneira e recebendo água, e que aqueles que não têm salário nenhum também tenham a água e a boa escola para seus filhos. E quero aqueles que não vão se beneficiar do aumento, porque não têm carteira profissional, sabendo que a fila do hospital tem o mesmo direito da fila para votar no dia da eleição. Vamos pensar também nos que não recebem salário, nos que têm zero de salário. Vamos pensar naqueles que têm salário mínimo completando esse salário com

aquilo que ele precisa mais. Senão, volto a insistir, daqui a um ano, outra vez, o monótono, velho, cansativo, arrogante e aristocrático debate entre um pão ou cinco pães vai voltar. Enquanto ficarmos nessa quantidade de pãezinhos, não seremos muito diferentes. Somos muito parecidos. A diferença é se vamos ter um país que completa a abolição da escravidão ou não.

Ficam aqui as duas propostas: a primeira, no sentido de apoiar o Senador Paulo Paim na elaboração de um substitutivo da medida provisória, e, a segunda, de trabalhar na LDO, quando chegar aqui, artigos, regulamentações, que façam com que o Orçamento de 2005 inclua o salário mínimo necessário e tudo que complementa, para permitir uma boa qualidade de vida ao trabalhador, que é mais do que salário. Sem salário não há qualidade de vida, mas pode haver salário sem qualidade de vida. Vamos trabalhar a qualidade de vida, incluindo um salário digno para todos os trabalhadores.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Darei a palavra a V. Exª pela ordem, Senador Tião Viana.

Destaco, Srªs e Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, membro da Mesa, a importância do Serviço de Relações Públicas desta Casa. Vejam, Srªs e Srs. Senadores, o número de escolas, de estudantes e de visitantes que temos em todas as nossas sessões, inclusive no dia de hoje, sexta-feira. Quero saudar, desta vez, atletas do judô, originários de várias cidades do Estado de São Paulo, que visitam a nossa sessão. Para nós, Srªs e Srs. Senadores, é de extrema importância que a população acompanhe as sessões deliberativas e as não deliberativas – como a de hoje – do Senado Federal.

Aproveito para destacar a importância e a eficiência do serviço de relações públicas desta Casa no acompanhamento, na orientação e nas explicações que faz aos nossos ilustres visitantes.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Tião Viana pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para, com aparo regimental, solicitar a V. Exª que me inscreva para uma comunicação, na primeira oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Informo que V. Exª é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

Temos um orador regularmente inscrito, o Senador José Jorge, e V. Exª teria direito a cinco minutos. Se o Senador José Jorge assim conceder, V. Exª falará por cinco minutos e, em seguida, o orador inscrito falará por 20 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com a concordância de S. Exª, V. Exª tem a palavra para uma comunicação inadiável por cinco minutos, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço a generosidade do Senador José Jorge, que está em plano com o Senador Heráclito Fortes sobre o debate que travam Oposição e Governo neste momento.

Quero, Sr. Presidente, na verdade, tratar de um assunto que julgo de interesse nacional também, que faz parte da agenda positiva do nosso País. É um belo exemplo de gestão pública que pode afirmar-se como orgulho nacional, que é o caminho do atendimento à sociedade brasileira da Rede SARAH de Hospitais. Ela trabalha com situações que envolvem o aparelho locomotor dos cidadãos brasileiros.

Tivemos ontem uma reunião do Conselho Administrativo da Rede SARAH de Hospitais da Fundação das Pioneiras Sociais, do qual faço parte. Com imenso orgulho, pude ouvir o relatório do Dr. Murilo Portugal, ex-Secretário do Tesouro Nacional, uma figura inquestionável do ponto de vista da competência, da capacidade de análise econômica e da gestão.

Os dados foram extraordinários e devem ser passados ao Brasil. Sinceramente, às vezes pergunto-me como o Governo se esquece de mostrar momentos tão positivos. O Presidente Lula, o Dr. Aloysio Campos da Paz e o Ministro da Saúde, há poucas semanas, inauguraram o Centro Internacional de Neurociência da Rede SARAH no Lago Norte. Trata-se de uma conquista orçamentária antiga, mas o Governo atual estendeu a sua mão para que se pudesse consagrar um novo horizonte de atendimento digno à população brasileira.

Se há um setor estrutural no Brasil para o qual a sociedade clama por mudanças na qualidade da assistência, esse é o setor de saúde brasileiro. O Sistema Único de Saúde, em que pese ser um sistema muito bem desenhado e definido, que serve como referência mundial, não oferece a qualidade necessária do ponto de vista humanista e da resolutividade. Lutamos todos os dias para que esse sistema seja aperfeiçoado e se consolide no Brasil.

Há poucos dias, eu estava conversando com uma pessoa que passou a sua vida na Holanda e discutindo esse país, que tem origem capitalista, mas que tem uma distância entre os que têm e os que não têm muito pequena

e assegura 100% de assistência gratuita à saúde da sua população. É também um país que oferece educação gratuita a todos. Não há educação privada nem atendimento privado à saúde naquele país. Todos ficam satisfeitos.

E o SARAH dá um belo exemplo, porque mantém a visão de que o atendimento tem que ser radicalmente público e oferecer gratuidade plena.

Observemos os exemplos da Prestação de Contas da Rede SARAH, feita pelo Sr. Murilo Portugal, o Relator:

– o número de pacientes atendidos e de atividades médicas realizadas cresceu, superando as metas pactuadas, atingindo mais de 1,3 milhão de pacientes, com nível de produtividade equivalente àquela do exercício anterior, e com melhoria da eficiência na aplicação dos recursos.

E o relatório diz mais:

– 97% dos pacientes classificaram de “Bom” ou “Ótimo” a assistência recebida, superando o parâmetro de 90% fixado; a ocupação hospitalar foi de 78,9%, superando a meta de 75%;

padrões mínimos de qualidade foram atendidos no que se refere à infecção hospitalar...

Existe um medo global da infecção hospitalar. Na Rede SARAH, o assunto tem sido trabalhado de maneira sustentada, com eficiência e com resultados que vale a pena citar: com taxa de infecção e supuração da ordem de 0,45 em cada 100 pacientes internados, e de 0,56 nos pacientes atendidos na modalidade hospital/dia.

É um exemplo de que todos nós nos orgulhamos. Em regra, alguns países do mundo têm uma taxa ótima de infecção hospitalar quando atingem 5 em cada 100 pacientes. E a Rede SARAH alcança o índice de 0,45. Então, é algo extraordinário. Nós temos aqui ao lado a nossa querida Líder Ideli Salvatti como um belo exemplo dessa eficiência e qualidade, que possibilitou que ela pudesse vir aqui para a arena democrática que é o plenário do Senado Federal enfrentar a Oposição, que também faz o seu trabalho com tanta engenharia.

Olhe mais, Sr. Presidente, o número de consultas. A Rede SARAH alcança, num período de doze meses, 300.713 consultas, quando a meta era fazer 256.000 consultas, 17% a mais. Houve 882.783 procedimentos de diagnóstico, quando a meta era 735.000. Número de pacientes internados, 232.000; número de pacientes externos, 650.000. Um belo exemplo que traz confiança e orgulho ao Brasil.

Da mesma forma que o Brasil participa hoje de grandes campeonatos e se orgulha dos seus atletas,

deveria se orgulhar da Rede SARAH de Hospitais, que trabalha com problemas do aparelho locomotor. Somos um exemplo mundial, países do mundo inteiro vêm buscar treinamento na Rede SARAH, fazer nela sua pós-graduação. Temos que falar bem dela.

A crítica que eu testemunhava de grandes nomes da gestão hospitalar no Brasil à Rede SARAH dizia respeito ao privilégio que ela teria em termos de financiamento das suas atividades. Se olharmos o tipo de atividades enumeradas por mim há pouco, o custeio da Rede SARAH de Hospitais em 2003, para o atendimento de 1.300 leitos, fora o atendimento na modalidade hospital/dia, foi da ordem de R\$53,7 milhões. O que destrói qualquer argumento contra a experiência da Rede SARAH, que é pautada em princípios éticos e filosóficos de saúde que visam dar atendimento a todo cidadão a que procure e o serviço público no Brasil.

Cumprimento a diretoria da Rede SARAH de Hospitais. Não é um exemplo que o SUS deva seguir, mas o SUS deve se espelhar na experiência e nos resultados adquiridos ali como um belo exemplo de gestão, responsabilidade social e ética com a vida humana.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade e lendo a afirmativa final do relatório de gestão da Rede SARAH:

Os excelentes resultados alcançados são frutos de uma visão humanista, competência profissional, e trabalho árduo e dedicado da Diretoria Executiva presidida pelo Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, de sua equipe e do corpo profissional da Rede SARAH que, anônima e persistentemente, se desdobram para prestar atendimento médico de qualidade, com eficiência na aplicação de escassos recursos públicos.

E o Conselheiro-Relator propõe um voto de louvor do Conselho a esses profissionais pelo seu trabalho.

Penso que notícias boas têm que ser dadas. Aquilo que pode orgulhar uma concepção de gestão pública no Brasil não pode ficar escondido, tem que ser posto aos olhos da sociedade. Parabéns à Rede SARAH e ao Congresso, que tem desviado um olhar afirmativo e solidário àquela rede de serviços tão bem prestados ao Brasil.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Associação das Pioneiras Sociais (Rede Sarah de Hospitais).”

Associação das
Pioneiras Sociais
de Brasília, DF

SARA

PUBLICAR NA ÍNTEGRA!

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
Rede SARAH de Hospitais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Relatório apresentado
ao Conselho de Administração
da Associação das Pioneiras Sociais
de Brasília, DF
em 12/05/2004
Delegado*

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

Para fins do disposto nos incisos IV, V e VI do art. 20 do Estatuto da Associação das Pioneiras Sociais - APS, tenho a satisfação de oferecer a este Conselho de Administração, por designação de sua Presidência, breve Relatório sobre os documentos que integram a prestação de contas da Diretoria Executiva da APS, referente ao exercício de 2003, constantes dos documentos: Síntese das Principais Atividades, Anexo I ao Contrato de Gestão, e Demonstrações Contábeis e Financeiras referentes ao exercício financeiro de 2003.

I - Relatório

1. Acompanhamento da Metas do Contrato de Gestão:

Os documentos Síntese das Principais Atividades e o Anexo I ao Contrato de Gestão fornecem os dados e informações principais sobre as atividades desenvolvidas no Exercício de 2003 pela Associação das Pioneiras Sociais - APS e a Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor, mediante Contrato de Gestão com a União Federal.

As metas e indicadores estão apresentados segundo cada um dos 4 objetivos estratégicos definidos no Contrato de Gestão, e de acordo com plano de trabalho que foi proposto para 2003 pela Associação das Pioneiras Sociais.

Os documentos evidenciam que, neste terceiro ano do Contrato com a União Federal, as metas e indicadores pactuados no Programa de Trabalho foram não só cumpridos como excedidos, mantendo-se o indicador de satisfação dos pacientes, de qualidade técnica e de rendimento hospitalar acima dos parâmetros fixados. Em resumo:

- *o número de pacientes atendidos e de atividades médicas realizadas cresceu, superando as metas pactuadas, atingindo, mais de 1,3 milhão de pacientes, com nível de produtividade equivalente àquela do exercício anterior, e com melhoria da eficiência na aplicação dos recursos.*

- 97% dos pacientes classificaram de "Bom" ou "Ótimo" a assistência recebida, superando o parâmetro de 90% fixado;
- a ocupação hospitalar foi de 78,9%, superando a meta de 75%;
- padrões mínimos de qualidade foram atendidos no que se refere à infecção hospitalar, cujo índice foi de 0,56 por 100 pacientes-dia, e à taxa de supuração em cirurgia limpa que limitou-se a 1,17%, sendo ambos os indicadores melhores que o limite superior de 2,5 por paciente-dia, admitido no Contrato e inferiores aos observados no exercício anterior.

Ocorreu também no período em exame a inauguração da 7ª unidade da Rede SARAH - o Centro de Neurociências e Reabilitação, situado no Lago Norte que contou com a presença dos Excelentíssimos Senhores Presidentes da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, do Ministro de Estado da Saúde e de representantes da comunidade científica internacional.

O Relatório de Atividades evidencia, de forma sintética, o cumprimento dos 4 objetivos estratégicos estabelecidos no Contrato.

O Objetivo 1º (**Assistência Médica e Reabilitação**) consiste *prestar assistência médica qualificada e gratuita à população, mantendo em funcionamento, consolidando e melhorando a resolutividade, eficácia e eficiência da Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor*. O quadro abaixo sintetiza os serviços de assistência médica e de reabilitação prestados, comparando os resultados anuais alcançados com as metas estabelecidas no Programa de Trabalho:

Grupo de Serviços	Resultado do Ano	Meta	% Acima da Meta
Consultas	300.713	256.000	17
Atend. de outros profissionais (nível sup.)	10.315.708	9.200.000	12
Serviço de apoio diagnóstico e terapia	882.783	735.980	20
a) paciente interno	232.060	177.560	31
b) paciente externo	650.723	558.420	17
Internações	14.844	12.630	18
Total de Serviços do Objetivo nº1	11.514.048	10.204.610	13

É importante ressaltar que, ao se computar todas as demais atividades médicas e de reabilitação realizadas pela Rede SARAH, além daquelas referentes ao Objetivo nº1, percebe-se que houve um incremento de 3,4% em 2003 sobre o resultado de 2002 (de 15,9 milhões para 16,5 milhões).

Os indicadores de qualidade técnica e rendimento hospitalar apresentaram igualmente resultados superiores ao pactuado. A taxa de ocupação dos leitos foi de 78,9% comparativamente

aos 75% estabelecido como padrão mínimo. Os índices de infecção, que na Rede SARAH são apurados em pesquisa ativa realizada pela comissão de controle de cada unidade, atenderam aos padrões mínimos fixados, situando-se em 0,45 por 100 pacientes-dia para a infecção hospitalar e em 0,54 por cem pacientes-dia para a supuração em incisão cirúrgica limpa.

Outro importante indicador de qualidade é fornecido pelo programa “*Functional Independence Measure*” - FIM que é implementado no Hospital SARAH-Brasília desde 1996 para medir resultados da reabilitação de pacientes nas duas principais áreas de concentração do hospital, a lesão medular e a lesão cerebral. O FIM é uma metodologia internacional, que a Rede SARAH adotou de forma pioneira no Brasil que avalia e mensura as principais habilidades demonstradas por cada paciente ao ingressar no hospital e ao ter alta, com a finalidade de verificar a eficácia do tratamento executado. São atribuídos pontos para a capacidade do paciente de realizar certas tarefas e funções tais como cuidados do corpo (capacidade de alimentar-se, de realizar higiene pessoal e vestir-se), controle de esfíncter, mobilidade de e para a cama, vaso e chuveiro, locomoção em cadeira de rodas e subindo escadas, compreensão e expressão, e interação social (comportamento, resolução de problemas e utilização de memória). A cada uma dessas funções são atribuídos pontos pelo desempenho do paciente ao ingressar e ao deixar o hospital.

No programa de lesado medular durante o primeiro semestre de 2003 ocorreu ganho médio de 22% nos resultados nessas várias funções medidos pela variação dos pontos atribuídos na admissão e na alta. No segundo semestre o ganho foi de 20%. Ocorreu ainda uma redução de 7% no período de internação.

No programa de lesado cerebral os ganhos médio foram de 24% no primeiro semestre de 2003 e de 27% no segundo semestre, tendo ocorrido também queda de 4% no período de internação.

A excelente qualidade técnica e eficácia do tratamento médico oferecido pela rede SARAH é corroborada também por elevados índices de satisfação dos pacientes atendidos. Em relação à satisfação do paciente, a meta pactuada é atingida quando a classificação da assistência médica recebida como “Bom e Ótimo” seja dada por 90% ou mais dos pacientes. Os resultados de pesquisa de opinião realizada indicaram que 98% dos pacientes entrevistados no 1º semestre (1.427) e 99% daqueles ouvidos no 2º semestre (1.598) classificaram como “Bom ou Ótimo” o atendimento recebido nas unidades da Rede SARAH. Segundo registra o relatório, um dos fatores que contribuíram para tal avaliação foi a interligação informatizada de todas as unidades da Rede com acesso em tempo real dos prontuários e a ação didática exercida pelo SARAH/Centro.

O objetivo 2º (**Formação e capacitação de recursos humanos**) diz respeito a *desenvolver em cooperação com o Ministério e outras instituições programas de formação e qualificação nos níveis superior, médio e básico para estudantes e profissionais de hospitais*

públicos e, excepcionalmente, filantrópicos e manter programa de educação continuada para os profissionais da Rede SARAH.

No que se refere à formação e a qualificação de estudantes e profissionais externos à Rede SARAH foram registradas 6.661 participações nos programas oferecidos, frente a uma meta fixada em 2500, merecendo destaque as participações no Programa de profissionais da Argentina, Espanha, Dinamarca, Estados Unidos, França, Portugal e Suíça.

No que se refere à capacitação de profissionais da própria Rede, a meta de 1.200 participações foi também superada, tendo sido contabilizadas 5.540 participações, notadamente em cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado (443), desenvolvimento e capacitação profissional (4.636), além de participações em reuniões e simpósios externos (440).

O objetivo 3º (**Ação educacional e preventiva**) visa *exercer ação educacional na sociedade e prestar assessoria técnica ao Poder Público, visando prevenir a ocorrência das principais patologias atendidas na Rede SARAH.*

As ações básicas desenvolvidas em caráter permanente neste campo consistem na realização de aulas públicas e na disseminação de informações, por mídia impressa sobre as temáticas: O sistema nervoso central e os neurotraumas (Lesão Cerebral e Medular); os acidentes de trânsito; os acidentes de mergulho. O público alvo é formado por crianças e adolescentes, com idades de 10 a 16 anos, matriculados nos estabelecimentos da rede de ensino das capitais em que se localizam os hospitais. E os conteúdos apresentados em aula, utilizam-se do apoio de vídeos e de outros recursos, conferindo-se ênfase aos impactos humanos e sociais dos acidentes, em que se trata da questão do incapacitado físico na sociedade brasileira e no exercício da cidadania.

Foram ministradas 233 aulas para um total de 46.875 estudantes de escolas públicas e privadas frente à meta de 40 mil participantes, pertencentes a 205 escolas, tendo sido distribuídos 151.665 folhetos sobre os temas, o que também ultrapassou a meta fixada de 120 mil.

O objetivo 4º (**Desenvolvimento de pesquisas e normas e avaliação de tecnologias**) é enunciado como *desenvolver pesquisas científicas, normas técnicas e avaliação de tecnologias e equipamentos hospitalares, divulgando os resultados, nacional e internacionalmente.*

Quanto às pesquisas científicas, o relatório informa que os profissionais da Rede, pertencentes às diversas áreas técnicas de todas as unidades, apresentaram 61 trabalhos científicos, superando assim a meta de 55 previamente fixada. Em relação à avaliação de tecnologias e equipamentos e à elaboração de normas técnicas, consoante o disposto no inciso VI, da Sub cláusula Terceira, a Associação informa que não ter recebido, no exercício de 2003, qualquer solicitação do Ministério da Saúde a esse respeito.

A Diretoria Executiva apresenta no Anexo I análise do cumprimento dos objetivos e metas propostos desagregados por cada uma das unidades hospitalares e na Rede. O referido

Anexo detalha, por semestre e por unidade hospitalar da Rede, os resultados dos serviços e dos indicadores com as metas anuais que foram estabelecidas no Plano de Trabalho para o exercício de 2003 demonstrando que os mesmos foram cumpridos e excedidos.

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação encarregada de acompanhar a atuação da Associação em relação às metas previstas no contrato de gestão aprovou, por unanimidade, os indicadores relativos ao ano de 2002.

2. Síntese da Execução Orçamentária e Financeira:

O Relatório registra ter sido aprovada para o exercício de 2003 dotação orçamentária de R\$ 282.408.000,00, no programa “Assistência Médica Qualificada e Gratuita a todos os níveis da população e Desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisas no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais – Ação orçamentária 10.302.4299.0001”.

Do crédito aprovado para o Programa, a Associação recebeu a importância de R\$ 261.788.885,00 no exercício, dos quais a importância de R\$ 13.128.331,00 foi recebida no 2º dia útil do corrente ano de 2004. É informado ainda o recebimento de R\$ 27.111.115,00 correspondente a restos a pagar do exercício de 2002.

Penso que o Conselho de Administração deveria expressar preocupação com o corte de cerca de R\$ 7,5 milhões da dotação orçamentária de 2003. Em que pese a necessidade imperiosa de ajuste fiscal, há que considerar que a Rede SARAÍ opera de forma substancialmente diferente de outros órgãos e instituições custeados por dotações orçamentárias, submetendo-se a contrato de gestão com metas específicas e pre-definidas, o que a poderia qualificar para um tratamento diferenciado.

A execução orçamentária e contábil do exercício de 2002 alcançou R\$ 295,7 milhões, compondo-se de:

- | | |
|---|-------------------|
| • Pessoal e respectivos encargos | R\$ 208,4 milhões |
| • Custeio | R\$ 53,7 milhões |
| • Reposição de aparelhos e com reformas e manutenções | R\$ 15,5 milhões |
| • Provisões para gastos tributários ¹ | R\$ 5,3 milhões |

¹ Esses gastos encontram-se pendentes de decisão judicial (ADIN nº1802-3, de 27.8.98, do Supremo Tribunal Federal referente aos Impostos sobre Renda e sobre Operações Financeiras e Lei Complementar nº110, de 29.6.01)

- Obras basicamente do cará de Janeiro R\$ 12,8 milhões

A essas despesas operacionais acima indicadas, deve ser agregado ainda o valor da depreciação do ativo imobilizado e das variações monetárias passivas que alcançaram a cifra de R\$ 27,5 milhões em 2003.

3. Prestação de Contas:

Foram apresentadas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2003, comparativamente àquelas publicadas em 2002, compostas de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrimônio e Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos, acompanhadas das Notas explicativas às Demonstrações Contábeis referentes à posição de 31 de dezembro de 2003.

A referida documentação foi objeto de verificação realizada pela Trevisan Auditores Independentes, que emitiu Parecer datado de 27 de fevereiro de 2004, cuja conclusão é a seguinte:

“3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação das Pioneiras Sociais em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o resultado das operações, as mutações do seu patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

II - Voto

Os documentos encaminhados pela Diretoria Executiva da Associação das Pioneiras Sociais à apreciação deste Conselho de Administração que relatei evidenciam que no exercício de 2003 a Rede SARAÍ deu continuidade, em suas unidades, à prestação de assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população. Evidenciam também que foram cumpridos todos os objetivos e metas estabelecidos para o exercício e superados os indicadores de qualidade estabelecidos pelo Contrato de Gestão, os quais apresentaram também melhoria em relação àqueles verificados em anos anteriores.

A análise comparativa dos principais indicadores deixa claro que a assistência médica prestada pela Rede SARAÍ vem crescendo, mantendo-se o padrão de produtividade dos empregados e de eficiência na aplicação dos recursos, ao tempo em que se observa melhoria no padrão de qualidade da assistência prestada aos pacientes. As metas qualitativas e quantitativas definidas no novo Contrato para a Rede SARAÍ foram integralmente atingidas e os recursos aplicados em consonância com o programa de trabalho.

Ocorreu também no período o início de funcionamento da 7ª unidade hospitalar da Rede SARAH – o Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação, localizado no Lago Norte, em Brasília.

Os excelentes resultados alcançados são fruto da visão humanista, competência profissional, e trabalho árduo e dedicado da Diretoria Executiva presidida pelo Doutor Aloysio Campos da Paz Júnior, de sua equipe e do corpo profissional da Rede SARAH que anônima e persistentemente se desdobram para prestar atendimento médico de qualidade, com eficiência na aplicação de escassos recursos públicos. Proponho ao Conselho aprovar voto de louvor a esses profissionais pelo seu trabalho.

Com essas considerações, e à vista do que consta no Relatório precedente, VOTO no sentido de que sejam aprovados os documentos oferecidos pela Administração da APS e aqui apreciados - RELATÓRIO DE ATIVIDADES e ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS - todos referentes ao exercício de 2003.

Brasília, 29 de abril de 2004.


Murilo Portugal Filho
Conselheiro-Relator



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 517, DE 2004

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeiro que o Senado Federal encaminhe ao Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, extensivo à sua equipe e ao corpo profissional da Rede Sarah, voto de louvor pelo excelente trabalho que sempre desenvolve em prol da comunidade, com vistas a ampliar o universo de atendimento, mantendo o padrão da assistência prestada aos pacientes.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2004. – **Tião Viana.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 518, DE 2004

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a seguinte solicitação de informações a respeito do salário mínimo:

1) Qual a meta estabelecida pelo Governo para o aumento real do salário mínimo até dezembro de 2006?

2) O Governo irá cumprir a promessa de campanha e os primeiros discursos após a posse de que o valor real do salário mínimo será dobrado até o final do mandato?

Justificação

Durante a campanha eleitoral de 2002, o então candidato Lula prometia a toda a nação que, em sendo eleito, faria que o salário mínimo tivesse dobrado o seu valor real até o final do seu mandato em 2006.

Decorridos, no entanto, 1/3 do seu mandato e duas oportunidades, na sua gestão, de alterar o valor da remuneração mínima permitida pela Constituição Federal, frustra-nos a constatação de que o aumento real não ultrapassa a casa dos 3% acumulados, deixando ao Presidente, ainda, uma meta a ser cumprida de 97% nos próximos dois anos.

Dessa forma, diante da preocupação da exigüidade de tempo e da tibieza das ações governamentais em cumprir a sua dívida moral em promessas ao povo brasileiro, visando trazer tranquilidade à insegurança da sociedade quanto à confiabilidade das promessas do Governo Lula, tomo a iniciativa de questionar o Ministro do Planejamento quanto às estratégias futuras do Governo para o alcance da meta de dobrar o valor real do salário mínimo como anteriormente anunciado.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2004. – **José Jorge**, Senador da República.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido vai à Mesa para decisão nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2004

Requer Voto de Aplauso aos autores do livro Diretas Já, 15 Meses que abalaram a Ditadura, Dante de Oliveira e Domingos Leonelli.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso, ao ex-Deputado Federal e ex-Governador Dante de Oliveira, de Mato Grosso; e ao ex-Deputado Federal e Estadual Domingos Leonelli, da Bahia, pelo lançamento do livro “Diretas-Já, 15 Meses que Abalaram a Ditadura”, significativa contribuição à História do Brasil, pelo depoimento de duas das personagens diretamente envolvidas na luta pelas liberdades e que emprestaram a força de seu trabalho e de seu talento para o processo de redemocratização do País.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos autores do livro e à Editora Record.

Justificação

Mais do que um relato sobre o movimento nacional que acabou resultando na redemocratização do Brasil, depois de mais de dois decênios de exceção, o livro que vem de ser lançado insere-se como obra de elevado valor para a compreensão do processo histórico nacional mais recente.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos regimentais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar ao requerimento feito pelo nobre Senador Tião Viana, como sempre lúcido, oportuno e preciso.

Justifica-se essa homenagem que S. Exª presta à rede SARAH, citando o exemplo da atividade que exerce hoje não só em Brasília, mas também em suas várias ramificações – Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Ceará –, porque a rede SARAH de Hospitais é um orgulho para o Brasil e um exemplo que damos ao mundo, de dedicação, de tenacidade e, acima de tudo, de administração competente.

Associo-me, pois, à manifestação feita pelo nobre Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Heráclito Fortes, a Presidência registra a inscrição de V. Exª para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me associar também à homenagem referida no requerimento do Senador Tião Viana, porque a Rede SARAH tem prestado um serviço altamente relevante a todo o Brasil. Do meu Estado de Rondônia têm vindo pessoas que, sem alcançar recuperação no Estado, vêm para a Rede Sarah e aqui se recuperam. Tenho inclusive trabalhado para levar uma seção dessa instituição para Rondônia, principalmente nessa área de ortopedia.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero associar-me a essa iniciativa, até porque sou exemplo vivo, sou testemunha, em cores, do trabalho maravilhoso realizado pela Rede SARAH. Realizei uma cirurgia de hérnia de disco que é antiga – já disse ao Senador Alvaro Dias que ninguém aqui tem responsabilidade por ela.

A Rede SARAH realmente presta um serviço maravilhoso a quem tem a possibilidade de acessar os seus serviços, e creio que todos temos que ter essa preocupação de valorizá-los e inclusive de estendê-los. O Sul do País está em franca mobilização para

que possamos levar para lá também uma unidade da Rede SARAH, como já possuem outras regiões. Os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão empenhadíssimos para levar uma unidade para o Sul do País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco.

V. Exª dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu havia me preparado para fazer um pronunciamento, em nome da Oposição, sobre a questão do salário mínimo. Mas, desde que aqui cheguei, às nove horas, vejo que os Senadores do Governo estão todos dizendo o que eu iria dizer, estão protestando contra o novo salário mínimo. Assim, resolvi mudar de assunto, porque creio que o tema já foi bastante comentado pelos Senadores da Base do Governo.

Nas sextas-feiras, sempre há um certo espaço para a Oposição, para que possamos fazer as nossas críticas, os nossos comentários. Hoje, embora eu seja o primeiro orador da Oposição, os quatro oradores que me antecederam – todos da Base do Governo – fizeram as críticas e os comentários que nós é que normalmente fazemos.

Considero esse fato uma evolução, uma melhoria, e espero contar com os votos desses Senadores, Senador Alvaro Dias, e não apenas com a palavra, para que possamos melhorar o salário mínimo para o povo brasileiro.

Por outro lado, eu gostaria de dizer que apresentarei um requerimento à Casa, dirigido ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para que S. Exª confirme se o Governo Lula ainda mantém aquela meta da campanha, de dobrar o salário mínimo real em quatro anos. É preciso que fiquemos sabendo isso, porque essa foi uma das promessas que ajudaram Lula a ganhar a eleição e os dois primeiros aumentos foram inferiores a 2%.

Portanto, Sr. Presidente, antes de iniciar o meu discurso propriamente dito, eu gostaria de ressaltar esses dois aspectos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a sociedade brasileira vem acompanhando, dia a dia, com apreensão, o desenrolar do “abril vermelho” – cujo último dia é hoje – imposto ao País depois do virulento discurso dirigido aos sem-terra, no dia 26 de março, pelo líder supremo do MST, Sr. João Pedro Stédile.

Anunciava, então, o Sr. Stédile, que iria infernizar o Governo brasileiro com o seu “abril vermelho”, e ali estava dando o sinal de partida para a invasão de propriedades rurais Brasil afora pelos diversos movimen-

tos de trabalhadores sem-terra – só em Pernambuco são 13. E ainda dizia que essa forma de pressão sobre o Governo Federal era a única linguagem que podia usar para fazer cumprir a promessa do então candidato Lula de assentar 400 mil famílias e regularizar 130 mil títulos de terra em quatro anos de Governo.

Espera-se que o “abril vermelho” nada tenha a ver com a estrela vermelha do Partido dos Trabalhadores, tamanha a complacência diante do fato demonstrada pelo Presidente da República e pelas maiores autoridades agrárias do País, muitas das quais procedentes dos próprios quadros do MST ou seus confessos simpatizantes e defensores.

Fiz e continuo a fazer coro com diversos Parlamentares desta Casa e da Câmara Federal para protestar contra a forma antidemocrática, autoritária e irresponsável com que ocorreram e continuam a ocorrer as sucessivas ondas de invasões de propriedades rurais improdutivas e produtivas, indistintamente, além da invasão e ocupação de prédios, repartições públicas, escolas, cartórios, quartéis e, inclusive, sedes regionais do Incra.

Como se isso não bastasse, estão sendo realizadas, em todas as partes do País, inúmeras passeatas e caminhadas de milhares de agricultores com foices, facões, roçadeiras e enxadas, levantadas em tom de ameaça, afrontando o próprio Estado de Direito vigente em nosso País.

Para Pernambuco, Estado do Presidente Lula e que tenho a honra de representar nesta Casa, estava programada a maior onda de invasões de terra, sob o comando de líderes de 14 diferentes movimentos de trabalhadores, supostamente sem terras.

Iniciado o “abril vermelho”, até o dia cinco já haviam invadido propriedades em 14 Municípios, em todas as regiões do Estado, perfazendo um total de 31.197 hectares de terras ocupadas por 1.849 famílias. Só a Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco), na madrugada do dia 4 de abril, efetuou 19 invasões de propriedades. No dia 6 de abril, o movimento Organização da Luta no Campo (OLC), interditou por três horas, com cerca de 1.500 trabalhadores rurais, a principal rodovia do Estado, a BR-232, na cidade de Pombos, bem próxima a Recife, fazendo a queimada de 80 pneus na estrada, enquanto a Fetape ocupava o Incra com cerca de 800 pessoas.

Na mesma data, foi anunciada uma marcha do MST sobre o Recife, partindo de Paudalho, no dia 14, e chegando à capital no dia 16, onde se dirigiram ao Palácio do Governo, e, segundo a imprensa, com a hipótese de ocupá-lo.

Até o dia 7, os movimentos dos sem-terra haviam invadido 45 propriedades em Pernambuco, gerando, em nosso Estado, a maior tensão social do “abril vermelho” do Sr. Stédile.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição, em seu art. 5º, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, estabelece, no inciso XXII, o direito à propriedade e, no art. 185, assegura que “é insuscetível de desapropriação, para fins de reforma agrária, a propriedade produtiva”.

Enquanto isso, marchando na contramão da Carta Magna e do Estado de Direito, insurgem-se movimentos radicais e revolucionários, como o MST, para ordenar uma onda nacional de invasões de terras e até de propriedades produtivas, inclusive afirmando, de público, em todos os meios de comunicação, que agora a ordem é invadir propriedades no grito e na marra, porque essa é a única linguagem que o Governo Lula pode compreender.

Uma semana após o discurso do Sr. Stédile, no dia 3 de abril, como medida inicial, o Presidente liberou às pressas, surpreendido com a arrogância do MST, a vultosa quantia de R\$1,7 bilhão para o programa de reforma agrária. E mandou um recado, timbrado com o selo da insegurança e da omissão, dizendo que a reforma agrária seria feita no respeito à legislação, com harmonia e sem radicalismo. Na verdade, em vez de gritar contra o Sr. Stédile, o Presidente apenas sussurrou...

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, V. Ex^a é um bravo oposicionista que se utiliza da sua competência, do seu preparo e da sua experiência, mas também, com muita esperteza política, da fina ironia, para fustigar o Governo quando ele merece. São duas peças notáveis da ironia política produzida por V. Ex^a o prêmio Berzoini e o bolo comemorativo do aniversário de um terço de Governo, um terço desse bolo engolido, segundo V. Ex^a, pelo Fundo Monetário Internacional. E hoje traz um assunto da maior seriedade, com a responsabilidade que se impõe para cumprir o seu mandato nesta Casa. Realmente, a anarquia que se estabeleceu no campo precisa encontrar um paradeiro. Lamentavelmente, esse Governo tem sido, em matéria de reforma agrária, uma espécie de “tartarugão” – aliás, talvez, tartaruga seja pouco –, de paquiderme enorme, caminhando a passos lentos, provocando a insatisfação e a revolta no campo do País. Por isso, até em função dos apelos de V. Ex^a, do Senador Sérgio Guerra, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que presido, irá visitar o seu Estado de Pernambuco entre os próximos dias 11 e 13, provavelmente. Essa CPMI pretende verificar *in loco* o que ocorre em Pernambuco, que é o retrato do que vem ocorrendo em 16 Estados do País, onde, em um mês e meio, 21 mil famílias invadiram áreas de terras produtivas, inclusive. Mas não quero roubar o tempo de V. Ex^a. Encerro este aparte apenas lamentando que o Ministro Miguel Rossetto não tenha pressa. S. Ex^a está muito calmo, está

caminhando a passos de paquiderme gordo, robusto, lento demais. Inclusive, adiou a convocação para depor na CPMI para o dia 25 de maio, o que demonstra que S. Ex^a não tem pressa alguma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, um especialista no setor agrícola brasileiro – o Paraná é um dos Estados mais produtivos do Brasil –, as palavras de elogio talvez exageradas que V. Ex^a teve sobre a nossa atuação.

Em resposta à liberação do dinheiro pelo Governo, o MST, dois dias após, ordena, em Porto Seguro, a invasão da propriedade da empresa Veracel Celulose, multinacional responsável pela maior investimento direto no Brasil neste ano. Com 3,5 mil famílias ostentando foice, facões e machados, iniciou-se, de imediato, a derrubada de quatro hectares de eucaliptos. O líder do movimento dizia cinicamente à imprensa que “ninguém come eucalipto”. Da mesma forma, foi ordenada a invasão da Klabin em Santa Catarina, que atua no Estado há uma centena de anos.

Como pode se sentir – pergunto eu – um cidadão brasileiro, ordeiro, pacífico, trabalhador e democrata diante de posturas tão truculentas e tão flagrantemente ilegais, ditadas por lideranças não legitimadas pelo regime democrático sob o manto do silêncio e da omissão do Governo Federal?

Relembro como o Governo Federal se comportou na invasão da Veracel. No dia 6, dois dias após a invasão, o Ministro Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário, fez um comunicado dizendo que a situação no campo era de “normalidade democrática”. O Incra fornecia cesta básica para os novos assentados da invasão. O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, visivelmente constrangido, dizia: “A invasão de terras é coisa chata, desagradável e preocupante, que complica ainda mais a reforma agrária”. O Ministro da Justiça disse que a lei deve prevalecer, enquanto o assessor da Previdência, Frei Betto, uma espécie de eminência parda desse Governo, disse que o Governo não vai criminalizar os movimentos sociais. Eis aí mais um exemplo da unidade de uma equipe carente de liderança.

Volto a falar sobre as invasões de terra em Pernambuco. Aguardando a marcha sobre Recife, que já partira de Paudalho, no dia 14, o Governador Jarbas Vasconcelos pronunciou-se com firmeza, afirmando sua posição em “repudiar novos acampamentos que venham a desafiar o estado de direito e desmoralizar a autoridade pública”. No mesmo dia, escreveu uma carta ao Presidente Lula sobre a situação em Pernambuco, que se estava tornando cada vez mais tensa devido às invasões de terra. Sr. Presidente, solicito que essa carta seja inserida em meu discurso. Não vou lê-la.

O Governador Jarbas tinha em mão dados preocupantes: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Fetape, mantinha em Pernambuco 155 acampamentos, com 9,7 mil famílias; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, mantinha 163 acampamentos, com cerca

de 20,8 mil famílias; a Organização da Luta no Campo, OLC, já citada, mantinha 64 acampamentos, com 6 mil famílias; o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, MTTL, estava com 32 acampamentos e 2,3 mil famílias; a Comissão Pastoral da Terra, CPT, estava com 32 acampamentos e 3,2 mil famílias. Todos os movimentos prometiam mais invasões até o final do Abril Vermelho, à exceção do MST, que, segundo palavras de Jaime Amorim, seu líder em Pernambuco, dizia que aquele prazo seria prorrogado ao longo do ano.

O Presidente da República, em sua ambigüidade permanente, deu o silêncio como resposta à carta do Governador de Pernambuco, que tem tido uma postura de apoio e lealdade ao Governo Federal, mesmo sem compromisso político e sem subserviência. Os pernambucanos sentiram-se ofendidos com a deselegância desse gesto do Presidente. Afinal, o Governador Jarbas Vasconcelos detém uma das mais belas histórias políticas deste País, marcada por suas lutas em prol das liberdades, da redemocratização e da justiça social, além de ser reconhecido pela coragem cívica e competência política, colocando-se, sem dubiedade, ao lado da lei.

Ainda persistindo na cansativa ladainha da “herança maldita”, alega-se que o Governo FHC deixou o Incra sucateado. Contudo, com esse mesmo Incra, de 1998 a 2001, o Governo FHC assentou em média 80 mil famílias por ano, enquanto, em 2003, o Presidente Lula fez o assentamento de apenas 36.301 famílias.

Comparativamente, verifica-se que o número de invasões do Governo FHC foi diminuindo ano a ano, de 1999 a 2002, como reflexo do elevado número dos assentamentos verificados: foram 502 invasões em 1999; 236 em 2000; 158 em 2001 e 103 em 2002.

Com base nesses dois aspectos analisados, vê-se que a paralisação do Governo, somada à sua incompetência, está nas raízes da desordem provocada no campo pelo MST e sua parentela.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Parlamentar tenho ouvido muitas pessoas do povo e formadores de opinião, que, diante da postura e das idéias totalitárias do MST e de outros movimentos de sem-terra, levantam, com total razão, sérias dúvidas sobre os verdadeiros objetivos do movimento na luta pela reforma agrária.

O Abril Vermelho espera poder acender a luz amarela de alerta para a sociedade e para o Governo sobre essa situação. Afinal, não é de hoje que os líderes do MST, trafegando na contramão da democracia, defendem a revolução armada para a tomada do poder. Claramente, manifestam seu projeto político de sociedade e a ele se dedicam, tomando como referência Emiliano Zapata, Che Guevara, Fidel Castro, Mao Tse Tung e outros.

Por outro lado, a movimentação do MST, recrutando famílias no campo e nas cidades indistintamente, com ou sem tradição rural, para fazê-los acampados ou assentados, pode estar direcionada a fins políticos e não sociais, pois passa aquele movimento a domi-

nar e doutrinar uma grande quantidade de pessoas humildes, ocorrendo o risco de uma manipulação ideológica perversa, já ultrapassada pela história, que desrespeita as pessoas humanas e condiciona as suas liberdades.

Por essas razões e para concluir, tenho duas considerações a fazer, seguidas de reivindicações.

Em primeiro lugar, defendo, como todos aqui defendem – tenho certeza – que se agilize a reforma agrária, para que o homem possa trabalhar, gerar renda e melhorar seus índices de desenvolvimento humano. Mas, considerando que hoje um assentamento tecnicamente bem feito custa para todos nós, contribuintes, cerca de R\$40 mil, quero apelar ao Senhor Presidente da República que, em respeito à sociedade brasileira, faça encomendar a órgãos como o IBGE, a Fundação Getúlio Vargas e universidades públicas uma pesquisa extensiva sobre os atuais cadastrados para assentamento por todos os movimentos sociais, a fim de identificar quais os verdadeiros camponeses que desejam e precisam de terra para trabalhar, evitando os oportunistas ou aliciados para invadir terras e depois vendê-las.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir o meu pensamento e darei o aparte a V. Exª, Senador Mão Santa.

Em segundo lugar, considerando que somente o Presidente Fernando Henrique Cardoso desapropriou 18 milhões de hectares de terra para a reforma agrária e assentou cerca de 635 mil famílias, ao custo de R\$25 bilhões, o que representa um altíssimo investimento social apenas com um segmento social, o dos sem-terra, com recursos exclusivos dos contribuintes brasileiros, proponho que o Senhor Presidente da República avalie a qualidade dos assentamentos já realizados de 1998 a 2003, para mensurar os resultados dos investimentos feitos.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, hoje todo o País o admira muito. Um dos momentos mais difíceis deste País foi a época do “apagão”, e V. Exª ajudou a clarear o País, a trazer energia. Outro dia, o seu grandioso Partido estava em crise, e V. Exª apareceu, fez surgir e ressurgir. Ontem até houve uma comemoração da Oposição, que, de minoria, se está transformando em maioria do povo brasileiro. Quero dizer que tenho experiência para oferecer ao Planalto, ao pessoal do núcleo duro. Por isso, Senador Siqueira Campos, como em terra de cego quem tem olho é rei, o Palocci é importante. Ele foi prefeitinho; os outros não o foram, não têm essa experiência. Assim, quero oferecer a minha experiência, porque, quando governei o Estado do Piauí, não houve esse problema. O meu Vice-Governador era um trabalhador rural, era líder da Fetag. Então, convivi com um líder ruralista. Agora sei por que isso não dá certo. Presidente Lula,

aprenda, pois esta Casa ensina! Devemos ser os pais da Pátria na história política universal. Existe o Incra, que é um órgão federal, e os órgãos estaduais. No caso do Piauí, há o Interpi. Em Pernambuco, deve haver um instituto como o Interpi. O que está fazendo o PT? Esse Partido tem poucos prefeitos, poucos governadores. No caso de Pernambuco, o PT tem só o prefeito da capital – e já perdeu as eleições; sou do Nordeste e sei disso –, e o Governador do Estado também não é do Partido. Há uma disputa de ações e não um sistema único, como ocorre na área da saúde. Assim, enquanto não tiver competência para chamar para as instituições, as prefeituras e os governadores – no caso, os institutos de terra, porque são os Municípios e os Governadores de Estado que têm terra –, o Governo não resolverá os conflitos de terra. Estão até tratando bem a terra do Planalto, porque, outro dia, colocaram no jardim do palácio uma estrela. Essa é a nossa opinião. Deve haver sintonia. O nome para ocupar o cargo no Incra deve ser, em respeito ao trabalhador, à Pátria, à agricultura e à paz, indicado pelo Governador do Estado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, antes de encerrar, agradeço o aparte do Senador Mão Santa, muito lúcido.

Na verdade, há uma politização completa do aparelho público, inclusive do Incra, ocupado por pessoas do próprio MST, como o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o Presidente do Incra e outros. Dessa maneira, o Governo não tem como agir nesse campo para equilibrar as ações entre o MST e o proprietário de terras, porque já escolheu um lado.

Final, a sociedade precisa saber se realmente esses milhares de sem-terra já assentados, com investimentos tão altos, são hoje auto-suficientes e progridem ou se já constituem uma massa zapatista de pequenos proprietários empobrecidos, que continuam dependendo dos Estados.

Sr. Presidente, encerro o meu discurso, pedindo ao Presidente Lula que tome uma providência drástica nessa equipe que cuida da reforma agrária, porque, do jeito que está, com esse Ministro, com esse Presidente do Incra, creio que a reforma agrária não vai chegar a lugar algum e que as invasões aumentarão cada dia mais.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SER REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Carta do Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, ao Senhor Presidente da República.”

Recife, 14 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor
LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil

Cumprimentando-o cordialmente, gostaria de reafirmar a preocupação do Governo de Pernambuco com o quadro de tensão social gerado pelas constantes ocupações de terras neste Estado.

É importante ressaltar que, apenas entre março e abril deste ano, ocorreram 55 invasões de terras em Pernambuco, onde se estima existir centenas de famílias acampadas atualmente.

O empenho do atual Governo de Pernambuco no sentido de apoiar os assentamentos existentes no Estado e já legalizados fornecendo infra-estrutura como poços artesianos, pequenas barragens e energia elétrica é conhecido. Da mesma forma, mantemos na Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária equipes permanentemente disponíveis para o diálogo com os movimentos sociais do campo.

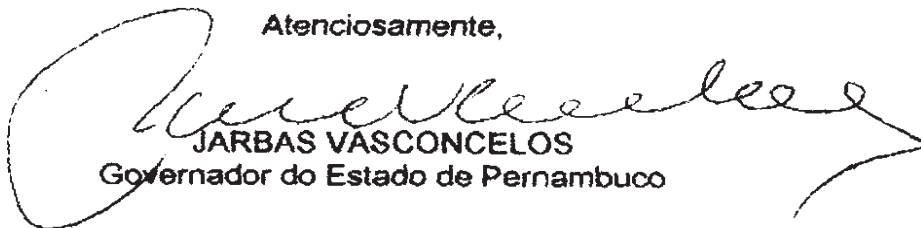
Infelizmente, no entanto, o que se vê no momento presente é uma coincidência profundamente preocupante e desafiadora. De um lado, a insubordinação à lei por parte do MST e, do outro, a morosidade do órgão federal encarregado de tratar da Reforma Agrária – o Incra – no encaminhamento das questões de sua responsabilidade.

Para culminar, a imprensa pernambucana registra, na data de hoje, a declaração de um dos coordenadores do MST no Estado, Alexandre Conceição, o qual diz, textualmente, referindo-se à marcha dos sem-terra na próxima sexta-feira, dia 16: "Nossa intenção é ocupar o Incra e, se conseguirmos, faremos o mesmo com o Palácio do Governo".

O Governo de Pernambuco, Sr. Presidente, mantém-se disposto a ajudar, no que for possível, o Governo de Vossa Excelência a dar um melhor encaminhamento ao problema do campo e faz um apelo no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas para reduzir a tensão estabelecida na área rural mas não vai se furtar a enfrentar, de forma decidida, como sempre fez, movimentos que, ao arrepio da lei, desejem desafiar o estado de direito e desmoralizar a autoridade pública.

Na oportunidade, renovo votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



JARBAS VASCONCELOS
Governador do Estado de Pernambuco

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador José Jorge, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que fala por cessão deste Senador Eduardo Siqueira Campos, que seria o próximo inscrito.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a também está regularmente inscrito, mas a Casa ouvirá as palavras do Presidente José Sarney. Em seguida, daremos continuidade à lista de oradores inscritos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para rememorar a data de hoje. Há 150 anos, inaugurou-se a primeira estrada de ferro no Brasil, o que significava e significa um marco muito importante no progresso brasileiro.

Naquele dia, inaugurávamos a estrada que ia até Petrópolis. D. Pedro II, com a imperatriz e todo o seu séqüito, comemorava o que era, sem dúvida, um fato extraordinário até mesmo no mundo, uma vez que as ferrovias começavam a operar havia pouco tempo. Depois da descoberta da máquina a vapor, primeiramente utilizada em barcos, que, depois, foram transformados em navios, as estradas de ferro começaram a ser construídas.

O pioneiro dos meios de transportes no Brasil foi Irineu Evangelista de Sousa, o Mauá, que depois recebeu o título de Visconde de Mauá, justamente porque, naquele dia, não só era inaugurada a estrada de ferro, mas o primeiro transporte intermodal no Brasil. Saía-se da Praça do Paço, no Rio de Janeiro, em uma barca, até a praia Mauá, na Ilha da Estrela. Dali, tomava-se o trem até o pé da serra. Naquele dia mesmo, D. Pedro II resolveu dar a Irineu Evangelista de Sousa o título de Barão de Mauá, justamente porque, na praia de Mauá, ali perto, iniciava-se a ferrovia.

Esse fato é extremamente importante porque significa o momento em que o Brasil começava a descortinar os caminhos do progresso à frente das descobertas. O transporte ferroviário foi, no mundo, a grande alavanca do comércio e do desenvolvimento. O Brasil teve cerca de 40 mil quilômetros de ferrovias, que, agora, depois de 150 anos, foram reduzidas a 29 mil quilômetros. As ferrovias foram sucateadas, foram desaparecendo, perdendo para o transporte rodoviário, que, sem dúvida alguma, é o modelo dominante, mas que, na realidade, não corresponde ao que o nosso País necessita em termos de infra-estrutura.

Quando Presidente da República, acompanhando o processo de desmonte das ferrovias, inclusive, com o estudo feito pelo Geipot no sentido de mandar acabar

com os ramais ferroviários – muitos deles foram extintos –, procurei de todo modo incentivar e restaurar a mentalidade ferroviária na infra-estrutura do Brasil.

Para isso, utilizamos mesmo os fundos destinados às rodovias na construção de estradas de ferro. Com isso, conseguimos concluir a estrada do aço. Projetamos grandes ferrovias nacionais. Se o Brasil tivesse construído a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia Leste-Oeste, certamente não estaríamos hoje precisando discutir teorias econômicas, porque o País estaria crescendo e o ativo que se constitui para o Brasil os 70 milhões de hectares já estaria disponível para a agricultura, a serviço do progresso brasileiro.

Para traduzir a vontade que o País teve em investir nas ferrovias, basta dizer que, oito anos depois da construção da primeira ferrovia no Brasil, da qual estamos comemorando os 150 anos, já também se inaugurava a que vai de Recife a São Francisco, obra de Cristiano Ottoni, o que significava que o Brasil acompanhava esse ritmo. Os ingleses pegaram a Índia e cortaram o país com ferrovias para cima e para baixo. E temos também os Estados Unidos.

Hoje nós ouvimos um discurso anacrônico de que as ferrovias foram o instrumento de transporte do passado, não são do presente e não serão mais do futuro. Isso não é verdade, Sr. Presidente. Realmente, as ferrovias foram o transporte do passado, sofreram um período de decadência, mas hoje, com as novas tecnologias e os trens de alta velocidade, elas passaram a ser as esteiras rolantes de escoamento da produção. Se nós não tivermos ferrovias, não teremos transporte competitivos. Se nós não tivermos ferrovias, jamais poderemos pensar no crescimento do Brasil, porque a cada 3% de crescimento anual, por assim dizer, nós teríamos que crescer 1% na infra-estrutura. E, dentro dessa infra-estrutura, nós, certamente, teríamos o transporte ferroviário.

Sonhei, como Presidente, até mesmo em trazer novas tecnologias; planejamos e colocamos em edital de concorrência o trem-bala do Rio de Janeiro para São Paulo, àquela época. Enfim, tínhamos a mentalidade ferroviária.

Devo também ressaltar que o processo de privatização compulsório das ferrovias brasileiras foi obviamente um processo errado, que não deu certo. Hoje, estamos constatando que não atingiu os seus objetivos.

Portanto, nesta data, quero relembrar ao País a necessidade de restaurarmos a consciência de que as ferrovias são importantes para o progresso brasileiro e, ao mesmo tempo, louvar e homenagear aqueles ferroviários que, ao longo do tempo, participaram desse processo e constituíram uma classe importante do de-

senvolvimento da infra-estrutura brasileira; ferroviários que, até hoje, estão aí esquecidos, mas cuja grande contribuição ao Brasil temos que reconhecer.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Darei o aparte a V. Exª.

Quero ressaltar também, nesse aspecto, alguns líderes do presente que sempre lutam pelos ferroviários, como o Deputado Carlos Santana, que, em toda sua vida política, tem sido um defensor da classe ferroviária e da necessidade de renovarmos a consciência ferroviária no Brasil.

Como Presidente de Honra dos Ferroviários – deram-me esse título que até hoje guardo com muita retidão –, estou aqui lembrando esses 150 anos e dizendo que considero essa data uma marca importante para o Brasil, porque é uma marca do progresso brasileiro.

Ouçõ a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, o Senador Alvaro Dias.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero me congratular com V. Exª pela manifestação que faz, até porque ontem tive a oportunidade de fazer da tribuna um registro da representação que o Senador Marco Maciel e eu fizemos em encontro da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. Nessa solenidade, ressaltou-se não só a comemoração dos 150 anos, mas também a necessidade de retomarmos esse modal de transporte, fundamental a todo e qualquer país, principalmente a países com dimensões continentais, como é o caso do Brasil. Tive a oportunidade de traçar comparativos entre os parcos 24% de transporte ferroviário do Brasil com a situação de outros países, como o Canadá, com 46%; Estados Unidos, 43%; e Rússia, 81%. É inadmissível que não tenhamos a capacidade política de dar a importância que a ferrovia tem para o nosso desenvolvimento, para a infra-estrutura de escoamento de produção, de cargas e de pessoas neste País continental. Registre também todas as tratativas feitas pelo Governador Zeca do PT, em Mato Grosso, e toda a articulação na parceria público-privada com a ferrovia Novo Oeste que, infelizmente, como V. Exª registrou, nesse processo de privatização acelerado teve muitas seqüelas. Mas é esse o sistema que temos, é com ele que temos que dar a volta por cima e fazer com que a ferrovia tenha realmente esse papel importante no desenvolvimento. Parabenizo V. Exª por trazer, mais uma vez ao plenário, esse que é um dos temas fundamentais para que o desenvolvimento brasileiro tenha sustentabilidade.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – MA) – Muito obrigado pelo aparte de V. Exª. Sei que muitos pro-

nunciamentos foram feitos nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, onde tivemos uma sessão solene, à qual compareci.

É muito bom que tenha despertado também na área política uma grande necessidade de consciência a respeito do transporte ferroviário no Brasil, que foi sucateado e abandonado. Mas estou falando hoje porque foi exatamente há 150 anos, no dia 30 de abril de 1854, que tivemos esse fato, que não poderia passar em branco no Senado da República. O aparte de V. Exª engrandece esta pequena comunicação, e tenho certeza de que todos estamos contribuindo para que as ferrovias possam renascer no Brasil.

Ouçõ o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Presidente Sarney, apenas para um depoimento e um agradecimento. V. Exª fez referência aos esforços do seu Governo para estimular o sistema ferroviário nacional e impedir o seu sucateamento. Sou testemunha disso, porque foi, autorizado pelo seu Governo, estimulado pelo seu Governo e com a participação dele, que iniciamos no Paraná a construção da ferrovia Paraná Oeste, que se tornou realidade e hoje presta um extraordinário serviço no escoamento da produção do oeste do Paraná, que é um celeiro na produção de soja no nosso Estado e no nosso País. A ferrovia reduz o custo do transporte e, por consequência, reduz o custo da produção, oferecendo uma margem de lucro maior ao produtor e, certamente, uma economia superior ao País. Notadamente quando se vê o porto de Paranaguá com filas de 120 quilômetros de caminhões à beira da rodovia esperando vez, a importância da ferrovia se destaca. E é para agradecer a V. Exª, que possibilitou aquela realização, que nós o apartemos neste momento. V. Exª tem autoridade para falar em ferrovia no nosso País.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pela referência que faz às providências que, naquele tempo, tomamos conjuntamente em favor das ferrovias do Paraná. Recordo-me que foi naquele tempo que fizemos a parceria com a iniciativa privada que possibilitou aquela estrada que hoje está sendo tão importante para o escoamento da produção, do Estado de Mato Grosso até São Paulo, interligando-se com o sistema paulista, feita naquele tempo, por concorrência, pelo Olacyr, com o apoio do Estado.

Nós, políticos – repito –, devemos ter a consciência de que é preciso que as ferrovias estejam no primeiro plano do pensamento da criação da infra-estrutura nacional.

Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Ouço, com muita honra, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Presidente José Sarney, V. Ex^a, em primeiro lugar, trouxe algo que é muito bom que se traga aqui, que é ressuscitar fatos históricos. O Senado deveria ser, na verdade, uma grande sala de história para nós e para o Brasil. Mas o que me fez pedir o aparte foi a oportunidade do tema. Na verdade, algo que ocorreu há 150 anos é mais moderno, do ponto de vista dos desejos de um país melhor, do que o que fazemos hoje. O que está aí é uma lógica diferente. O transporte ferroviário é um transporte comprometido com o público; o transporte que surgiu da indústria automobilística é comprometido com os indivíduos. Daí há uma diferença, inclusive, entre os sindicatos ferroviários e a indústria automobilística. Assim, é uma preocupação que tenho com a esquerda, da qual me sinto parte. A nossa esquerda nasceu moderna na indústria automobilística. Nossa esquerda é filha das fábricas de automóveis e se tornou privatista. Nesse caso, a oportunidade, por exemplo, do tema que apareceu de ontem para cá, do salário. Estamos tratando do salário pelo lado privado, da renda do trabalhador, que é fundamental, mas estamos esquecendo o lado público do salário do trabalhador, que é a sua escola, o seu transporte, como dizia há pouco o Senador Valdir Raupp, e preocupados com aqueles que nem salário mínimo têm. Então, por trás dos 150 anos das ferrovias no Brasil, V. Ex^a está propondo um debate que este País precisa levar a sério: quebrar a lógica do desenvolvimento com base no aumento da demanda privada de cada um e passar a um desenvolvimento que atenda às necessidades da totalidade do povo brasileiro. Isso está por trás desse debate sobre ferrovias ou rodovias e por trás do que V. Ex^a trouxe hoje como simples lembrança de um fato histórico, muito oportuno, Presidente Sarney, para os dias de hoje.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – V. Ex^a recorda no seu aparte um fato extremamente importante, que passa despercebido e de que não íamos nem tratar. Realmente, quando surgiu o transporte ferroviário, ele foi feito para os pobres, porque, nos séculos XVIII e XIX, o transporte de pessoas era feito usando animais. Os ricos usavam as carruagens, que eram das pessoas abastadas, e os pobres tinham de andar a pé. Quando se implantou o transporte ferroviário, ele se tornou o transporte dos pobres. Recordo que li, por exemplo, que nessa ferrovia que completa 150 anos foi estabelecido que os pobres pagavam só quinhentos réis pela passagem. Eram chamados de “os descalços”, porque os pobres naquele tempo andavam descalços, não tinham sapatos.

Então, a ferrovia, esse transporte intermodal, naquele tempo foi uma solução genial. Mauá procurou fazer a estrada interligando o transporte marítimo, das barcas, com o ferroviário – era uma mentalidade extraordinária para aquele tempo! –, mas também com a preocupação de ser o transporte dos pobres, que até hoje é feito pelos trens suburbanos e metrô. Como V. Ex^a disse, esse foi o transporte dos pobres, e hoje, nas grandes cidades, continua sendo daquelas pessoas que não têm acesso aos transportes de alta velocidade ou aos transportes particulares e privados, que são segregacionistas das classes privilegiadas.

Também recorro, já que estamos recordando, que corresponde a meu Governo o estabelecimento do vale-transporte, que foi dado a todos os operários e empregados do Brasil. O vale-transporte foi criado durante o tempo em que fui Presidente da República e até hoje é um instrumento importante para o trabalhador. Verificamos que as pessoas não podiam guardar parte do salário que recebiam para pagar transporte, porque havia a premência da compra da comida. Em vários dias da semana, o trabalhador não podia sair de casa porque não tinha dinheiro para o transporte. Daí o estabelecimento do vale-transporte quando eu era Presidente da República.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nobre Presidente José Sarney, a presença de V. Ex^a na tribuna é sempre uma aula para todos nós. Lamento que o aparte me tenha sido dado após V. Ex^a ter feito referência ao vale-transporte. Pensei que tinha havido um esquecimento por parte de V. Ex^a dessa grande conquista, talvez uma das maiores conquistas que o trabalhador brasileiro teve nos últimos tempos, exatamente no Governo de V. Ex^a. Eu queria pedir permissão para acrescentar, à homenagem feita por V. Ex^a a um ferroviário da Câmara, o nome de um ferroviário do Senado. Refiro-me ao Senador Alberto Silva, de origem ferroviária, que foi Governador do Piauí e hoje é um entusiasta das ferrovias brasileiras.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – E fez metrô em Teresina.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fez metrô em Teresina, exatamente. Eu queria dar um testemunho: fiz turismo em ferrovia na terra do Senador Mão Santa, nossa querida Parnaíba. Quantas e quantas vezes saí de Parnaíba para Luiz Corrêa no trem da Central, exatamente para tomar o chamado trem dos banhistas! Saía de manhã de Parnaíba, ia para Luiz Corrêa e voltava à tarde, sempre de trem. Era uma maneira de fomentar o turismo.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Em Piri-piri, também.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente. Saía-se de Teresina, era uma viagem vagarosa, e chegava-se a Parnaíba. Lamentavelmente, isso faz parte do passado, V. Exª bem disse. Vamos torcer para que o Brasil retome as ferrovias como prioridade. E que não fiquemos apenas na questão ferroviária, imortalizada pelo seu conterrâneo João do Vale. Quantas e quantas vezes o trem do João do Vale me despertou em Teresina para que eu pudesse ir à escola! Esse trem do João do Vale, a famosa Maria Fumaça, transportava riqueza do Piauí para o Maranhão. Espero que possamos voltar um dia, Presidente Sarney, a contar não só com essa estrada de integração, como também com várias outras que, infelizmente, foram paralisadas no Brasil. Parabéns a V. Exª pela oportunidade do pronunciamento!

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado. V. Exª preenche uma lacuna no meu discurso, evitando o esquecimento do Senador Alberto Silva. Certamente, a Casa há de me desculpar, porque na minha idade começamos a esquecer. O Senador Alberto Silva, realmente, é um homem que tem ligado a sua vida ao transporte ferroviário. Lembro-me da luta de S. Exª pelo metrô de Teresina.

V. Exª falou do ramal que ligava Parnaíba a Piripiri, que foi desativado naquele tempo, de acordo com o relatório do Geipot. Muitos queriam também desativar o de São Luís a Teresina. O ramal que ligava São Luís a Teresina estava incluído para ser extinto. Eu, naquela época, era Governador do Estado do Maranhão e não quis discutir a desativação, mas mandei fazer um estudo sobre a viabilidade da ferrovia, porque sabia que o relatório estava errado quando pedia a extinção daquele ramal. Muitos outros ramais foram extintos. Por exemplo, a chamada estrada Bragantina – de Belém a Bragança – foi extinta. Naquela área da Amazônia, era a única estrada que existia.

Então, na realidade, é um setor que ficou esquecido. Criou-se a mentalidade de que ferrovia era uma coisa do passado, que ferrovia era uma coisa antiquada, quando, na realidade, não havia nada disso. Quer dizer, tinha-se que incorporar as novas tecnologias às ferrovias brasileiras.

Ouçõ o Senador José Jorge, que me havia pedido um aparte.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Presidente José Sarney, agradeço a oportunidade de apartear V. Exª. Na realidade, quero me congratular com V. Exª pela atualidade do tema que discute no Congresso. O moderno, hoje, é exatamente o transporte modular, quer dizer, a integração de todos os tipos de transporte: rodoviário, ferroviário, fluvial, aéreo, tudo integrado para que a mercadoria vá ponto a ponto com custo míni-

mo. Certamente, em nenhum desses diversos tipos de transporte, temos, no Brasil, um sistema avançado tecnicamente. O setor ferroviário é o que está mais atrasado, mesmo porque esteve praticamente desativado. Então, no momento em que V. Exª traz esse assunto à nossa pauta, acho que também podemos ter esperança de que o sistema de transporte avance de forma integrada, reduzindo o custo Brasil e permitindo que nossos produtos cheguem ao exterior de forma competitiva e cheguem mais baratos a todos os brasileiros. Parabéns a V. Exª!

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Obrigado, Senador José Jorge, V. Exª, sempre com muita precisão e experiência de homem público, aborda um ponto novo. No caso dos transportes, hoje, realmente, o que é moderno é o transporte intermodal, quer dizer, a conjugação de todos os tipos de transporte.

Eu queria dizer que Mauá já tinha essa visão. Para possibilitar a ferrovia, ele fez uma interligação do transporte ferroviário com o transporte marítimo. É com tristeza que vemos desaparecer no Brasil essa mentalidade de integração, de transporte intermodal. De certo modo, ela desapareceu e foi relegada a segundo plano. Como bem disse V. Exª, todos os nossos meios de transporte estão atrasados sob esse aspecto. Não precisamos inventar coisas novas. Recordo isso não por saudosismo nem nada disso, para não fazer referência, mas pela necessidade, porque, quando o fizemos, já antes de chegarmos à Presidência, muitos haviam pensado nisso. Fizemos um plano de integração do transporte intermodal, incluindo hidrovias, ferrovias, transporte aéreo, o centro de distribuição, tudo isso faz parte de um estudo profundo feito naquele tempo, que estava aí. Iniciamos pensando nas hidrovias e no transporte de cabotagem. E é com tristeza, posso dizer, já que estamos invadindo a data histórica com a discussão desse problema de infra-estrutura de transportes, que vemos que, no Brasil, com essa costa imensa, abandonaram-se os portos, a navegação de cabotagem e, para tristeza nossa, desapareceram as bandeiras brasileiras de transporte internacional. Não temos hoje uma bandeira brasileira de transporte internacional! O que significa? Que, na balança de serviços, o nosso déficit se encontra na altura em que está. Se hoje resolvermos crescer 3%, 4%, 5% ao mês, esse crescimento vai esbarrar numa infra-estrutura incapaz de dar-lhe suporte. E mais: na balança de serviços, o que vamos pagar de fretes internacionais aumentará muito mais, porque perdemos as bandeiras brasileiras de transporte internacional. É uma coisa triste para nós não termos mais uma bandeira de transporte marítimo internacional.

Ouçõ o Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Presidente José Sarney, quero associar-me àqueles que homenageiam V. Ex^a, pela lembrança de tão importante tema, que, apesar de começar rememorando os 150 anos da primeira ferrovia brasileira é um tema atualíssimo, é um tema candente nas necessidades nacionais. V. Ex^a, com a autoridade de quem já governou este País, que naquele momento tinha a compreensão da importância da multimodalidade e sobretudo da implantação da modal ferroviária neste País como forma de redução dos custos nos transportes dos bens deste País, não só internamente, mas alcançando os portos para que pudesse alcançar outros mercados, V. Ex^a se empenhou muito, mas foi mal compreendido com a implantação da Ferrovia Norte-Sul, pela qual hoje o Brasil todo clama; e nós, particularmente, do seu Estado irmão, seu Estado vizinho, que divide com o Maranhão, com quem tenho a honra, de com o nosso Senador Eduardo Siqueira Campos – que preside esta sessão –, com o Senador João Ribeiro temos nos empenhado e tratado como prioridade absoluta e número um da implantação da Ferrovia Norte-Sul, que V. Ex^a iniciou no seu mandato como Presidente da República. Ela, naturalmente, vai contribuir para a mudança de matriz dos transportes nacionais e vai eliminar a vantagem comparativa que tem os grandes centros em relação aos estados mediterrâneos, as imensas regiões mediterrâneas que este País tem e que, isoladas pelas distâncias, se sentem prejudicadas em relação ao seu custo de produção. Não só no recebimento dos seus insumos, mas também no escoamento da sua produção. Portanto, o tema que V. Ex^a traz, neste momento em que o Brasil se propõe a ser uma nação globalizada e participar, de forma competitiva, nessa disputa de mercados com os demais países, naturalmente a modal ferroviária se insere como uma prioridade absoluta, como uma prioridade imensa e que encontra ressonância nesta Casa. Cumprimento, portanto, V. Ex^a. E estaremos juntos nessa luta para que, não só essa modal, mas as demais modais, como a hidrovia, a navegação de cabotagem, que V. Ex^a também lembrou, possam contribuir para que o País acelere o seu processo de desenvolvimento, alcance a prosperidade que a nossa população tanto almeja.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, pelo aparte. V. Ex^a é um representante tão presente do Estado do Tocantins, esse Estado que, sem dúvida alguma, é um exemplo do que se pode fazer no País e que muito deve ao Siqueira Campos, que foi o seu grande defensor. A gente que visita hoje o Tocantins vê aquela força do progresso invadindo, que foi a transformação que ali ocorreu, e o apoio que sempre foi dado pelas lideran-

ças e pelo povo daquela região sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Quero dizer que não tenho nenhum ressentimento quanto ao que ocorreu sobre a Norte-Sul; ao contrário, tenho a certeza de que uma boa idéia é impossível que seja morta. Ninguém pode matar uma boa idéia porque ela ressurgir, renasce, ressuscita.

Outro dia, tive uma grande satisfação quando estive com o Presidente da República, o Presidente Lula, que então me disse: “Fui contra a Norte-Sul, mas nem eu mesmo me explico por que fui contra a Norte-Sul. E quero dizer ao senhor que vou fazer tudo para concluir a Norte-Sul”. E a Norte-Sul, hoje, é uma unanimidade nacional. Por quê? Porque era uma boa idéia, uma grande idéia que se tornou evidente.

Muitas vezes as lutas políticas – isso é natural, é compreensível – nos levam a cometer equívocos, e as paixões muitas vezes cegam as pessoas em determinados instantes. Mas, quando a idéia é boa, ela vem, ressuscita e finalmente é concluída. Como a nossa história não se esgota nem na nossa geração, vai em frente, sonho quando verei, no futuro, este Brasil de Norte a Sul, cortado pela grande ferrovia; vejo também a ferrovia de Oeste para Leste. Nesse tempo, já não precisaremos estar falando aqui sobre teorias econômicas, FMI, porque a própria força do desenvolvimento e do progresso nacional vão sepultar as teorias para vivermos, na praticidade, a existência do grande Brasil, que é o presente e que será, sem dúvida, no futuro.

Ouçó o Senador Crivella e depois concederei também um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Marcelo Crivella (PL – RJ) – Presidente Sarney, suas palavras são empolgantes. Eu gostaria de cumprimentá-lo em nome do meu Estado do Rio de Janeiro, onde se construiu a primeira ferrovia deste País. Esses dias, conversando com o presidente da Vale do Rio Doce, ele dizia que a China encomendou ao Brasil 50 milhões de toneladas de minério de ferro, mas que ele só ia conseguir entregar 20 milhões. Isso ocorre não por falta de minério de ferro, mas porque não temos ferrovias, porque não temos portos, porque não temos alguém com a visão de V. Ex^a, que possa dotar este País de uma infra-estrutura capaz de atrair capital estrangeiro e não de depender dele. Temos tudo para sermos soberanos, com todos esses recursos naturais, uma bênção extraordinária que Deus colocou em nosso País. Assim, quero cumprimentar V. Ex^a que, na política, é uma locomotiva. Ninguém melhor para fazer esse discurso do que a nossa locomotiva política, que tem rebocado a nós todos aqui como vagões da sua liderança e que, tenho certeza, Presidente Sarney, ainda será, com a visão que V. Ex^a tem, uma direção certa, como essa da Ferrovia Norte-Sul, para levar o

progresso do nosso País ao lugar que ele merece e já deveria estar há muito tempo. Muito obrigado pela honra do aparte, Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Crivella. V. Exª continua sendo um homem preocupado com as coisas do nosso País e continua orando também pelo Brasil.

Ouçõ com muita honra aquele que antigamente se dizia “para finalizar essa coroa de sonetos”, que são os apartes que estou recebendo, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Sarney, o nosso representante Heráclito já falou tão bem. Eu queria aqui reviver um pensamento de Alberto Silva. Quando Alberto Silva governou o Piauí, uma vez disse: “Era bom era ter vinte anos de Sarney”. Deus escreve certo por linhas tortas, estamos com vinte anos, 85, da presença. Agora, eu queria dizer o meu testemunho. Tenho maior privilégio que os outros Senadores. Primeiro, quero mostrar que a valia da personalidade de V. Exª tem muito que ver com o Piauí, o seu avô piauiense. E sou filho de maranhense, então é muito fácil. Mas o mundo me fez entender as coisas e, diante do Professor Cristovam Buarque, quero citar um homem como ele, Aristóteles, como o Professor Cristovam Buarque, que disse que o homem é um animal político. Não conheço nem um nessa definição que seja tão grandioso quanto o Presidente Sarney. Vou dar um testemunho. A vida foi uma luta e não foi fácil. O Presidente Sarney enfrentou altas oligarquias e o maior sistema de comunicação do tempo de Chateaubriand, quando negociações fizeram renunciar dois Senadores para que S. Exª fosse Senador. S. Exª foi contra. Isso é uma história longa. Mas eu queria dizer do Presidente Sarney, eu queria dizer, brasileiros e brasileiras, que eu vi, Deus me permitiu trabalhar com o Presidente Sarney, com o Presidente Collor, com o Presidente Itamar e com o Presidente Fernando Henrique. E aqui, com minha formação cristã, “em verdade, em verdade, vos digo” que o mais generoso, o mais competente de todos eles é o Presidente Sarney. Queria dar o meu testemunho. Olha, estar de cima, ser Presidente deve ser bom como o quê! Só fui de rótulo e foi bom! O Presidente Fernando Henrique diz que tem saudades da piscina e do helicóptero. Mas eu tive um privilégio. Consolidada a democracia neste País, vencidas pela paciência dez mil greves, eu, Prefeito, recebi em minha cidade, Parnaíba, o ex-Governador, o homem que consolidou a democracia neste País: o ex-Presidente e o Presidente Sarney. Poucos dias depois eu vi um homem com a satisfação do cumprimento de uma missão, Heráclito. Recebi o Presidente Sarney, que ia à vizinha cidade de Araioses, porque

o rio Parnaíba da minha cidade é o Maranhão. Recebi o ex-Presidente grandioso, o que fez ressuscitar a democracia consolidando-a, dando-lhe a vida – e por isso estamos aqui. O Presidente ia inaugurar um grupo escolar e um calçamento, a convite do Prefeito dias depois. E quero dar o retrato do homem: era o retrato da satisfação do cumprimento da missão. Mas a cada dia aprendemos com V. Exª, o que é outro privilégio. Queria dizer que V. Exª falou em Mauá. Eu, governando o Piauí, fui fazer um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, com a UESP. E estava lá Alberto Costa e Silva, seu companheiro da Academia de Letras, filho de Da Costa e Silva, o maior poeta do Piauí. Na conversa Alberto Costa e Silva dizia que os maiores homens, Senador Cristovam Buarque, os dois maiores do século XIX foram o político Pedro II e o empresário Mauá. Mas eu queria trazer para esta festa, esta festa da ferrovia e do trabalho que tinha que nascer: “um bem nunca vem só”, como dizia Padre Vieira. E o Presidente Sarney os traz. No dia da inauguração da pedra fundamental, Mauá fez um carrinho de pedreiro, um carrinho de mão, de jacarandá, uma madeira especial. Atentai bem para o que Cristovam Buarque disse aqui: não libertamos o operário, que ainda está como escravo. Naquele tempo só quem trabalhava era o escravo e ele, o brasileiro Mauá, teve um gesto: convidou Pedro II para carregar as primeiras pedras. E isso foi tido, vamos dizer, como uma ofensa, porque era assim como entendíamos o trabalho: o trabalho era considerado uma vergonha. Hoje devemos inspirar-nos em Rui Barbosa, que disse: “Deve-se dar primazia ao trabalho e ao trabalhador”, que amanhã comemora o seu dia e que hoje homenageamos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, devo terminar o meu discurso. Todos nós sabemos que não comandamos os nossos pronunciamentos nesta Casa. Às vezes, eles tomam um rumo que não desejamos ou, pelo menos, não traçamos. Não vou pedir para esquecer o que disse nem o sentido do meu discurso, mas vou pedir para esquecermos as homenagens que transformaram esta comunicação, que desviou-se um pouco para a minha pessoa.

Isso se deve à generosidade, ao coração grandioso dos nossos Senadores que aqui estão, sempre generosos no julgamento dos seus Colegas. Portanto, quero agradecer ao Senador Mão Santa pela generosidade com que se juntou às outras generosidades nas referências à minha pessoa, interligando-me ao problema das ferrovias no Brasil. Ele, que é da cidade de Parnaíba, cidade essa que tem uma importância grande na minha vida, porque comecei como candidato a Deputado Federal, na década de 50, indo a Parnaíba, atravessando o rio Parnaíba em canoas de

remo, rompendo aquelas madrugadas. Verifiquei uma das experiências: os rios também têm sentimentos, os rios também têm vontades. Eles são como as pessoas. E descobri que o rio Parnaíba, que divide o Maranhão com o Piauí, gosta mais do Piauí, porque, no momento em que ele se aproxima do mar, enrosca-se nas terras piauienses. Vai lá, dá um abraço. E, depois, volta para desembocar naquele delta extraordinário que é o delta do rio Parnaíba. Eu aprendi isso naquelas viagens longas, de noites inteiras, deitado nas canoas, em bagaço de cana, para que as costas da gente não ficassem só na madeira, em busca do início da carreira política que me trouxe até hoje aqui. Portanto, a cidade da Parnaíba está sempre na minha lembrança, no meu coração e V. Exª sabe bem disso, porque tantas vezes esteve comigo na cidade de Parnaíba.

Bem, Sr. Senadores, eu vim aqui para homenagear e não para ser homenageado. Eu vim aqui para dizer que o passado é importante, que a lembrança do passado é sempre muito importante, porque quem não olha para o passado não tem olhos para ver o futuro.

Eu já disse algumas vezes e devo repetir, então, no final do meu discurso. Devemos nos lembrar de Mauá, de Pedro II, naquele momento, porque o Brasil vai continuar e nós temos que recordar esse caminho. E quero repetir que uma Nação não se faz senão com três coisas: com os historiadores, com os políticos e com os poetas; os historiadores para pensarem no passado; os políticos para tratarem do presente; e os poetas, sem dúvida, para sonharem com o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB - TO) – Sr. Presidente José Sarney, esta Presidência desejaria apenas complementar tudo que disseram aqueles que o apartearam. O pronunciamento de V. Exª é sempre importante para esta Casa e para o País. Este é um problema de V. Exª: um discurso em que V. Exª iria fazer uma homenagem acaba se transformando numa grande homenagem a V. Exª. Eu destacaria que, dentre todo o legado que deixou V. Exª na Presidência da República, dentre eles houve a convocação da Assembléia Nacional Constituinte que ensinou ao País, dentre tantas conquistas, o nascimento do nosso querido Tocantins.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu pediria a inscrição e a comunicação inadiável, porque o Carreiro é muito correto. Apesar de eu ter dado a ele o título de senador vitalício, porque está aqui há trinta anos, ele me enquadra no art. 17. Isso significa dizer que só fala depois do último orador. Pediria a sensibilidade de V. Exª para me incluir para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB - TO) – V. Exª fica inscrito em terceiro lugar, para uma comunicação inadiável.

Apenas faria um reparo, Senador Mão Santa, quem o inscreve no art. 17 não é o senador vitalício Carreiro, mas sim o Regimento Interno, que deve ser cumprido por todos.

Dando cumprimento ao Regimento e continuidade à sessão, falarão, numa modalidade de alternância entre os inscritos e as comunicações inadiáveis, o Senador Heráclito Fortes, o próximo orador inscrito Senador Alvaro Dias e V. Exª, Senador Valdir Raupp, que está inscrito logo após o Senador Alvaro Dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB - TO) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só quero fazer a minha inscrição pela Liderança do PT...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB - TO) – Fica V. Exª inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... nessa alternância que V. Exª administrando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB - TO) – V. Exª fará uso da palavra para uma comunicação de interesse partidário.

V. Exª tem a palavra, Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, errei e, quando erro, tenho por costume reconhecer o erro e dar mão à palmatória, nobre Senador Tião Viana. Sempre dizia que o Governo gagueava as sextas-feiras. Não encontrávamos uma viva alma do Partido do Governo nas sextas-feiras. Hoje eu errei e tenho que dar a mão à palmatória.

Só que o Governo hoje veio demais, veio com a bateria toda, veio carregado. Tivemos quatro discursos seguidos aqui de integrantes da base do Governo, Presidente Sarney. Nenhum a favor, todos contra. A Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Paulo Paim, com um discurso sofrido, ele que foi o grande timoneiro do Governo quando era Oposição na defesa do trabalhador brasileiro e que soube das notícias sobre a questão salarial por meio da Oposição, via Senador José Jorge. Depois, o pronunciamento sempre lúcido, mas sentido do Senador Cristovam Buarque, mostrando o seu ponto de vista. E o Senador Geraldo Mesquita, que não é do Partido, mas que tem sido um fiel escudeiro do Governo.

Não temos conseguido ver, Senador Alvaro Dias, ninguém da base do Governo, a não ser, para confir-

mar a regra da exceção, o Senador Tião Viana defender com sofreguidão e entusiasmo o Governo. Isso me deixa profundamente preocupado. Algo está errado: ou o Governo não está sabendo se comunicar ou está cometendo erro, como cometeu com o Senador Paulo Paim. Uma das maiores injustiças, uma ingratidão o que se fez com Paim e aqui foi dito. Lembro-me, Senador Tião Viana, de Paulo Paim percorrendo o Brasil inteiro, falando em nome do PT na defesa do trabalhador brasileiro. O discurso dele de oito, dez, doze anos atrás, meu caro Bispo Marcelo Crivella, é o mesmo de hoje: um salário mínimo justo. O mínimo que se poderia fazer com o companheiro seria chamá-lo ao canto e dizer: paciência, não é nada daquilo que sonhamos, mas pelo menos compreenda. Eu quero ter a consideração de lhe dizer para que não saiba nas ruas, ou por intermédio dos adversários, ou pelo noticiário.

Aliás, Sr. Presidente, o Senador José Jorge anunciou aqui um requerimento de importância simbólica muito grande ao Ministro Mantega: se o Governo Lula manterá a meta de dobrar o salário mínimo até o final do Governo. Soa muito bem o requerimento neste momento, porque já se vai caminhando para o segundo ano. Ora, se nos dois primeiros anos o aumento foi perto de zero, como é, meu caro Senador Tião Viana, que vamos dobrar o salário nos dois anos que faltam?

Esse requerimento do Senador José Jorge, tenho certeza, não vai ficar sem resposta, e será um requerimento da maior importância, não para nós da Oposição, mas para os trabalhadores brasileiros que confiaram nas promessas feitas em praça pública. Tenho certeza de que, tendo em mãos um documento dessa importância, poderão balizar de maneira sombria ou desesperada os seus passos daqui para frente.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de fazer esse registro da presença da Oposição, do Governo às sextas-feiras. Vejam bem, estou trocando a Oposição com o Governo pelo comportamento do Governo nos discursos feitos aqui, de opositorista. Tanto é verdade que gostaria de sugerir a meus companheiros de oposição agora: podem ir para as suas bases às sextas-feiras. Não é preciso mais desse plantão que fazemos aqui, porque o próprio Governo, a partir de hoje, começou a se encarregar de falar mal dele próprio.

Vamos poder, a partir de agora, descansar nas sextas-feiras, Senador Alvaro Dias, visitar nossas bases. Vamos deixar que eles tomem conta da tribuna. Eles nos substituirão com muita honra, com muita galhardia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-

Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como admitir que o castelo das esperanças, sob o impacto devastador da insensibilidade do Governo, desaba com o anúncio do novo salário mínimo para os trabalhadores brasileiros.

Prefiro retratar esse sentimento lendo o que recebi hoje, pela manhã, por meio da Internet::

Estou desesperado, pois estou sem emprego, sem futuro. Fui iludido, traído, humilhado por acreditar em um homem que se dizia do povo, e o que vejo são apenas palavras, palavras mentirosas e hipócritas. O que me resta agora? O que devo fazer? Para onde vou? Cadê minha esperança? Cadê os meus sonhos? Quem sabe uma bala na cabeça resolveria? Fábio – Manaus.

É o desabafo dramático do desespero de quem não consegue mais ter esperança de viver com dignidade.

Lembro-me de entrevista do Presidente Lula, em novembro de 2000, à revista **Caros Amigos**. Dizia o Presidente Lula:

Se eu ganhasse a Presidência para fazer o mesmo que o Fernando Henrique Cardoso está fazendo, preferiria que Deus me tirasse a vida antes. Para não passar vergonha.

Porque sabe o que acontece?

Tem muita gente que tem o direito de mentir, o direito de enganar.

Eu não tenho.

Há uma coisa que tenho como sagrada: é não perder o direito de olhar nos olhos de meus companheiros e de dormir com a consciência tranqüila de que a gente é capaz de cumprir cada palavra que a gente assume. E, quando não as cumprir, ter coragem de discutir por que não cumprimos.

Verificamos agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, o que disse o Presidente; melhor do que o Presidente, o programa de governo do candidato Lula na campanha de 2002:

A recuperação do valor do salário mínimo é um imperativo fundamental, tendo em vista o seu potencial de alteração do perfil distributivo da renda nacional. A valorização do salário mí-

nimo contribuirá efetivamente para diminuir a pobreza. Além disso, ao gerar poder de compra para amplas camadas da população, cerca de 30% dos ocupados, novos consumidores são incorporados ao mercado de consumo, contribuindo para a criação de postos de trabalho em toda a rede de produção e abastecimento de bens e serviços. Dobrar o poder de compra do salário mínimo ao longo dos quatro anos de mandato é a meta do novo governo.

O Presidente disse, Senador Heráclito Fortes – e me parece esqueceu-se do que disse – mudou de opinião sobre o efeito positivo da recuperação do poder de compra do trabalhador na economia do País como fato gerador de riqueza. Essa tese não vale mais, não prevalece mais, porque o que o Governo adota como modelo é exatamente o oposto do que propôs como modelo de política salarial na condição de candidato à Presidência da República.

Em abril de 2003, no discurso de 100 dias de governo, o Presidente da República disse:

Não vejo a hora de os juro baixarem e a economia retomar o seu crescimento. E como eu gostaria de dar, já agora, um aumento maior para o salário mínimo. Mas R\$240,00 neste momento, creio, é o máximo que a prudência e a cautela me recomendam. Mas quero repetir a vocês o que disse durante toda a campanha: até o final do meu governo, vamos dobrar o poder de compra do salário mínimo.

Agora o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, já diz que não será possível dobrar o poder de compra do salário mínimo durante os quatro anos de governo. E o Líder do Governo na Câmara, Professor Luizinho, diz o mesmo. Aliás, ele diz de forma estranha, mais incompetente do que o Líder no Senado. Ele diz a um jornalista que o aumento real fica por conta dele. A culpa é do jornalista, que prometeu esse aumento real; não foi o Presidente da República. Pelo menos o Líder do Governo na Câmara diz isso:

O “aumento real” fica por sua conta [do jornalista]. De onde você tirou isso? Quando o Presidente falou em dobrar o valor real do mínimo?

Esse é o Líder do Governo na Câmara falando a um jornalista. E acabo de fazer a leitura não só do programa do candidato Lula, mas também do seu pronunciamento comemorando 100 dias de governo.

O que disse Lula no programa de rádio Café com o Presidente:

Nós estamos preparando as bases para que a gente possa cumprir com os nossos compromissos e dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo no Brasil.

Portanto, o Presidente repetiu inúmeras vezes o compromisso da campanha eleitoral. E é muito estranho que o Líder do Governo na Câmara diga que foi um jornalista que prometeu, e não o Presidente da República. Pelo menos o Líder do Governo no Senado admite que o Presidente prometeu e que não será possível cumprir essa promessa.

Na segunda-feira desta semana, dia 26, o Presidente Lula, ao visitar o Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, o seu berço político, foi pressionado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Eles queriam cobrar do Presidente da República o reajuste da tabela do Imposto de Renda como solicitação dos contribuintes brasileiros. O Presidente Lula demonstrou simpatia pela reivindicação do reajuste da tabela do Imposto de Renda e disse:

Eu sei que vocês têm uma passeata no dia 30 [dia 30 é hoje], aqui na Via Anchieta, que liga São Bernardo a São Paulo. Eu disse a José Lopes Feijó, Presidente do Sindicato, que espero ter uma boa notícia para ele até sexta-feira, na hora em que vocês começarem a passeata. Quem sabe a gente evita que vocês andem.

Isso foi publicado pelos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, conforme documentos em mãos.

Mas que novidade, que boa notícia é essa da sexta-feira, já anunciada pelo Presidente na segunda-feira? Seria esse reajuste de salário mínimo pelo mínimo? Não acredito que possa ser essa a boa notícia anunciada pelo Presidente da República na segunda-feira passada.

Mas, Sr. Presidente, não bastam os discursos desta tribuna. Tem razão o Senador Cristovam Buarque: é preciso muito mais que discurso; é preciso vontade política, determinação e poder de decisão desta Casa.

O que desejo hoje e procuro registrar nos Anais é que esperamos que a manifestação de intenção por meio de discursos desta tribuna transforme-se em votos no dia em que estivermos votando a medida provisória que reajusta o salário mínimo para R\$260,00.

Senador Eduardo Siqueira Campos, não há como manter esta tradição: o discurso se confrontando com a ação. Verificamos isso em várias oportunidades, principalmente na votação da reforma da Previdência. Mas, a cada dia, verificamos nesta Casa o discurso crítico em relação às medidas provisórias, a determi-

nados projetos de iniciativa do Governo, e depois o voto favorável.

Senador Heráclito Fortes, mais vale o voto do que a palavra. O voto é que decide. A palavra é apenas manifestação de intenção, e dizem que de boas intenções o inferno está cheio.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) - Concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Por demais oportuno o seu pronunciamento, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a citou alguns líderes que se manifestaram sobre essa questão da fixação em R\$260,00 do salário mínimo; outros foram esquecidos, evidentemente. Mas o interessante nisso tudo, Excelência, é que atuais importantes Líderes da Base governista, até um passado bem recente, quando governos anteriores davam aumentos salariais abaixo de suas aspirações de oposicionistas, culpavam o monitoramento do FMI. Então, diziam que o Governo Fernando Henrique Cardoso estava comprometido com o FMI, que só tinha aumentado até aquele determinado ponto exatamente porque o gestor do FMI no Brasil não permitira maiores aumentos, e por aí afora, uma série de asneiras. Tive o cuidado de pegar alguns pronunciamentos desses Parlamentares, que são Líderes hoje, mas que no passado eram aguerridos combatentes oposicionistas, para examinar exatamente qual é a argumentação agora, quem é o culpado e por que a limitação desse salário mínimo. Talvez por esse gesto envergonhado é que tenham colocado em segundo plano o grande defensor que tinham no passado, na causa do trabalhador, que era exatamente o Senador Paulo Paim. Quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz hoje. Agora, os Líderes do Governo estão na obrigação de dizer por que esse aumento só foi de R\$260,00, e qual foi a posição do FMI com relação a isso: o FMI aprovou? O FMI gostou? O empresariado, V. Ex^a já viu que está batendo palmas, agora o que queremos saber é o que acha o povo brasileiro e como vai conseguir controlar a frustração que alguns chamaram de esperança. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Creio que é muito importante a quem representa a sociedade brasileira no Parlamento defender a Constituição.

A Constituição é que deve nos governar. Somos todos governados pela Constituição, desde o Presidente da República até o mais humilde cidadão brasileiro. Pelo menos deveríamos ser governados por ela.

Condenamos tantas vezes aqui a afronta à Constituição. Entretanto, não existe afronta maior à Constitui-

ção do que a fixação de um salário mínimo debochado como esse. Isso é um deboche à pobreza do País, ao sofrimento do trabalhador brasileiro, e uma afronta à Constituição do País. Não é preciso repetir aqui o dispositivo constitucional que obriga o Governo a conceder um salário mínimo que atenda ao mínimo das necessidades elementares do cidadão e da sua família. Isso é constitucional. A Constituição obriga o Governo a decidir em matéria de política salarial, começando com um salário mínimo que possa atender às mínimas necessidades do trabalhador e da sua família.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) - Concedo com satisfação o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Alvaro Dias, aproveito para fazer uma referência ao discurso do Senador Heráclito Fortes, dizendo que, por favor, a Oposição continue vindo, porque não há governo forte sem oposição forte. Governo que não tem oposição parece forte, mas é frágil e termina tropeçando. Quanto ao discurso de V. Ex^a, quero dizer que ser do Governo exige, a meu ver, alertar o Governo e não apenas aplaudi-lo. Eu concordo com V. Ex^a e com outros discursos que ouvimos aqui esses dias – eu mesmo já vinha dizendo isso quando era ministro, nunca parei de dizê-lo, não mudei – que, de fato, precisávamos fazer duas coisas. A primeira, um acerto de contas com o discurso do passado. Fico muita à vontade, porque, se olharem a minha história pessoal, verificarão que nunca fui dos que defenderam aumento salarial além do possível; nunca saí batendo no Governo Fernando Henrique Cardoso, porque entendo que existe um outro lado. A segunda, além do acerto de contas com o passado naquilo que não é possível cumprir – e o Senador Arthur Virgílio cobrou isso –, precisamos também acenar com um futuro diferente. E, volto a insistir, esse futuro diferente não está apenas na parte monetária do salário, não está apenas no lado privado da remuneração do trabalhador, está também no lado público da remuneração, na parte social do salário, que é escola, que é saúde. Para tanto, volto a insistir, este Senado, independentemente de ser Governo ou Oposição, cada um de nós precisa assumir o seu papel, formular um caminho, definir uma estratégia e, juntos, convenceremos o Governo a executar o que foi definido. Nesse sentido, um discurso como o seu, de oposição, às vezes, traz mais colaboração para o Governo, no sentido de acertar, do que muitos discursos de elogios.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Esse é o nosso

objetivo sincero. Nós não desejamos o mal do País, muito menos dos trabalhadores brasileiros. A presença de V. Ex^a nos debates desta Casa valoriza o Senado sobremaneira. Seu preparo, sua inteligência, sua cultura, certamente engrandecem o Senado da República, principalmente sua participação brilhante a partir dos últimos dias.

Gostaria de dizer, na linha do que aborda V. Ex^a, que o Senado tem esse dever. O Senado já melhorou, já ofereceu um produto legislativo mais bem acabado em várias circunstâncias, durante o Governo Lula mesmo, minimizou os efeitos negativos de iniciativas governamentais que não atendiam às expectativas da sociedade. Nós esperamos que, desta feita, o Senado se comporte também da mesma maneira, ou seja, trabalhe para produzir uma proposta que melhore essa de iniciativa governamental. Isso porque buscam pretextos – e eles existem –, argumentos, para justificar um salário mínimo insuficiente. Mas a pergunta que prevalece é: por que só o trabalhador? Por que acima de tudo o trabalhador? Por que mais do que ninguém o trabalhador tem que pagar a conta das dificuldades econômicas e sociais do País? Por que os banqueiros podem fazer a festa, enquanto os trabalhadores devem amargar a ressaca no dia seguinte? Esse salário mínimo é um salário de ressaca da festa comemorada pelos banqueiros do País.

É evidente que o Fundo Monetário Internacional deve vibrar com um salário mínimo como este. Os banqueiros e alguns empresários nacionais estão aplaudindo o valor do salário mínimo. Não sei se são inteligentes quando o fazem, porque me parece inteligente desejar um salário que recupere o poder aquisitivo do trabalhador, para que ele possa consumir, gastar mais e movimentar com maior força a roda da economia nacional. Isso, sim, me parece inteligente.

Antes de conceder o aparte, com satisfação, ao Senador Mão Santa, eu gostaria de dizer que o salário mínimo tem um forte efeito na distribuição de renda e ajudaria, sim, a aquecer a economia, aumentando a arrecadação de impostos, diminuindo o impacto final sobre as contas públicas de modo geral. Portanto, esses argumentos do Governo são imediatistas. São argumentos do oportunismo que não levam em conta o médio e longo prazo, sempre muito mais consistentes em matéria de economia e de desenvolvimento.

Nós gostaríamos de destacar, apenas como dado fundamental, que 22 milhões de trabalhadores recebem até um salário mínimo no Brasil. Outros 21 milhões recebem até dois salários mínimos e também têm salários atrelados ao mínimo. Portanto, são 43 milhões de pessoas, ou 62% da população ocupada

no País recebendo salário mínimo, conforme cálculo do Dieese.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, faltam oito segundos para V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

Nós não estamos tratando de um assunto que diz respeito a algumas pessoas. Estamos tratando de um assunto que diz respeito à vida de milhões de brasileiros. São cerca de 57 milhões o número de pessoas beneficiadas com o reajuste do salário mínimo; portanto, 57 milhões de pessoas que estão sofrendo a amargura da ressaca com esse salário mínimo imoral.

Eu concedo a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é uma das figuras mais simpáticas da política brasileira. Lembro-me quão simpático também era Antonio Britto. E me recordo do dia em que ele anunciou: “Lamento informar que o Presidente Tancredo acaba de falecer”. Agora V. Ex^a, com toda a simpatia, informa sobre o salário mínimo. Mas eu queria trazer um dado contundente, pois um quadro vale por dez mil palavras – e está aqui presente o Senador Cristovam Buarque, que também é professor. Nas sociedades organizadas, Senador Alvaro Dias, o salário mínimo, em relação ao maior salário, é de dez, doze, quatorze, quinze vezes. É assim nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França – e o Senador Heráclito, que viaja muito, é testemunha disso. O maior salário é quinze vezes maior do que o menor. Então, vou fazer uma conta que até o Palocci, que é médico como eu, somos pouco conhecedores dos números, irá entender: 260 vezes 10 equivalem a 2.600. Não foi isso que votamos, a diferença é de quase vinte. Então, em qualquer aritmética do Trajano, que estudávamos antigamente, isso equivale a 80 vezes o maior salário em relação ao menor. Quer dizer, perdeu-se a extraordinária oportunidade de fazer justiça social por meio de um salário mínimo justo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a mão santa quando homenageia os seus colegas, afagando o ego de cada um. Mas V. Ex^a tem a mão-de-ferro quando bate duro, de forma implacável, no Governo, combatendo os seus erros e as injustiças que, lamentavelmente, sacodem o Brasil, sobretudo hoje com a fixação deste salário mínimo.

Quero concluir na linha do pronunciamento-lição do Senador Cristovam Buarque, há pouco, daquela tribuna. Trata-se de postular o exercício da democracia social no País. Não estamos abordando apenas uma questão pontual que diz respeito ao mínimo dos salários. Estamos abordando a luta do povo brasileiro pela democracia, não apenas aquela que confere o direito ao voto, mas aquela que confere o direito ao exercício pleno da cidadania. E não se exercita a cidadania na

sua plenitude sem direitos sociais inalienáveis, respeitados pela autoridade; mais do que pela autoridade, que é eventual, pelo Estado, que é permanente.

Democracia social, sim, é a bandeira que tem que ser empalmada por todos nós, para permitir o exercício da cidadania na sua plenitude, com emprego, com um salário justo, com vida digna para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão de mais três minutos.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Solicitou a palavra a esta Presidência, na condição de Líder, a Senadora Ideli Salvatti.

V. Exª pode fazer, de imediato, o uso da palavra, por cinco minutos.

Senador Valdir Raupp, no cumprimento do Regimento, a Presidência entende que V. Exª vem aguardando pacientemente e agradece a compreensão de V. Exª. Após a nobre Líder, que dispõe de cinco minutos, V. Exª fará uso da palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero referir-me da tribuna, no dia de hoje, ao debate sobre a questão do salário mínimo sob a ótica de que é óbvio que o Congresso Nacional vai se debruçar com bastante atenção no que diz respeito a essa medida provisória da mesma forma como temos feito com todas que chegam à Casa. Não poderia, em nenhuma hipótese, ser diferente.

Também entendo que a questão do salário mínimo, dada a responsabilidade de quem dirige este País e fez inúmeras colocações ao longo da campanha, que precisam ser tratadas na sua totalidade, porque, pinçando uma ou duas, estaremos desvirtuando o conjunto de propostas que conduziram Lula à Presidência da República.

Se é legítimo o fato de a Oposição cobrar que o salário mínimo dobre o seu valor ao final dos quatro anos, também é fundamental dizermos, de forma muito clara e explícita, que, ao longo de toda a campanha, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ponderou que teria uma administração baseada na estabilidade, porque nada pior para os que menos ganham, para as menores remunerações, que o retorno da inflação. Todos sabemos que quem é primeiramente atingido, quem é a primeira vítima do processo inflacionário, é exatamente a população de mais baixa renda.

Outra questão fundamental referente à campanha do Presidente Lula é que, juntamente com diversas outras propostas e compromissos, foi assumida também a do rigor fiscal, a fim de não gastar mais do que arrecada, para não desestruturar, não desestabilizar as finanças públicas, porque essa prática não conduz aos rumos que este País tanto precisa, de retomada de crescimento com estabilidade, com rigor fiscal e com segurança de continuidade.

Parabenizo o Senador Cristovam Buarque pelo discurso, porque vem exatamente na mesma linha do pronunciamento que tive a oportunidade de fazer nesta semana desta tribuna, sobre o papel do Estado. Esta é a discussão de fundo: qual é o papel do Estado? A quem ele serve? Para que serve? Qual é a sua ação e atuação?

O Senador Cristovam Buarque trouxe a esta tribuna uma reflexão a respeito da complexidade relativa ao atendimento da população não somente sobre o aspecto monetário, sobre o valor monetário do salário, mas sobre aquilo que o Estado tem a obrigação de propiciar em termos de necessidades básicas da população – educação, habitação, saúde, segurança –, porque é exatamente a população de menor renda que precisa ter saúde pública, educação pública de qualidade, segurança. Quem tem faixa de renda superior, se o Estado não funciona, paga saúde privada, paga educação privada, paga segurança privada.

Portanto, sobre o papel do Estado, tive a oportunidade, na segunda-feira, de registrar treze diferenças fundamentais na maneira como o Estado brasileiro vem sendo gerido, vem sendo administrado pelo Governo Lula, invertendo a lógica do Estado mínimo adotada ao longo do último Governo, ao longo das últimas décadas, quando o Estado foi se retirando desse papel importante e fundamental de atendimento das necessidades básicas da população. Só a ação do Estado pode favorecer e pode suplementar aquilo que o próprio Estado, pelas condições econômicas que está vivenciando, não está podendo dar no dia de hoje, como esse reajuste que todos queríamos que fosse obviamente maior.

Além disso, na lógica defendida pelo Presidente Lula, na exigüidade do que era possível ser concedido, costurou-se uma alternativa para seguir a lógica de quem defende os que estão na margem mais extrema, mais longínqua do benefício social. Na exigüidade do que era possível conceder, conjugou-se o reajuste do salário mínimo com o reajuste do salário família, exatamente para as famílias de menor renda e para as famílias maiores.

Essa é a questão que gostaria de deixar registrada nesta Casa. Vamos fazer o debate. Todos terão

responsabilidade. A responsabilidade, Senador Cristovam Buarque, vai desde a linha que V. Ex^a aborda, com propostas para que possamos alterar a LDO, para que possamos ver a questão dos investimentos e dos gastos públicos, até a possibilidade de cada vez mais priorizarmos aquilo que o Presidente Lula vem buscando à exaustão, exatamente os menos aquinhoados, aqueles para os quais o Estado, sob a lógica da justiça social, deve ter a prioridade de preocupação. Qualquer alteração no valor tanto do salário mínimo quanto do salário-família, que vão constituir a medida provisória, terá que vir acompanhada da responsabilidade fiscal, do conhecimento acerca da origem do dinheiro que garantirá a existência de alteração.

Sr. Presidente, escutei algumas falas a respeito da questão das prefeituras, quando foram usados alguns exemplos do Rio Grande do Sul, do Estado de V. Ex^a, mas infelizmente não posso citar Santa Catarina, onde realmente a grande maioria das prefeituras não paga um volume significativo de funcionários públicos com o salário mínimo. De cada dez funcionários públicos no Estado de Pernambuco, nove recebem o salário mínimo.

A realidade do custo para as prefeituras também é absolutamente diferenciada no nosso Estado, e isso deve ser registrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

A Mesa registra a inscrição do Senador Arthur Virgílio.

Continuaremos o processo de alternância, Senador Mão Santa. Falou o Senador Heráclito Fortes para uma comunicação inadiável. Agora, fala um orador regularmente inscrito; o Líder falará, e V. Ex^a falará logo após o Líder.

V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, dispõe de até 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu falaria desta tribuna sobre crédito agrícola no Estado de Rondônia, sobre o Banco de Amazônia, sobre o Banco do Brasil, mas devo abordá-lo mais no final do pronunciamento.

Mas não teria, neste momento, como deixar de falar sobre salário mínimo. Para iniciar, parabenizo o Senador Cristovam Buarque pelo brilhante pronunciamento que fez nesta manhã desta tribuna, um pronunciamento sensato, equilibrado não somente sobre salário mínimo, mas sobre emprego e sobre questões sociais do nosso País.

Vejo também por essa ótica, Senador Cristovam e Senadora Ideli, com todo o respeito aos oradores que fazem oposição, pois a oposição é salutar em qualquer regime democrático. Mas não temos como dar um salário mínimo satisfatório aos trabalhadores brasileiros se não houver crescimento econômico.

Hoje não estamos comemorando o aumento do salário mínimo para R\$260,00. Realmente, não temos muito o que comemorar. Mas o que foi comemorado em anos anteriores? O que foi comemorado nos governos anteriores? Há anos, há décadas, a cada véspera de anúncio de salário mínimo, cria-se uma expectativa em todo o País, e, quando chega ao final, a expectativa é totalmente frustrada, porque há muitos anos, há décadas que o Brasil não está tendo condições de dar um mínimo razoável, um mínimo satisfatório aos trabalhadores brasileiros.

É necessário que se criem as bases para o crescimento econômico do País. É necessário que a economia volte a crescer, no mínimo, 3%, 4% ao ano. Quem sabe, daqui a 4 ou 5 anos, poderemos chegar a 7%, 8%, como a Argentina?

Depois de uma quebraadeira total, a Argentina começa a crescer agora a uma taxa de 8% ao ano, já havendo o risco de racionamento energético. É isso que queremos para o Brasil também: não o racionamento energético, mas o crescimento econômico. Creio que o Ministério de Minas e Energia está, neste momento, debruçado e se preocupando com a geração de energia, para que o Brasil possa sustentar um crescimento econômico de sete ou oito pontos percentuais do PIB.

Só assim, acredito, o Governo brasileiro futuramente poderá anunciar com satisfação, porque nem mesmo o Presidente da República está satisfeito, o aumento do salário mínimo e o crescimento econômico do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora o salário mínimo não seja satisfatório, temos algo a comemorar, que é o aumento do salário-família. Já em 2000, a Deputada Marinha Raupp – minha esposa, que está no terceiro mandato na Câmara dos Deputados –, no Governo Fernando Henrique Cardoso, elaborou o Projeto de Lei nº 2.477, propondo o aumento do salário-família, tendo em vista que o Governo Federal não tinha como dar um salário mínimo satisfatório. Já em 2000, Sr. Presidente, ela propôs aumentar o salário-família, o que seria um alento para os trabalhadores que têm muitos filhos.

Apresento aqui algumas projeções. O Governo Lula aceitou agora aumentar o salário-família, tendo em vista que a equipe econômica não pôde acenar com um salário mínimo maior. Ele aumenta para R\$

20,00 o salário-família. Numa família com dois filhos, o salário total – salário mínimo de R\$260,00 mais o salário-família de R\$40,00 – será de R\$300,00. Para uma família com três filhos, o salário total seria de R\$320,00. Para quem tem cinco filhos, de R\$ 360,00, e assim progressivamente. E no Brasil seis milhões de trabalhadores recebem o salário-família. De forma que é um alento o aumento do salário-família.

Parabenizo o Governo Federal por ter aceitado aumentar o salário-família, o que não ocorreu no Governo passado. O Governo Lula, neste momento, está acenando com o projeto, a ser enviado a esta Casa, no qual aumenta o salário-família para R\$ 20,00 por filho. Esse salário vai beneficiar quem ganha até um salário e meio. Então, um pai de família que percebe um salário e meio e tem três filhos passa a receber um salário de R\$ 570,00, que não seria um salário ideal, mas um salário razoável. Ressalvo que não estão incluídas nesse projeto as trabalhadoras domésticas e que há um projeto da Deputada Marinha Raupp, na Câmara dos Deputados, incluindo-as também como beneficiárias do salário-família. Apelo aos Srs. Senadores para que apoiem o projeto quando ele vier a esta Casa. Eu mesmo quero apresentar uma proposta para incluir as trabalhadoras domésticas, as empregadas domésticas, como beneficiárias do salário-família.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordo agora a questão do crédito agrícola no meu Estado, que eu queria discutir nesta Casa.

A Constituição de 1988 criou um instrumento que, ao longo dos anos, vem se revelando estratégico para o desenvolvimento regional dos Estados do Norte do País, onde está o meu Estado, Rondônia. Refiro-me, Sr. Presidente, ao dispositivo que permitiu a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o FNO, ao lado de outros semelhantes, destinados às regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Desde a criação desse Fundo, em 1989, seus recursos já permitiram que fossem investidos mais de R\$5 bilhões na economia da Região Norte. Trata-se da fonte mais regular de recursos para fomento na região. Só no ano passado, mais de R\$1 bilhão foram investidos. Desses recursos, mais de R\$400 milhões tiveram origem nos repasses da União. Para 2004, o Orçamento prevê, em repasses do Tesouro, mais de R\$650 milhões, dos quais já foram pagos, até o momento, segundo informações da execução orçamentária, mais de R\$85 milhões. Tem havido uma clara expansão dos recursos. Resta ver se eles estão sendo eficientemente aplicados.

E não é apenas pela regularidade que a importância desse fundo é ressaltada. Pela forma como os recursos do FNO são administrados pelo Banco da

Amazônia, o Basa, eles também se constituem na fonte de crédito mais acessível na nossa região. A taxa de juros para microempresas, por exemplo, é de 8,75% ao ano, caindo para 7,43% com o bônus de adimplemento, ou seja, os que pagam em dia têm um desconto e pagam juros de 7,43% ao ano.

Os prazos para pagamento podem chegar a até 10 anos. Para se ter uma idéia da atratividade desses financiamentos, outras linhas de crédito, como as patrocinadas pelo BNDES, podem ter juros até duas vezes mais altos, com prazos mais curtos. Os empréstimos do BNDES não deixam de ser atrativos, mas perdem de longe para os empréstimos do FNO, gerenciados pelo Banco da Amazônia.

Não é por acaso que a maioria dos beneficiários dos financiamentos com recursos do FNO são micro e pequenos empreendedores e também agricultores e pecuaristas, a maior parte deles localizada no setor rural. Em 2003, foram mais de 23 mil contratações de crédito, a maior parte delas atendendo a pequenos, mini e microempresários.

Ainda no ano passado, o setor rural foi beneficiado com mais da metade das contratações. Com juros baixos e prazos mais longos, o crédito torna-se de fato um elemento multiplicador de prosperidade, e não mais um fator que, no final, acaba contribuindo mais para o estrangulamento dos empreendimentos do que para seu florescimento.

Em uma região ainda muito carente de maiores investimentos, como é o caso da Região Norte, não se pode exagerar a importância do acesso a crédito mais barato, sobretudo em um cenário econômico como o atual. Numa economia já deprimida como a nossa, submeter-se a juros bancários é como tentar salvar-se de um afogamento enchendo os bolsos de pedra.

E não podemos nos esquecer de que salvar as pequenas e microempresas é salvar a maior fonte de empregos que temos atualmente. São elas que geram 80% dos empregos no País. Os pequenos empreendimentos, como todos sabemos, são responsáveis, por praticamente 80% dos empregos formais do País, sem mencionar os informais. Isso é extremamente relevante sobretudo em uma região como a Norte, que sofre com elevado índice de desemprego. Além do mais, são um instrumento de justiça social de eficácia comprovada, gerando e distribuindo renda. E seu enraizamento, muitas vezes, na família que toca o negócio, é um fator de coesão social importante.

Por tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela importância estratégica que têm essas linha de crédito com os recursos do FNO, é fundamental que haja agilidade na liberação desses financiamentos. É preciso ainda

que cheguem tempestivamente às mãos dos que necessitam deles.

Compreendo a ansiedade que às vezes assalta os micro, pequenos e médios empresários e suas associações representativas quando os recursos tardam a alcançar aqueles que realmente necessitam deles. Esse atraso muitas vezes deve-se mesmo à escassez de recursos, o que, de certa forma, é inevitável, dada a dimensão das necessidades a que temos de atender. O cobertor, Sr. Presidente, fatalmente, ainda é curto demais, mesmo que tenha aumentado de tamanho nos últimos anos.

Outras vezes, o atraso é devido a dificuldades operacionais. No caso da Região Norte, o responsável pela administração dos recursos do FNO é o Banco da Amazônia, cujo esforço pelo desenvolvimento da região não pode ser negado. Mas, muitas vezes, a estrutura é insuficiente para atender à demanda. Falta pessoal, faltam agências, e essas faltas acabam por agravar a escassez de recursos.

A Região Norte do País ocupa 45% do território nacional; são mais de 3 milhões e 800 mil quilômetros quadrados de área; mais de 440 Municípios de nove Estados, vários desses Municípios com extensão maior do que a de alguns Estados. A rede de agências do Basa, no entanto, tem apenas 61 unidades na Região Amazônica, apenas oito agências em meu Estado, Rondônia, nas cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Ji-Paraná e, por último, Rolim de Moura e Buritis, cujas agências foram implantadas recentemente. Portanto, são muito poucas agências para atender uma demanda tão grande de mais de 50 Municípios do Estado. Assim, podemos concluir que, muitas vezes, a falta de acesso ao crédito se deve à simples falta de acesso a agências bancárias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dada a importância do crédito garantido com os recursos do FNO, é compreensível a ansiedade causada pela demora nas liberações. Em Rondônia, só foram liberados os empréstimos de até R\$400 mil, o que atende aos microempresários. Os pequenos e médios ainda aguardam sua vez de receber seus empréstimos.

Há no Brasil, especialmente na Região Norte, uma grande distância entre a riqueza potencial e a realidade de pobreza. Os recursos são invariavelmente desproporcionais às necessidades sempre maiores, sempre prementes, de nossa população. Não é aceitável que esses recursos sejam ainda desperdiçados ou comprometidos pela falta de oportunidades. Não podemos, Sr. Presidente, nos dar ao luxo de perder mais tempo. Precisamos agilizar as liberações desses empréstimos para os micro, pequenos, médios e grandes produtores do nosso País e da região Norte.

Para encerrar, Sr. Presidente, neste final de semana quero parabenizar os trabalhadores, aqueles que têm emprego. É tão alta a taxa de desemprego no nosso País e na Região Norte, no Estado de Rondônia, que temos de parabenizar os trabalhadores que ganham o pão de cada dia com dignidade para sustentar suas famílias. E temos que pedir a Deus e torcer por um crescimento econômico do País para que a iniciativa privada, para que os Governos municipais, estaduais e Federal possam dar àqueles que hoje não têm como ganhar o pão de cada dia um emprego digno também, para que eles possam ter um salário no dia de amanhã. Mesmo que seja um pequeno, de R\$260,00, e mais um salário-família, com possibilidade de recuperar, no futuro, um salário mais digno, mais justo. Mas que tenham o seu emprego, que não cheguem ao 1º de maio sem ter o que comemorar por não ter um salário para sustentar sua família.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo o aparte, com muito prazer, Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Valdir Raupp, quero cumprimentá-lo pelo brilhantismo do seu pronunciamento, principalmente no que se refere à valorização das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, que são as grandes geradoras de emprego no País, o que V. Ex^a tece com muita competência em seu pronunciamento. Também quero aproveitar para cumprimentar o PMDB, que V. Ex^a tão bem representa, Senador. O PMDB ontem teve uma grande vitória em Brasília, no julgamento do Governador Roriz, que teve mais de cinco horas de duração, mas que, ao seu final, num relato e numa obra incontestável do Ministro Carlos Mário Velloso, num voto memorável, mostrou a lisura da campanha do Governador, dando um voto favorável a ele e à Vice-Governadora, Maria de Lourdes Abadia. Foi um dia memorável em Brasília. O Governador Joaquim Roriz tem feito um belo trabalho nesta cidade, tem hoje a aprovação de mais de 60% da população. A democracia foi valorizada. O julgamento realmente demorou muito tempo, quase um ano e três meses após apresentada a representação, o que amarrou um pouco o Governo do Distrito Federal e paralisou muitas obras. Mesmo assim, ele está indo muito bem e agora, com certeza, livre desse processo, vai poder trabalhar melhor pelo povo de Brasília, vai continuar o seu trabalho social, vai continuar executando as grandes obras que a cidade tanto precisa e vai ter mais legitimidade, mais independência. Com isso, a cidade de Brasília vai ganhar. Quero deixar registrados os cumprimentos aos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que tiveram uma conduta exemplar.

A Justiça sempre toma decisões sábias, eu acredito na Justiça do meu País. E quero apresentar aqui ao PMDB, Senador Valdir Raupp, que V. Exª tão bem representa, aos Líderes do Partido, os meus cumprimentos, pois é o Governador Joaquim Roriz do PMDB, e também ao PSDB, do Senador Arthur Virgílio, tendo em vista que a Vice-Governadora de Brasília é do PSDB, uma mulher muito valorosa, uma combatente, que estava no mesmo processo e também foi inocentada. Ganha o PMDB, ganha o PSDB, ganha Brasília. Daqui para a frente, poderá esta cidade continuar o seu rumo, com um Governo voltado para área social, valorizando o cidadão. Por isso, Senador Valdir Raupp, fiz um aparte ao seu pronunciamento, para registrar essa que é uma vitória da Justiça, uma vitória da democracia, uma vitória da nossa cidade, uma vitória também muito expressiva do PMDB e do PSDB. Meus parabéns, meus cumprimentos e obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª pelo aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Eu gostaria também de corroborar as palavras do Senador Paulo Octávio sobre a vitória que o Governador Roriz, nosso amigo, nosso correligionário, do PMDB, obteve ontem no julgamento do TSE. Foi um julgamento justo, porque as provas contra o Governador eram infundadas, e prevaleceu a justiça a favor da inocência do Governador Roriz e da Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia.

Ao mesmo tempo, quero me solidarizar também com o Senador João Alberto Capiberibe. S. Exª não teve a mesma sorte, não obteve o mesmo resultado no TSE. Esperamos que justiça seja feita em outra instância, na instância superior, no Supremo Tribunal Federal, e que realmente as provas apresentadas sejam para inocentá-lo desse pesadelo que ele tem vivido nos últimos dias e que não desejamos para ninguém. Cabe à Justiça dar a decisão final.

Senador Paulo Octávio, V. Exª gostaria de voltar a falar?

O Sr. Paulo Octavio (PFL – DF) – Senador Valdir Raupp, gostaria de complementar dizendo que, ontem, depois do julgamento, pude presenciar a alegria do povo de Brasília. Milhares de pessoas foram à casa do Governador para cumprimentá-lo, durante toda a madrugada, mostrando realmente o apreço que os habitantes desta cidade têm pelo seu atual Governador. Gostaria de registrar ainda que isso representa a beleza da democracia e a beleza do carisma popular, do carisma de um líder que temos em nossa cidade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É grande a popularidade que o Governador Roriz detém hoje em Brasília – mais de 65% da população o apóia –, segun-

do o **Correio Braziliense**, jornal que, durante longo período, fez oposição ao Governador. Desse modo, não poderia ser diferente a torcida e a satisfação do povo de Brasília pelo resultado obtido ontem.

Sr. Presidente, como V. Exª disse, fui paciente e esperei. Eu imaginava que seria o segundo ou o terceiro orador e acabei ficando para o final da sessão. Peço só mais alguns segundos para homenagear algumas empresas do meu Estado. Trata-se da Eucatur, da União Cascável, da Gramazon e de muitas outras empresas desse grupo, que geram milhares de empregos em Rondônia e no Brasil, de propriedade do Sr. Assis Gurgacz, de seu filho Acir Gurgacz e de toda a família, que comemoram hoje – fui convidado, mas não poderei comparecer –, na cidade de Ji-Paraná, onde está a sede da empresa em Rondônia, os quarenta anos de trabalho e serviços prestados à população de Rondônia e à população brasileira.

As escritoras Maria de Fátima Bento Ribeiro e Odete Lord vão lançar um livro homenageando a família e a empresa, no qual contam a história dos quarenta anos em que esses empresários abriram caminhos pelo Brasil afora, principalmente na Região Norte e em meu Estado, Rondônia.

Portanto, parabeno os trabalhadores da Eucatur, da União Cascavel, da Gramazon, de todo o grupo, e todos os trabalhadores de Rondônia, que conseguiram com muito sacrifício os seus empregos para sustentar suas famílias.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu havia me comprometido com um aparte ao Senador Valdir Raupp, mas desisti em homenagem ao Senador Leomar Quintanilha, que quer falar e tem todo direito de fazê-lo. Assim, peço minha inscrição pela Liderança do Bloco, para falar depois que o Senador Leomar Quintanilha exercer o seu legítimo direito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Aproveito a oportunidade para tentar ordenar o final da sessão, dando um esclarecimento. Senador Mão Santa, o Regimento nos impõe terminar a sessão às 13 horas. E prorrogá-la não é um ato de boa vontade, que esteja dentro da autonomia de quem está presidindo a sessão. Na verdade, há uma série de serviços, como os terceirizados, além da grade de programação da TV Senado, motivo pelo qual devemos observar o horário, sem falar na imposição regimental de terminarmos a sessão às 13 horas.

Estamos diante da seguinte situação: estão inscritos o Senador Arthur Virgílio, que falará pela Liderança do PSDB durante cinco minutos; V. Ex^a, em seguida, usará da palavra para uma comunicação inadiável, por cinco minutos; o Senador Leomar Quintanilha, inscrito, teria direito a vinte minutos, mas terá apenas cinco minutos; também estou inscrito e terei de abrir mão do tempo e falar apenas durante cinco minutos. Está inscrito também o Senador Marcelo Crivella. Se cada um falar durante cinco minutos, a sessão passará das 13 horas.

Então, será muito importante que todos os oradores cumpram os cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito da solicitação feita pela Líder do PT, já conversei sobre isso com V. Ex^a, creio que é oportuno esclarecermos essa questão regimental, ou seja, o bloco da Maioria se contrapõe, do ponto de vista regimental, ao bloco da Minoria, ou seja, considero legítimo que a Líder do PT fale como Líder do Governo e como Líder do PT.

Parece-me que haveria uma contradição se cada Líder dos Partidos filiados ao bloco capitaneado pelo PT tivesse direito a esses cinco minutos, ou seja, falar pela Minoria.

A impressão que tenho é a de que seria mais correto a Líder pedir a palavra como Líder da Maioria em exercício nesse momento e não pelo PT e pelo Bloco capitaneado pelo PT. Parece-me que é mais justo, porque se evita uma distorção futura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Arthur Virgílio, a Presidência recebeu a questão de ordem de V. Ex^a e está procedendo a um estudo. Vamos responder à questão de ordem de V. Ex^a, que traz essa formulação, que será decidida pela Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, por até cinco minutos, ao mesmo tempo em que registro a presença dos alunos da Escola Piaget, de Águas Lindas, que acabam de deixar as galerias.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje acordei sob o impacto das repercussões em torno do reajuste do salário mínimo. Sobre isso já discorreu, de maneira muito percuciente, o Senador Álvaro Dias, pelo meu Partido.

Detive-me em outro episódio do noticiário dos jornais, a começar pela matéria publicada em **O Es-**

tado de S. Paulo, que peço seja transcrita, cujo título é: “Lula se cala sobre mínimo e comemora a vitória na OMC”. Isso é esquisito, em se tratando do Presidente Lula.

Em discurso o Presidente critica o Governo FHC por não afrontar os Estados Unidos, ou seja, a política que Sua Excelência propõe é a de afrontar os Estados Unidos.

Depois, temos aqui o jornal **O Globo**. Essa matéria está impagável. Matéria da jornalista Kátia Seabra e do jornalista Bernardo de La Peña*. Vou ler:

Um dia, acordei invocado e telefonei para Bush. Em jantar com a Bancada do PTB, Lula deixa a modéstia de lado e ainda desafia assessores de FH para um debate.

Sua Excelência pode escolher com que assessores de FH quer debater. Ofereço-me. Inclusive, fui assessor do Presidente Fernando Henrique, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Estou às ordens. Acho esquisito Sua Excelência debater com um Senador, nunca vi um Presidente debater assim, mas se Sua Excelência quer, estou às ordens para debater com o Presidente da República. Sua Excelência pode escolher local e hora, porque o desafio está aceito.

Ele diz:

Lula disse que Malan competia intelectualmente com colega da Argentina, Domingos Cavallo, e Fernando Henrique competia com Menem para ver quem tinha o cabelo mais bonito.

Aí o jornalista diz maliciosamente que o clima lá era de comes e bebes. Enfim, o Presidente assim se expressa: “Um dia, acordei invocado e telefonei para o Bush”. Ele contou também que ligou para os Primeiros-Ministros Tony Blair*, da Grã-Bretanha, e Gerhard Schroeder*, da Alemanha, para falar sobre o FMI, ou seja, ele considera extraordinário que o Presidente do Brasil seja atendido ao telefone por algum chefe de Estado de alguma potência relevante para o País.

E mais ainda:

Muitas invasões de terra acontecem por causa das usinas falidas... O problema de Pernambuco é que tem muito usineiro falido - disse isso, causando desconforto ao Líder do PTB, Sr. Deputado José Múcio Monteiro*.

Vamos agora ao que interessa mesmo. O Presidente esteve, ontem, inaugurando quatro empregos. Ele se deslocou para um evento, que nem ele mesmo entendia por que o evento foi incluído na agenda, segundo o jornalista Ricardo Galhardo*, ou seja, uma cerimônia para lançar quatro empregos.

Tratava-se de uma cooperativa que tinha oito empregos, passou para 12. Houve um aumento substancial de 50%, sendo que se aumentar mais 50% vai para 18. Pode ser que, lá pelo ano de 3000, chegue a 100.

Temos aqui uma coletânea de pensamentos do Presidente.

O que disse Lula que faria antes:

Não estamos lançando hoje a proposta do Primeiro Emprego, porque queremos trabalhar melhor para lançarmos uma proposta que entre em execução imediatamente, porque, para nós, emprego é uma obsessão.

O projeto vai sofrer modificações, porque não conseguiu gerar os empregos que pretendia. Em vez dos mais de 100 mil prometidos, criou apenas 725 empregos.

Outra:

Convencer 27 governadores a descerem comigo do Palácio do Planalto e levar as Propostas de Reforma ao Congresso Nacional.

As propostas foram aprovadas ao longo de 2003 mas com modificações. A reforma tributária ainda depende de uma série de votações que estão programadas na Emenda para 2005. Os Governadores reclamam o não cumprimento de palavra por parte do Presidente da República.

Antes:

Quando ganhamos a eleição, algumas pessoas diziam: “O dólar vai a R\$5, o risco-Brasil vai a 10 mil pontos, o PT não vai conseguir controlar a economia.

Hoje o dólar está no mesmo patamar do ano passado – 2,96 – e o risco-Brasil caiu de 815, em 1º de maio, para 663 pontos, o que ainda é altíssimo para a própria média brasileira que é ruim –acrescento eu.

Vicentinho se prepare porque a qualquer hora dessa eu entro no Congresso Nacional para lhe comunicar: “Vicentinho, o salário mínimo já vale US\$100.00.”

O mínimo valia, em 1º de maio de 2003, US\$84.00. Foi reajustado para R\$260,00 – o equivalente a US\$88.00. Lula prometeu, em campanha, dobrar o valor real do salário mínimo em quatro anos.

Também não queremos que o dólar caia demais. Temos responsabilidade com as nossas exportações e precisamos que o dólar se mantenha numa certa estabilidade.

Hoje, não foi preciso aumentar o dólar para as exportações brasileiras continuarem evoluindo no progresso que já vinham alcançando nos últimos quatro anos.

“Mas pode ficar certo de que, há cada ano, eu pretendo vir aqui prestar contas aos trabalhadores das coisas que estamos fazendo no campo social”.

“Hoje, as manifestações na área social aumentaram. O MST fez no mês de abril de 2004 invasões de terras. O Movimento dos Sem Teto estão também insatisfeitos.”

“Sei do sofrimento de um desempregado porque já vivi a crise de 1965, ficando 11 meses desempregado e sei o que se passa na cabeça de um desempregado.”

“Hoje, o desemprego em março de 2004, segundo o IBGE, era de 12,8% contra 12,1% em 2003.”

“O nosso Ministro da Educação assumiu publicamente o compromisso de alfabetizar 20 milhões de pessoas neste País.” Isso antes. Hoje: “O então Ministro da Educação Cristovam Buarque caiu na primeira reforma ministerial e as prioridades do Ministério foram mudadas.”

Antes, dizia: “Da mesma forma que o Graziano* e o Oded Grajew, que estão aqui e têm a responsabilidade maior pela implantação e execução pelo Programa Fome Zero”.

Esteve aqui há poucos dias o Sr. Patrus Ananias, dizendo que o Programa Fome Zero não era programa, era um movimento. Isso esconde a idéia de que o movimento fracassou. Movimento é coisa intangível. Acho que o programa fracassou.

Hoje: “José Graziano perdeu o cargo no Fome Zero e voltou ao Governo como assessor e Oded Grajew, assessor especial da Presidência, deixou o Governo a pedido. O Programa Fome Zero não apresenta ainda resultados concretos.”

Fiz aqui alguns pequenos comentários, Sr. Presidente. Peço apenas a transcrição desta matéria impagável, publicada hoje pelo **Valor Econômico**, jornal que não faz panfletagem política, que trabalha o fato econômico sobretudo. A matéria tem o título “Um dia acordei invocado, telefonei para Bush”; e do título e subtítulo desta outra matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**: “Lula se cala sobre mínimo, comemora vitória na OMC” e “em discurso, Presidente critica governo FHC por não ‘afrontar os Estados Unidos”.

O Presidente precisa acordar invocado e mandar seus Ministros trabalharem. Isso seria melhor, o Brasil ganharia mais. Essas bravatas não redundam em emprego.

Mande seus Ministros trabalharem de maneira invocada, Presidente, que o seu Governo andarà melhor ou menos pior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUEM DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

Artigo do **Valor Econômico** intitulado: “Um dia acordei invocado e telefonei para Bush”.

Artigo do jornal **O Estado de S. Paulo** intitulado: “Lula se cala sobre mínimo e comemora vitória na OMC”.

Artigo do **Valor Econômico** intitulado: “Argentina estuda criar estatal do petróleo”.

Artigo do jornal **O Estado de S. Paulo**.



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

30

MÊS/ANO:

Abril/04

EDITORIA:

Nacional

CADERNO:

A

PÁGINA:

9A

dos nos próximos dias.

A força-tarefa formada pela PF, Forças Armadas e outros órgãos federais vai começar a atuar nas áreas indígenas e uma das primeiras providências é destruir as pistas de pouso na área. Navios da Marinha começaram a fazer patrulhas nas calhas dos Rios Mamoré, Guaporé, Madeira e Abunã, para tentar evitar ações do crime organizado.

“Depois que a Marinha começou este trabalho, simplesmente não há quase navegação. Ou seja, algo estava errado”, disse o secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais do GSL, José Alberto Cunha Couto.

Jobim: só em 2015 haverá efeitos da reforma da Justiça

O ministro Nelson Jobim, que assume a presidência do Supremo Tribunal Federal dia 10, previu ontem que os efeitos e resultados da reforma do Judiciário deverão surgir próximo de 2015. Para ele, “a implantação disto (um novo sistema judicial) deve levar uma média de 10 anos, uma média boa para começar um processo de mudança de critérios”.

Planalto observa movimentação dos sem-teto

A intensificação das ações do movimento dos sem-teto está provocando grande

preocupação no Palácio do Planalto. A falta de interlocução entre o governo e as principais lideranças desse movimento se tornou um problema e está sendo analisado pela área de inteligência. Os sem-teto têm ligação com o PT.

STJ denuncia ex-governador do esquema gafanhoto

O Ministério Público Federal denunciou nesta semana no Superior Tribunal de Justiça (STJ) o ex-governador de Roraima Neudo Campos e outras quatro pessoas, entre elas um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Eles são acusados de participação em irregularidades num esquema que ficou conhecido como “escândalo dos gafanhotos”.

Índio é acusado de matar menina em RO

NILTON SALINA

Especial para o Estado

ESPIGÃO D'OESTE – Dois garimpeiros que trabalharam para os índios cintas-largas no garimpo de diamantes na reserva Roosevelt, em Roraima, confirmaram ontem o assassinato de uma menina de 12 anos por um cacique. Roberson Lugon de Souza, de 35 anos, conhecido como *Pardal*, disse que viu Ita Cinta-Larga estripar a garota ainda viva, porque pensou que ela havia engolido uma pedra.

“Chamávamos a menina de Garotinha. Ela estava sentindo cólicas, provavelmente por causa da água suja que

bebíamos”, contou. No dia em que ela seria levada à cidade, um dos índios se aproveitou de um descuido e escondeu uma pedra. Foi mais fácil acusar a menina. Ita Cinta-Larga foi até sua oca, pegou uma faca e abriu a menina. Não encontrou nada”, disse Souza.

De acordo com o garimpeiro, a mãe da menina, Maria Aparecida, vivia na aldeia com um índio e foi executada a tiros pelos guerreiros, porque disse que iria denunciar o caso. “Depois de mortas, elas foram jogadas em um lugar chamado buracão, na Serra do Pé de Galinha. Naquele local, foram jogados pelo menos 80 corpos

de garimpeiros.”

O garimpeiro Agnelino de Arruda, de 43 anos, confirmou toda a história contada pelo colega. “Como *Pardal* denunciou o caso, os índios estão oferecendo R\$ 20 mil pela sua cabeça. Ele se tornou perigoso para os cintas-largas. Os diamantes são valiosos, e isso desperta o interesse de índios e de empresas de mineração.”

Arruda disse que muitos dos garimpeiros que conseguiram sair de Roosevelt têm histórias de atrocidades para contar. “As coisas se complicam quando os índios ficam bêbados.” A Polícia Federal não confirmou o relato dos garimpeiros.



RADIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

30

MÊS/ANO:

Abril/04

EDITORIA:

Nacional

CADERNO:

A

PÁGINA:

10

QUESTÃO AGRÁRIA

Lula se cala sobre mínimo e comemora vitória na OMC

Em discurso, presidente critica governo FHC por 'não afrontar os Estados Unidos'

CONRADO CORSALETTE

Enviado especial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou a vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios do governo americano a seus produtores de algodão para criticar a política externa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Possivelmente houve dentro do Ministério das Relações Exteriores de alguns anos atrás a disposição de não afrontar, não fazer nada que pudesse contrariar os interesses do país mais rico, nesse caso os Estados Unidos", disse Lula, em evento realizado ontem para comemorar os 10 anos da central de recebimento e destinação de embalagens de agrotóxicos de Guariba, interior de São Paulo.

O evento ocorreu horas depois de o governo anunciar o aumento do salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260, reajuste considerado tímido por representantes dos trabalhadores e até por alguns setores do governo. Lula não tocou no assunto. E preferiu não falar muito. Limitou-se a ler um discurso breve, improvisando uma frase ou outra.

Ao lado do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do governador Geraldo Alckmin (PSDB), o presidente lembrou que o titular da pasta no governo anterior, Frattini de Moraes, "queria brigar" contra os subsídios dos Estados Unidos, mas esbarrou na orientação do Itamaraty. "Nós tivemos uma vitória que mostra que quando

um país quer brigar, ele consegue ganhar", afirmou Lula, a uma platéia formada por agricultores da Coplana, cooperativa de produtores de cana.

Ecologia – O outro assunto tratado pelo presidente foi a ecologia, tema central do evento. Sugeriu que o Brasil poderá tirar algum proveito financeiro da Amazônia. "Esperamos ganhar um dia um dinheirinho porque ainda temos a maior reserva florestal", disse ele, criticando os países ricos por terem destruído seus recursos ambientais. "Eles teriam de pagar para a gente

por conta de a gente ser tão cuidadoso, apesar de alguns problemas que temos."

A central de recebimento de embalagens de agrotóxicos da Coplana recebe 20 toneladas de produtos do gênero por mês e os encaminha para a reciclagem. Com sua ampliação, inaugurada ontem, passará a receber 90 toneladas ao mês. O quatro de funcionários passará de 8 para 12. O Brasil já consegue, segundo o ministro Rodrigues, processar 50% de suas embalagens vazias de agrotóxicos, número bem superior a média mundial.

A Coplana, responsável pela

central, foi fundada pelo pai do ministro Rodrigues. Seu filho Paulo Rodrigues é vice-presidente da entidade, que reúne 1.411 associados e prevê um faturamento de R\$ 180 milhões neste ano. São 5,6 milhões de toneladas de cana produzidas por ano. Dessa quantia, 90 mil saem da Fazenda Santa Isabel, de propriedade do ministro.

O presidente, inclusive, passaria a noite na propriedade para, hoje, participar do Agrishow, feira de agronegócios de Ribeirão Preto. Segundo sua assessora, Lula seria recebido com um churrasco.

Produtores rurais entregarão lista de reivindicações

RIBEIRÃO PRETO – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá hoje três pedidos do presidente da Agrishow, Sérgio Magalhães, durante sua visita à maior feira do agronegócio da América Latina, em Ribeirão Preto. "Precisamos de estabilidade no campo, continuidade dos financiamentos e apoio à agricultura familiar", adianta Magalhães. Se puder contar com "um dedo de prosa a mais", o presidente da Agrishow dirá que "o PT não pode mais fazer política no cooperativismo" e que "os ministros estão muito devagar".

De acordo com ele, o governo tem sido pouco efetivo no combate às invasões de terra. "Não dá para um governo ser tão frouxo quanto este está sendo", reclama Magalhães. Além da maior segurança para os produtores, ele adverte que os financiamentos devem continuar no mesmo ritmo. "O produtor precisa contar com a garantia que não haverá interrupção", diz o dirigente.

Acima dessas questões, porém, o presidente da Agrishow acha que o presidente Lula precisa reavaliar a atuação dos seus ministérios. "Falta uma visão empresarial aos ministros", considera Magalhães. "Parece que o dinheiro chega lá, nas mãos deles, e todos ficam assustados sem saber o que fazer."

Embora seu discurso pareça de oposição, Magalhães não está entre os que se colocam contra o governo. "Há dez anos, teríamos uma folha cheia de problemas para apresentar ao presidente e agora só temos três pedidos." (Silvio Bressan)



RADIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

Valor ECONÔMICO

DIA:

30

MÊS/ANO:

Abril/04

EDITORIA:

Brasil

CADERNO:

A

PÁGINA:

108

Um ano de promessas

O que Lula disse que faria (em 01/05/2003)

Discurso

■ "Não estamos lançando hoje a proposta do **Primeiro Emprego**, porque queremos trabalhar melhor para lançarmos uma proposta que entre em execução imediatamente, porque, para nós, o emprego é uma obsessão."

■ "Convencer 27 **governadores** a descerem comigo do Palácio do Planalto e irmos levar as propostas de **reforma** ao Congresso Nacional."

■ "Quando ganhamos as eleições, algumas pessoas diziam: o **dólar** vai a R\$ 5 agora, o **risco-Brasil** vai para 10 mil pontos, o PT não vai conseguir controlar a economia."

■ "Vicentinho, se prepare porque qualquer hora dessas eu entro no Congresso Nacional para lhe comunicar: **Vicentinho, o salário mínimo** já vale US\$ 100."

■ "Também não queremos que o dólar caia demais, temos responsabilidade com as nossas **exportações** e precisamos que o dólar se mantenha numa certa estabilidade."

■ "Mas pode ficar certo de que a cada ano eu pretendo vir aqui prestar contas aos trabalhadores, das coisas que estamos fazendo no **campo social**."

■ "Sei o sofrimento de um **desempregado**, porque já vivi a crise de 1965, vivendo 11 meses desempregado, e sei o que se passa na casa de um desempregado."

■ "O nosso ministro da **Educação** assumiu publicamente o compromisso de alfabetizar 20 milhões de pessoas analfabetas neste país."

■ "Da mesma forma que o Graziano e o Odegrajew, que estão aqui, e têm a responsabilidade maior pela implantação e execução do **Programa Fome Zero**."

Prática

O projeto vai sofrer modificações porque não conseguiu gerar os empregos que se pretendia. Segundo o Ministério do Trabalho, qualificou 40 mil e criou apenas 725 empregos.

As propostas foram aprovadas ao longo de 2003, mas com modificações. A reforma tributária ainda depende de uma série de votações que estão programadas na emenda para 2005. Os governadores de Estados reclamam de parte do acordo da reforma tributária que ainda não foi cumprido.

O dólar está no mesmo patamar do ano passado, R\$ 2,96, e o risco-Brasil caiu de 815 em 1º de maio para 663 pontos.

O mínimo valia, em 1º de maio de 2003, US\$ 84 e foi reajustado para R\$ 260, o equivalente a US\$ 88. Lula prometeu em campanha dobrar o valor real do salário em quatro anos.

As exportações podem superar este ano a marca histórica e chegar a US\$ 82 bilhões.

As manifestações na área social aumentaram. O MST fez no mês de abril de 2004 invasões de terras. O movimento dos sem-teto também estão insatisfeitos.

O desemprego em março de 2004 segundo o IBGE era de 12,8%, contra 12,1%, em 2003.

O então ministro da Educação Cristóvam Buarque caiu na primeira reforma ministerial e as prioridades do ministério foram mudadas.

José Graziano perdeu o cargo no Fome Zero e voltou ao governo como assessor e Odegrajew, assessor especial da Presidência, deixou o governo a pedido. O programa Fome Zero ainda não apresenta resultados concretos.

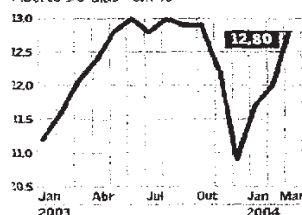
Fonte: Discurso do presidente Lula durante a Missa do Trabalhador em 1/05/2003

Desalento

Emprego e renda no governo Lula diminuem

Taxa de desemprego pelo IBGE

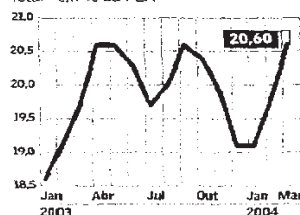
Aberto 30 dias - em %



Fonte: IBGE, SEADE/DIEESE e Valor Data.

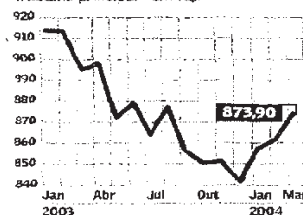
Taxa de desemprego pelo Dieese

Total - em % da PEA



Rendimento médio real

Trabalho principal - em R\$



SENADO ANTIFON VIGILÂNCIA

SOMBRA NO PLANALTO *Presidente da GTech relata encontros com ex-assessor, mas diz que companhia não cedeu à pressão*

Empresa diz que foi vítima de Waldomiro

FABIANA CIMIERI
DA SUCCURSAL DO RIO

O presidente da GTech, Fernando Antônio de Castro Cardoso, disse ontem à CPI da Assembleia Legislativa do Rio que a empresa foi duas vezes vítima de Waldomiro Diniz, ex-sobrinho de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, na renovação do contrato com a Caixa Econômica Federal, em 2003, e no edital da Loteri (Loteria do Estado do Rio de Janeiro).

O edital teria sido modificado para favorecer a Combraiz, consórcio representado pelo empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, os Carinhos Cachoeira, que venceu o edital em 2002. A CPI investiga a suposta participação de Waldomiro Diniz em fraudes na administração que se ocorreu imediatamente após a sua saída do governo em 2001.

No depoimento, Cardoso afirmou que, na renovação do contrato com a CEF, "pessoas, ligadas ou não ao governo, tentaram vender facilidades num processo que estávamos conduzindo na maior idoneidade". Essas pessoas, citadas por ele, foram Waldomiro e o consultor Rogério Buratti, ex-secretário da Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão do hoje ministro Antônio Palocci Filho (Pazenda).

Cardoso, que preside a multinacional desde outubro de 2003, relatou três encontros que teriam ocorrido entre Waldomiro e a direção da GTech nos primeiros meses de 2003.

Segundo ele, a renovação do contrato da GTech com a CEF para a exploração da loteria on-line foi assinada em 8 de abril, após dois anos de negociações. O presidente disse que, no início de 2003, Waldomiro usou insis-

tentemente para diretores da GTech, porque queria uma reunião para tratar da relação da empresa com a CEF. Não foi atendido, disse Cardoso, porque a GTech não sabia que ele havia sido nomeado para a Casa Civil.

Cachoeira, que mantinha parceria com a GTech desde 1999, era então contratado como consultor de executivos da empresa. O empresário disse que Waldomiro tinha um relacionamento próximo com ele.

O primeiro encontro foi seguido do segundo, em que Cardoso teria participado. Segundo Cardoso, na reunião, "Waldomiro sugeriu que Carlos Ramos era do meio e incentivou parcerias futuras".

A uma semana da assinatura do contrato, houve um segundo encontro, no qual, de acordo com Cardoso, Waldomiro informou que a empresa seria procurada

"por alguém que teria ajudado nessas negociações".

Dias depois, Buratti teria procurado diretores da GTech e afirmado ter facilitado a renovação do contrato. Logo após desse episódio, Waldomiro marcou uma reunião com a diretoria, em que teria dito que Buratti deveria ser contratado pela empresa.

Cardoso disse que a GTech não aceitou a proposta de Waldomiro. Segundo ele, a documentação enviada pelo consultor à GTech não foi aprovada e, por isso, sua contratação foi vetada.

Outro lado
A Folha publicou ontem o advogado de Waldomiro Danilo Silva. O advogado pediu para comentar as declarações do presidente da GTech à CPI da Assembleia do Rio mas ele não foi localizado até a conclusão desta edição.

Depois do discurso, José Múcio pediu ao presidente

Disse que ele tinha informações equivocadas, que as ocupações não são na região das usinas.

De tão descontraindo, Lula, que prometeu atender às emendas dos petebistas, usou expres-

sões populares como detonar e pendura. Ele disse que tentaram fragilizar o chefe da Casa Civil, José Dirceu, por causa de sua competência política.

Desde Luiz Eduardo Magalhães nunca houve um articulador tão bom quanto o Zé Dirceu. Construímos uma maioria no Congresso graças ao Zé Dirceu. Por isso, tentaram detonar.

Sobre o crescimento, disse:

— Não é possível que um país com a vocação do Brasil viva na pendura.

Só o reajuste do mínimo ficou fora do cardápio. Lula usou boa parte de seu discurso para enumerar seu feito internacional.

Transportou, então, o Mercosul para a política nacional:

Não é possível que líderes do petebismo se amarrarem à política internacional. É o que está acontecendo com a esquerda do Sul e com a esquerda no Brasil.

OPINIÃO

BOTÃO VERMELHO

• CONSTA QUE Fernando Henrique Cardoso, aconselhado por Luiz Inácio Lula da Silva, teria reuniões com o governador em grupo. Fato que revela que esse governo representa o Brasil nos cofres públicos.

• O BRASIL, segundo o relatório da Comissão de Direitos Humanos da ONU, é um país onde a corrupção é a regra. O Brasil é um país onde a corrupção é a regra. O Brasil é um país onde a corrupção é a regra.

• MAS TERMINOU confirmando a validade do conselho de Lula. O que foi dito foi a maior tentativa de alguns governadores de reabrir a questão da dívida negociada com a União.

• O ASSUNTO é uma espécie de botão vermelho

do equilíbrio fiscal. Se apertado, os efeitos são imprevisíveis — só se sabe que são desastrosos. Bem faz o governo Lula em manter o assunto fora de qualquer agenda séria de conversa.

Lula promete a PP duas nomeações

• BRASÍLIA. O PP suspendeu por duas semanas a obstrução nas votações da Câmara, após receber a garantia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que seus pleitos serão atendidos. Lula disse ao presidente do PP, Pedro Corrêa, que serão nomeados Paulo Roberto Costa para a diretoria de Abastecimento da Petrobras e Luiz Carlos Lima para a Secretaria de Gestão e Desenvolvimento do Ministério da Saúde.

Cerimônia para lançar quatro empregos

Nem Lula entendeu por que evento foi incluído na agenda

Ricardo Galhardo

• GUARIBA (SP). GUARIBA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da cerimônia de ampliação da Central de Recebimento e Reciclagem de Embalagens de Defensivos Agrícolas da Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (Coplana). Com investimentos de R\$ 100 mil, a central poderá ampliar de 20 toneladas para 90 toneladas a capacidade mensal de reciclagem. O empreendimento, que também contou com as presenças do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, gerou quatro novos empregos. O número de funcionários subiu de 8 para 12.

Em seu discurso, o presidente deu a entender que também não sabia muito bem o motivo da inclusão do evento em sua agenda ontem.

— Somente chegando aqui eu compreendi porque o Roberto Rodrigues insistia tanto para que nós viéssemos aqui — disse Lula.

Uma possível explicação é a ligação de Rodrigues com a Coplana, uma das primeiras grandes cooperativas agrícolas do Brasil, que congrega 1.411 associados de três estados, e foi fundada pelo pai do ministro, Antônio José Rodrigues Filho, há 40 anos.

Além disso, o próprio Roberto Rodrigues

foi presidente da Coplana na década de 70 e seu filho mais velho, Paulo, é o atual vice-presidente da entidade.

Outra possível explicação é o fato de a central ficar a poucos minutos da Fazenda Santa Isabel, em Guariba, pertencente à família do ministro e lugar onde o presidente e sua comitiva iriam pernoitar. A fazenda, considerada modelo de produtividade, tem 1.150 hectares e foi criada no último quarto do século XIX. A casa, construída em 1897, foi projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo, um dos principais nomes da época, responsável, entre outras obras, pelo Teatro Municipal de São Paulo. A propriedade, que hoje emprega 97 trabalhadores, foi comprada pelo pai do ministro em 1948.

É a segunda vez que Lula se hospeda na Fazenda Santa Isabel desde a posse. A exemplo da primeira visita, Lula será recepcionado com um churrasco. Devido ao entusiasmo do ministro pela música (ele é cantor nas horas vagas), era aguardada a presença de violeiros. Mas Lula pediu que o número de convidados fosse restrito. Hoje ele embarca logo de manhã para Ribeirão Preto, a cerca de cem quilômetros de Guariba, onde visitará a AgriShow, uma das maiores feiras agropecuárias do país. A presença do ministro na Fazenda, Antônio Palocci, ex-primeiro da Ribeirão, também é aguardada.



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
Valor ECONÔMICO	30	Abril/04	Brasil	A	13

Argentina estuda criar estatal do petróleo

Paulo Braga
De Buenos Aires

O presidente argentino, Néstor Kirchner, afirmou ontem que o governo está trabalhando na criação de uma companhia estatal de petróleo e disse que as concessionárias de serviços públicos "têm de servir" ao país.

Kirchner falou brevemente sobre o assunto durante uma visita à província de Mendoza, e a ideia de criar a estatal petrolífera foi confirmada pelo chefe de Gabinete do governo, Alberto Fernández.

Segundo Fernández, a empresa em questão vai "desenvolver empreendimentos junto com companhias privadas" e sua criação será detalhada no plano energético que o governo pretende divulgar no início do mês que vem. A antiga empresa de petróleo estatal argentina, a YPF, foi vendida na década passada à espanhola Repsol.

A notícia da intenção do governo de criar a empresa de petróleo estatal foi divulgada pela primeira vez no fim de semana. Segundo reportagem publicada no domingo pelo jornal "Página 12", o governo estaria buscando associar-se às estatais petrolife-

sumidores que economizarem e penalidades para os que ultrapassarem o limite de gasto.

A diferença principal é que, para atenuar o custo político das medidas, o governo argentino não aplicará punições a clientes de menor consumo que não cumprirem a meta de restringir o uso de eletricidade e gás a 95% do consumido no

mesmo período de 2003. O governo estima que o plano permitirá uma economia de entre 5% e 7%, que deve aliviar parcialmente a situação no inverno, quando o consumo de gás sobe. O objetivo é criar uma sobra que será direcionada a usinas termelétricas — cerca de 50% da energia consumida no país vem da queima de gás.

ras da Venezuela, PdVSA, e do Brasil, Petrobras, para viabilizar a ideia, que teria como base a prospecção de petróleo no litoral do país. Os contatos não foram confirmados pelas companhias.

Com a nova empresa, o governo argentino estaria tentando ampliar o controle estatal sobre o setor energético, como resposta à

crise de desabastecimento vivida pelo país. Por causa da alta na demanda por gás, o governo foi obrigado anteontem a anunciar um plano de racionamento de energia que deve ser colocado em prática a partir da semana que vem.

As medidas são similares às adotadas pelo Brasil em 2001, com compensações para os con-

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

O cumprimento do tempo por parte de V. Exª permite a que todos façam uso da palavra.

Senador Mão Santa, V. Exª dispõe de até cinco minutos. Após V. Exª, conforme solicitação da própria Líder, falará o Senador Leomar Quintanilha, após a Líder Ideli Salvatti.

Antes de V. Exª iniciar, saúdo a presença dos alunos do Colégio Jean Paul-Sartre, de Patos de Minas. A Presidência agradece a visita dos estudantes a este plenário.

Tem V. Exª a palavra por até cinco minutos, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Siqueira Campos, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes que assistem à TV Senado e ouvem a Rádio Senado, eu estava neste Congresso, ao lado do grande piauiense Petrônio Portella, quando veio a ordem da ditadura para fechar o Congresso. Senador Marcelo Crivella, uma lei que mudava o Legislativo, o poder militar não a aceitou. E Petrônio disse, naquele instante, para a imprensa: “É o dia mais triste de minha vida”.

Senador Cristovam Buarque, diante da mocidade estudiosa, esperança e certeza da grandeza de Brasília e do Brasil, o dia mais triste de minha vida será aquele em que este Senado deixar que vigore o salário mínimo que aí está – se é que isso vai acontecer. É o salário da vergonha.

Bastaria dizer que um quadro vale por dez mil palavras. Em qualquer país organizado, Senador Marcelo Crivella, o mínimo para o maior são dez, doze ou quinze vezes. É uma conta muito elementar, que até o Presidente Lula e o Ministro Palocci sabem fazer – Palocci é médico como eu e tem pouco saber matemático. Dez vezes 260 são 2600. Não foi o que aprovamos. Há gente neste Brasil ganhando 100 vezes mais que o salário mínimo, com acumulações e vantagens. Isso é uma vergonha. Ficarei na crença que temos no nosso Líder de fato e de direito, que é o Presidente Sarney, que defende a ampliação do mínimo pelo Congresso. Temos que mudar isso aqui. Petrônio disse que só não muda quem abdica o direito de pensar.

Senador Marcelo Crivella, que representa Deus aqui, Brasília e o Brasil precisam de Deus. Olhem os mineiros! Juscelino Kubitschek fez isso tudo, colocou a Capital no coração do Brasil, a indústria automobilística no Sudeste e a Sudene no Nordeste. Fez um tripé para que no Brasil não houvesse desigualdades.

No domingo, dia 02 de maio do corrente ano, depois do Dia do Trabalhador, fará três anos a medida provisória que extinguiu a Sudene. O Presidente Lula, em campanha. Não foi um ato inteligente, foi um ato burro do núcleo duro. O que tinha que fazer era continuar o que Juscelino criou. Juscelino, mineiro, só fez beleza.

Apesar de várias reuniões e do total empenho do Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, até esta data, os funcionários da Sudene e o Nordeste esperam que o Presidente Lula cumpra a sua promessa e restitua a Sudene, planta de Juscelino para soerguer o Nordeste sofrido.

A indignação dos servidores daquele órgão é ainda maior, extraordinária Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, quando, de repente, são surpreendidos com um corte de 33% em suas gratificações, incorporadas desde o Governo do Presidente José Sarney.

Em homenagem ao nosso Senador Marcelo Crivella, que representa Deus aqui, lembro que Cristo dizia: “De verdade em verdade eu vos digo”. Eu diria que, de verdade em verdade, eu vos digo: “Oh, PT, não vamos acabar com uma obra tão frondosa de Juscelino Kubitschek”.

Permita-me, Senador Marcelo Crivella, dizer que, na sua religião, há o bispo. Na nossa religião, há o Padre Antonio Vieira, que andou pelo Nordeste e disse que o exemplo arrasta. Vejo que o Presidente Lula pode ser muito feliz, porque não precisa buscar exemplos na história e em outros países. O exemplo está aqui, plantado em Brasília: o do mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Leomar Quintanilha. Dentro do nosso tempo estabelecido, V. Exª dispõe de até cinco minutos.

V. Exª, que foi o primeiro Secretário de Educação do Estado de Tocantins, falará na presença dos alunos do Colégio Jean-Paul Sartre da cidade de Patos de Minas, os quais estão visitando este plenário.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, rendo minhas homenagens aos jovens estudantes que enriquecem com sua presença esta sessão do Senado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a restrição que me foi imposta pelo tempo, apesar da minha inscrição dentro do Regimento, sei que abordarei um tema que reputo da maior importância, da forma que

me for possível, neste tempo restrito. Voltarei ao tema na próxima semana para completar o meu raciocínio.

Trata-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da discussão sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 168, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como dos jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como caça-níqueis, independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências.

Imagino, Sr. Presidente, que há um equívoco muito grande na edição dessa medida provisória, que trata de uma questão que já estava regulamentada há mais de dez anos por esta Casa, pelo Congresso Nacional, pela Lei nº 8.672, conhecida como Lei Zico, e pela Lei nº 9.615, de 1998, conhecida como Lei Pelé, que buscava, num esforço de regulamentação do desporto brasileiro, uma fonte de financiamento para o esporte amador. E foi assim que, embasado nessa legislação, o esporte amador no País acabou tendo um suporte das empresas que, confiantes no País e nesta Instituição e com base na legislação aprovada, empreenderam, construíram prédios, adquiriram equipamentos e fizeram funcionar as casas de bingo.

Houve, depois, uma proposta de dissociação dessa regulamentação do desporto com o jogo do bingo. Ficou-se, então, aguardando a regulamentação dos jogos, que não ocorreu. E o que aconteceu? Pelo fato de inexistir a regulamentação, os empresários dessa modalidade de jogo ficaram na marginalidade.

Ora, o próprio Presidente Lula, consciente desse problema, no início do seu Governo, na mensagem que enviou ao Congresso Nacional, manifestou a sua disposição de regulamentar a matéria. Para surpresa nossa, a Medida Provisória nº 168 vem em sentido contrário, suprimindo de forma cabal e definitiva os jogos, como li na sua ementa: "(...) de bingo, bem como máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas conhecidas como 'caça-níqueis' (...)".

Se buscássemos, talvez, no Direito Consuetudinário, iríamos encontrar que faz parte da nossa cultura, que faz parte das atividades da sociedade brasileira, o jogo do bingo. Quem não comprou uma cartela de bingo nas quermesses, nas festas religiosas ou ações promovidas pelos clubes de serviço, sempre por uma boa causa, para ajudar alguém, para ajudar uma instituição, para ajudar uma comunidade, para ajudar turmas de estudantes que se preparavam para suas formaturas? O bingo é praticado pela sociedade brasileira há muito tempo.

E hoje o que vemos, nobre Senador Mão Santa? Vemos uma parcela considerável da população brasileira – que, graças às bênçãos de Deus e aos benefícios

dos investimentos públicos na saúde, tem alcançado, em número cada vez mais expressivo, idade superior a 60 anos –, da chamada terceira idade, buscar nas casas de bingo uma forma de entretenimento segura, saudável, sem nenhum problema. Mas, de repente, o bingo encontra-se na marginalidade.

E sem contar, eminentes Senadores, com a tributação que se exige o Governo de receber ao proibir definitivamente o funcionamento das casas de bingo; sem contar a fonte de financiamento das atividades sociais, pois o Governo poderia contar com essa tributação; sem contar com a quantidade de postos de trabalho fechados. De repente, homens e mulheres de todas as idades, jovens, pais de família, perderam seus empregos com a proibição do jogo do bingo neste País.

Se a preocupação é com a criminalidade, com o envolvimento dos jogos com a prostituição, com o narcotráfico, eu não creio que isso possa se passar com o bingo, até porque o criminoso quer a obscuridade, um posicionamento diametralmente oposto ao dos empresários do bingo, que procuram as ruas, as avenidas, as praças mais visíveis e mais importantes das cidades para instalarem seus empreendimentos. E usam letreiros chamativos, às vezes até escandalosos, para dizer: eu estou aqui exercendo uma atividade.

Ora, o que está faltando é a presença firme do Estado de regulamentar e de fiscalizar a lei, para que não haja a prática de ilícitos na atividade do bingo.

Sr. Presidente, pela generosidade da Mesa e para cumprir com o compromisso de usar o restrito tempo dos cinco minutos, que já estão se passando, eu só gostaria de comentar com os eminentes Pares que irei voltar a esse tema na próxima semana, quando deveremos votar essa medida provisória. E já antecipo que pretendo apresentar um destaque à emenda do Deputado Alceste Almeida que propõe a preservação dos bingos de cartela e a supressão apenas dos jogos por máquinas eletrônicas.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a compreensão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Prorrogo a sessão por mais 15 minutos, para que possamos falar como inscritos este Presidente e ainda o Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo de 5 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, eu queria registrar que, apesar da questão de ordem levantada pelo Líder do PSDB, pedi a minha inscrição pela Liderança do Bloco para manifestar outra vez, como já

o fiz esta semana, a nossa profunda indignação e preocupação pelo que aconteceu ao nosso companheiro Senador João Capiberibe no julgamento que cassou, por 4 votos a 2, seu mandato e o de sua esposa. Fiz o pronunciamento depois de ter conversado com todos os Líderes desta Casa. Tive mesmo o registro do Presidente do Senado, Senador José Sarney, de que eu estava realmente manifestando o sentimento de indignação da Casa diante da decisão do TSE, sobre a qual, obviamente, não devemos tecer comentários, respeitando a independência do Poder Judiciário.

Mas a indignação está presente nesta Casa, ainda mais – quero deixar registrado – depois do julgamento, na noite passada, de um outro caso que envolvia também uma questão eleitoral: a cassação do mandato do Governador do Distrito Federal e da Vice-Governadora.

Apesar do bom senso solicitar que não comentemos decisão de outro Poder, eu não posso deixar aqui de registrar que não me conformo com o fato de um Senador que todos conhecemos, que tem uma história política de combate à intransigência e à ditadura, que foi preso político, que esteve no exílio, que foi um baluarte em sua região da luta pela democracia, estar, assim como sua esposa, com o mandato cassado porque duas pessoas testemunharam terem recebido o pagamento de R\$26,00 por seus votos. E, dois dias depois, o mesmo tribunal não ter levado em consideração as provas apresentadas, como fotografias de carros pagos pelo dinheiro público, com propaganda eleitoral explícita, e ter decidido pela absolvição do Governador Roriz e de sua Vice, por cinco votos a um, na noite de ontem.

O Senador João Capiberibe está com uma ação cautelar solicitando o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. Já tive a oportunidade de vir à tribuna dizer que todos nós estamos com a expectativa de que o Supremo Tribunal Federal realmente se pronuncie sobre esse episódio. Quero dizer que, depois do que aconteceu esta semana, é mais relevante ainda um posicionamento. Fiz esse apelo e volto a falar, acho que em nome de todos. Quero ter a petulância de voltar a falar aqui em nome de todos os Senadores e Senadoras desta Casa, tendo em vista que os dois episódios desta semana são uma evidência bastante grave, do meu ponto de vista, da utilização de dois pesos e duas medidas. Em uma mesma balança, resultados absolutamente discrepantes. Em um, dois testemunhos têm o peso de prova inequívoca, resultando na cassação de um Senador e uma Deputada Federal; enquanto que, num outro julgamento, dois dias depois, poucas horas depois, é tomada uma decisão que, no meu ponto de vista, não teve o mesmo peso.

Estamos aqui perplexos. Tive mais uma vez oportunidade de falar com o Senador Capiberibe logo pela manhã. Depois do que aconteceu ontem, estamos aguardando com muita expectativa o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre esta situação a que está submetido nosso companheiro de Bloco e companheiro de Senado, Senador João Capiberibe.

Sr. Presidente, nestes poucos minutos – vou me estender porque aqui nesta Casa se traz uma mistura de temas, de assuntos –, quero apenas registrar algumas manchetes do dia de hoje, deste dia em que amargamos tanto o debate do salário mínimo.

A indústria paulista e a indústria do Rio de Janeiro, Fluminense, estão nas capas dos jornais: O aumento das vendas é real.

O Ministro do Desenvolvimento garante que todos os indicadores do primeiro trimestre confirmam a elevação do PIB em 3,5%.

O Brasil já é o 13º no *ranking* da OMC. Dois anos atrás, estávamos na posição 91 e pulamos, em dois anos, para a 13ª posição no superávit de comércio internacional.

A decisão da OMC, com relação ao algodão, está em todas as manchetes, inclusive com repercussão no encontro, em Londres, dos cinco principais Ministros que estão preparando a reunião da OMC sobre os subsídios agrícolas. A decisão tomada pela OMC, patrocinada pelo Brasil, é uma das vitórias mais importantes da democracia e tem repercussão, porque o Brasil deixou, de 1999 a 2002, de exportar quase US\$500 milhões de algodão, por conta dos subsídios agrícolas. As primeiras parcerias público-privadas, conforme protocolo assinado este ano, serão com a China, na ordem de US\$4 milhões, exatamente para infra-estrutura, principalmente ferrovia e portos. Esse foi o grande debate desta manhã, com o pronunciamento do Senador José Sarney.

Sr. Presidente, foi difícil o debate do salário mínimo no dia de hoje para todos nós. Todavia, os sinais do acerto da política adotada pelo Presidente Lula já surgem, sob vários aspectos, desde o crescimento da indústria e do salário real, com indicadores do crescimento registrado no primeiro trimestre das negociações internacionais bem-sucedidas, com conseqüências positivas para o nosso País.

Portanto, eu não poderia deixar aqui de utilizar recortes de jornais, como outros Parlamentares fazem à exaustão, sempre para colocar o negativo. Estamos aqui hoje usando os mesmos recortes dos jornais – que parece que eles lêem só pela metade –, para apontar os índices e os indicadores e os fatos e as ações positivas, com repercussão para o nosso povo e para o nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella – PL-RJ)

– Muito obrigado, brava Líder do Governo, Senadora Ideli Salvati.

Concedo a palavra ao nobre Senador pelo Tocantins, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus queridos concidadãos tocantinenses, telespectadores que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado FM e pela Rádio Senado em ondas curtas, na véspera do 1º de Maio, quero trazer aqui mais um pouco do que a História registrou, num dos momentos mais graves da economia de um país determinado, o que fez um de seus maiores líderes e um dos maiores estadistas que a história registra, em função do desemprego e da crise econômica.

Volto, meu nobre Presidente, a me referir a Franklin Delano Roosevelt, homenageando também o pai dos trabalhadores brasileiros, o ex-Presidente Getúlio Vargas. Disse ele, Senador Marcelo Crivella, em determinada oportunidade:

Não estou querendo que a vitalidade do nosso povo seja solapada pelo fornecimento de dinheiro, de cestas, de mantimentos, de algumas horas de serviço por semana, cortando grama ou juntando folhas ou apanhando papel nas praças públicas. Devemos preservar não apenas a saúde dos desempregados, mas também o respeito próprio, a autoconfiança, a coragem e o espírito de luta. Essa decisão me conduz ao problema que tem o Governo, isto é, atender aproximadamente cinco milhões de desempregados que ora se encontram nas listas de amparo.

Ou seja, depois de ter criado a lista de amparo, Roosevelt se lembrou de que tinha que resgatar o amor-próprio do povo americano pelo País, a dignidade e o respeito pelo trabalho.

E continua:

É a minha intenção, excetuando algumas construções de edifícios destinados ao uso do Governo, que todas as obras públicas de emergência sejam reunidas em um único

grande plano. Com a adoção desse novo sistema, poderemos substituir o que prescrevem as listas de amparo por um órgão coordenador responsável pela liquidação paulatina das suas atuais atividades de amparo, em substituição por um grande programa nacional de empregos. Um programa em larga escala de construção de casas populares a baixo preço, a fim de abrigar os que, por qualquer motivo, estiverem impossibilitados de mudar-se para os lotes de subsistência.

Lotes também criados por ele naquela época, uma vez que não era intenção esvaziar os grandes centros, mas, sim, ter um grande projeto nacional.

As palavras de Roosevelt, Sr. Presidente, são sábias, servem como uma luva para a nossa situação de hoje. É esta inspiração, é esta motivação que fez com que nascesse o Estado do Tocantins.

Sobre a questão da habitação, Senador Crivella, a Prefeita de Palmas faz hoje um importante projeto, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e a participação do Ministério das Cidades, onde a casa de mais baixo custo deste País está sendo construída. Os mutirões fazem, Senadora Ideli Salvatti, desde o próprio tijolo até a mistura da tinta. As famílias, cadastradas numa área de degradação, estão fazendo do tijolo à tinta, seguindo até a construção da própria casa – são novecentas casas. Tive oportunidade de dizer ao grande brasileiro, Ministro Olívio Dutra, e ao Ministro José Dirceu que era a casa mais barata que se estava construindo no Brasil, custa cerca de R\$4 mil. Já estão em fase final, todas elas emergindo, fruto desse trabalho que está sendo desenvolvido há mais de dois anos pela Prefeitura de Palmas e que, insistentemente, mostramos a este Governo a importância de dar continuidade. Roosevelt já falava nas casas populares.

Animo-me, Senadora Ideli Salvatti, porque vi o Presidente da República falar sobre programas de habitação que serão lançados em todo o País. Foi assim que resolvemos no Tocantins. O Governador Siqueira Campos fez nos 139 municípios 50, 80, 100 casas em cada um deles, em etapas diferenciadas, e o Estado teve uma grande geração de empregos. Essas casas estão lá. Toda vez que visitamos os Municípios, muito mais do que asfalto, muito mais do que outras grandes obras, a população comemora: eu ajudei a construir a minha própria casa.

Então, neste dia em que todos estamos discutindo muito o salário mínimo, não vejo como saída para o País e nem para o trabalhador se imaginar 50, 100, um tanto a mais e um tanto a menos na questão do salário mínimo. Vejo, na verdade, a necessidade de um

grande projeto nacional que ocupe melhor as nossas terras, que faça com que o brasileiro extraia, com mais racionalidade, as riquezas que Deus colocou neste solo sagrado, para que o Brasil possa emergir como uma grande Nação de desenvolvimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente – para cumprir rigorosamente o tempo que me foi destinado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella.PL – RJ)

– Esta Presidência agradece a sua disciplina e passa a Presidência, para que também possa fazer uso da palavra.

O Sr. Marcelo Crivella, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ideli Salvatti.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella, por cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quis o destino que eu fosse o último orador, no ano passado, quando discutíamos o salário mínimo, na véspera do Dia 1º de Maio, e hoje acontece o mesmo.

Vim a tribuna para parabenizar – peço que o meu discurso seja registrado nos Anais desta Casa – os ferroviários do Brasil. Como filho do Rio de Janeiro, onde se construiu a primeira estrada de ferro deste País, não poderia deixar de celebrar uma data tão importante, que nasceu no meu Estado, com o braço forte do fluminense, que fez, pela primeira vez, na Pátria brasileira, se ouvir o barulho das rodas de ferro correndo sobre os trilhos.

Parabéns aos ferroviários do Brasil, parabéns aos ferroviários do meu Estado. Que Deus os abençoe e que a ferrovia possa ressurgir neste País como um grande vetor de desenvolvimento e progresso.

Quero, também, me solidarizar com as palavras da Líder do Bloco do Governo, porque me encontro profundamente contristado com a situação do meu companheiro João Capiberibe, um homem honrado, ilibado. Se a ele fosse dado o direito de arrolar testemunhas a seu favor, não traria duas, mas talvez duas mil pessoas que foram beneficiadas com emprego e com educação para seus filhos, de tal maneira que o valor e o número de testemunhas poderiam bem representar, como se diz no Direito, fatos banais.

Seria como prender alguém que rouba uma melancia para matar a fome. Não existe justiça nisso. Sem querer desmerecer de maneira alguma as testemunhas, a acusação pode ter sido motivada pela paixão da política, e sabemos como isso ferve no coração dos

brasileiros, principalmente nos rincões longínquos da nossa Pátria.

Gostaria também de lembrar que amanhã se comemora o dia dos trabalhadores brasileiros e a angústia que cada um de nós, do bloco do Governo, vivemos a cada vez que votamos a mensagem do salário mínimo.

Não nos agrada. Sentimos aquele gosto de um pai que manda seu filho à guerra, que entrega um filho à pátria para combater no **front** invasões inimigas. Às vezes, o amor a este País e ao seu povo nos leva a sacrifícios inomináveis. O Presidente da República perdeu o sono, adiou várias vezes o anúncio, convocou diversas reuniões e mostrou ao Brasil a preocupação de um trabalhador simples que sonhava – e quem não sonha! – subir na tribuna da Nação brasileira e anunciar um salário mínimo não de R\$260,00, mas de, no mínimo, R\$300,00 ou mais. É o sonho de todos nós.

Infelizmente, não foi possível por anos e anos de falta de investimento em infra-estrutura, de uma política de Estado mínimo, que levou o Brasil a superávits financeiros quando precisávamos de superávits de emprego, de educação.

Há pouco, o Senador Eduardo Siqueira Campos citava Franklin Delano Roosevelt, o Presidente americano que viveu os anos do **New Deal**, uma política responsável, mais tarde, no Pós-Guerra, pelos anos de ouro do capitalismo, que levou o Brasil à sua fase mais promissora e próspera com o nosso desenvolvimento industrial. Infelizmente, na ocasião, não houve, por parte da nossa elite, a generosidade de fazer, também, a reforma agrária. Então, milhões de brasileiros vieram para participar da indústria, inchando nossas cidades, criando milhares e milhares de comunidades carentes que, hoje, fervilham com as altas taxas de desemprego e subemprego que sofremos, nas mãos do narcotráfico e do crime organizado.

Sr^a Presidente, cabe-nos, neste momento, mais que tudo, a responsabilidade daqueles que amam este País e não se rendem a discursos eleitoreiros ou demagógicos. Que fique bem claro – porque é a verdade –, diante do povo brasileiro e diante de Deus, que nós não estamos nem um pouco satisfeitos com o salário mínimo que a parte econômica do Governo indica, que procuramos novos rumos, que temos trabalhado, incansavelmente, sob a liderança de um homem humilde, que muitos dizem não ter o cabedal acadêmico, mas que é justo, digno e merecedor da confiança de cada um de nós.

Vamos, nesta Casa, debater, lutar, procurar novos caminhos e tentar colocar esse salário em níveis melhores. Vamos procurar fazer com que o nosso País

viva dias de mais prosperidade – o meu Partido tem defendido isso –, baixar a taxa de juros.

No ano passado, transferimos R\$160 bilhões às mãos de uma elite credora da dívida pública. Nunca se viu, na história do capitalismo, uma transferência tão grande de recursos dos pagadores de impostos para os que recebem juros. Temos lutado para que esses juros caiam, para que possamos gastar os R\$70 bilhões do nosso superávit na geração de investimentos e empregos. Esse é o nosso sonho.

Temos também defendido uma política de controle de capitais, para que quando esses juros baixarem a elite brasileira não troque seus depósitos por dólares e faça uma fuga de capitais, sacrificando ainda mais o nosso povo. Lutamos para manter o nosso dólar num patamar confortável, para que a maior vitória de um ano de trabalho do nosso Governo, o saldo da balança comercial, que hoje faz este País, como disse a Líder Ideli Salvatti, ser um dos primeiros no comércio internacional. Nosso saldo da balança comercial, esse sim, precisa ser celebrado. As pessoas na rua precisam comentá-lo.

Este ano, seguramente, chegaremos a R\$100 bilhões na exportação, um número jamais pensado por tantos brasileiros que ocuparam a política.

Sr^a Presidente, com o pesar que nos cabe, como disse, como alguém que envia um filho à guerra, que entrega um filho à pátria, cumprimos com responsabilidade nosso dever, na certeza de que aqueles que plantam a boa semente hão de colher frutos.

É assim que Deus quer.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.**

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é de hoje que os brasileiros – e, antes deles, os portugueses – procuram levar para o interior do País o desenvolvimento do litoral. Brasília é o mais belo exemplo dessa conquista, que marcou, no século 20, o ponto crucial da nossa interiorização.

Por esses dias, estaremos comemorando os 150 anos das estradas de ferro brasileiras e queremos homenagear todas elas, bem como aos ferroviários que ainda possibilitam a sua existência, celebrando o sesquicentenário da Estrada de Ferro Mauá, a pioneira, construída graças à tenacidade desse grande visionário e empreendedor, Irineu Evangelista de Souza, que alavancou o progresso desta terra abençoada.

Aquela estrada realmente demonstra a visão e a realização de um verdadeiro desbravador, talvez o maior símbolo do espírito da iniciativa privada neste

País, um homem que suplantou o próprio Poder Público ao construir esse caminho de ferro que possibilitou a expansão da nossa incipiente indústria, que estimulou o comércio e a troca de riquezas entre os Estados Federados, que abriu alternativas de transporte para o escoamento da nossa safra agrícola.

Voltando a Brasília e à sempre recorrente busca de interiorização, lembramos de Luís Cruls, que, em 1892, nomeado pelo Presidente Floriano Peixoto, chefiou a Comissão Exploradora do Planalto Central, incumbida de demarcar o local onde seria construída a futura Capital do País. Como resultado desse trabalho, a missão Cruls, como ficou conhecida, elaborou um belíssimo relatório, já disponível ao público pelo Senado Federal. Vale destacar que, nesse relatório, Cruls contrapõe-se aos argumentos dos que eram contrários à transferência da Capital para o Centro-Oeste, argumentos centrados na distância para o litoral. O astrônomo responde-lhes simplesmente com a afirmação de que, de trem, a distância para o Rio de Janeiro demandaria não mais que 20 horas, uma previsão, sempre é bom lembrar, de mais de um século atrás.

No aniversário daquela estrada pioneira, não podemos deixar de lançar nosso olhar sobre a situação atual das ferrovias e sobre a necessidade de se investir nelas. Na sua recente viagem à Índia, entre os diversos contatos feitos pelo Presidente Lula, um deles foi com os empresários do setor, que possui um dos maiores parques ferroviários do mundo. Ainda não há resultados concretos dos entendimentos iniciais, mas estamos ansiosamente esperando os investidores, na medida em que investir em ferrovias deveria ser uma das prioridades para o soerguimento da nossa infraestrutura de transportes, hoje basicamente concentrada nas rodovias.

Essa questão se torna tanto mais relevante quando pensamos na superpotência agrícola em que o Brasil se transformou, mas que está fortemente ameaçada pela falta de investimentos em infra-estrutura ante o péssimo estado das nossas rodovias e a incapacidade dos portos para escoar as exportações de safras cada vez maiores. Com o custo do transporte rodoviário elevadíssimo, é chegada a hora de possibilitar aos agricultores a opção de contar com o transporte ferroviário, o que derrubaria pela metade o preço dos fretes. Isso ainda não ocorre simplesmente porque as ferrovias não alcançam os municípios que sustentam a economia deste País.

Com as ferrovias, não apenas o transporte de *commodities* seria expandido, mas também o de passageiros seria beneficiado. Até o turismo sairia ganhando, desde que dispuséssemos – como é o caso da Europa – de velozes e confortáveis trens de passageiros, que

cortam em vários sentidos aquele continente, mais ou menos do tamanho do território brasileiro.

Eu não poderia deixar de ressaltar, aqui, a atuação dos ferroviários brasileiros, uma das categorias que mais contribuíram para a conquista do interior do Brasil, antes que a opção pelo transporte rodoviário, por motivos que a História um dia ainda vai revelar, suplantasse essa universal via de desenvolvimento.

Queremos, portanto, conclamar as Sr^{as} e os Srs. Senadores o Congresso Nacional, o Governo Federal, enfim, para que seja retomado o espírito empreendedor de Irineu Evangelista, o Barão de Mauá! E retomemos também o espírito aguerrido dos pioneiros ferroviários brasileiros! Com isso, tenho certeza, estaremos caminhando a passos largos para o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC.) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e Antero Paes de Barros enviaram discurso à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a história épica de Papillon, notório fugitivo francês do começo do século passado, emocionou várias gerações em todo o mundo, tanto nos livros quanto nas telas de cinema. Escapando da colônia penal conhecida como “Ilha do Diabo”, na Guiana Francesa, Papillon executou um dos mais fabulosos e mirabolantes planos de fuga já vistos, conseguindo sobreviver às mais terríveis intempéries.

Diziam que ninguém jamais conseguiria escapar com vida daquela prisão. O mar em sua volta era infestado de tubarões ferozes, mas Papillon e alguns companheiros construíram uma improvisada balsa de madeira e se lançaram ao mar. Somente ele e outros três fugitivos sobreviveram.

Por muito tempo se soube que o escritor Henri Charrière, autor do livro de estrondoso sucesso que em seguida seria adaptado para o cinema, era o próprio Papillon, personagem central de sua história. Entretanto, segundo extensas pesquisas feitas pelo fotógrafo Platão Arantes, novos documentos parecem desmentir a versão do aclamado escritor. O verdadeiro Papillon seria René Belbenoit, e estaria sepultado na Vila Surumu, em Roraima.

Relatos de moradores da região do Município de Normandia – que tem esse nome justamente em homenagem à terra natal de Papillon – dão conta de

que, em 1940, passaram pela região Henri Charrière, Maurício Habert, Roger e René Schehr, sendo este último o único que tinha a famosa borboleta tatuada no peito. Posteriormente, segundo Platão Arantes, Henri Charrière refugiou-se nos Estados Unidos e publicou a história como se ele fosse Papillon, tatuando uma borboleta no peito tal qual seu companheiro de jornada. René Schehr, ou René Belbenoit, que viveu e está sepultado em Roraima, seria o verdadeiro Papillon.

Para construir tal tese, Platão Arantes teve acesso a uma foto de Papillon encontrada em um museu na Guiana Francesa e a comparou com outra foto tirada nos Estados Unidos. Enviados os documentos para a análise de peritos da Suíça, ficou constatado que eram pessoas diferentes. Platão também se valeu de depoimento dado pelo Professor Parazinho, sócio durante dez anos de René Schehr em um garimpo, no qual afirma categoricamente que Henri Charrière jamais escreveu o livro, apenas se utilizou dos manuscritos de René e os adulterou.

Ainda segundo Platão Arantes, após a morte de René, tudo o que lhe pertencia e que poderia servir como prova da grande farsa montada foi destruído. Sob a alegação de que sua morte fora resultado de doença contagiosa, os moradores locais foram incentivados a apagar todos os vestígios de sua estada na região.

Se a tese levantada pelo fotógrafo Platão Arantes, calcada em análises periciais e depoimentos de habitantes da região, realmente for válida, estaremos diante de uma das maiores fraudes da literatura mundial: um dos maiores sucessos editoriais de todo o mundo seria, na verdade, uma história roubada de um personagem que ainda vivia escondido na selva roraimense.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo esse imbróglio deve ser profundamente investigado e esclarecido, para que possamos conhecer a verdadeira história desse personagem mítico que foi Papillon. E se ele realmente viveu e está sepultado em Roraima, há que se fazer a devida correção histórica.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano passado, aprovamos, aqui no Congresso, uma reforma da previdência social, que terá, nos próximos anos, impactos significativos em várias áreas, uma das quais é a da atuação dos fundos de pensão.

No ano passado, os fundos de pensão contavam com cerca de 2,3 milhões de participantes, com uma carta de ativos que chegava a R\$200 bilhões. Estudos indicam que, com a reforma, pode-se esperar o ingresso de até 15,7 milhões de trabalhadores no sistema,

o que implica ativos da ordem de R\$800 bilhões em 2012. A importância econômica desses fundos, por sua dimensão, é, assim, enorme e tende a crescer.

Mas se a importância econômica é grande, maior é a relevância social desses fundos. O que um fundo de pensão faz, em última instância, é administrar a poupança das pessoas. Na verdade, é mais do que uma poupança, pelo que se espera dela: o que se busca, ao entrar em um fundo de pensão, é garantir a aposentadoria. São décadas ao longo das quais as pessoas põem de lado um pouco de seus ganhos, com o objetivo de, na velhice, contar com uma renda mais confortável. É mais do que dinheiro que se entrega aos fundos: deposita-se confiança, entrega-se a eles o bem-estar futuro.

A contrapartida disso, Sr. Presidente, por parte dos fundos, deve ser a preocupação constante que necessitam ter para honrar a confiança neles depositada por seus participantes. É por isso que considero extremamente louvável a meta fixada pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada, o Sindapp, para este ano de 2004: que todas as suas associadas venham a instituir seus códigos de ética.

É cada vez mais disseminada, seja no setor privado, seja no setor público, a percepção de que os códigos de ética são instrumentos valiosos de gestão. No setor público, há alguns anos, a Comissão de Ética Pública, presidida pelo Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, vem administrando o Código de Ética da Alta Administração Federal e ajudando a disseminar, pelas várias instâncias do Poder Executivo federal, a cultura da ética pública. Paralelamente, no setor privado, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social realiza trabalho semelhante, mostrando a importância de uma gestão ética para o maior sucesso dos negócios.

De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, um código de ética tem efeitos positivos insuspeitos. O próprio processo de discutir e elaborar um código de ética, pelo grau de autoconhecimento que pode proporcionar, é altamente saudável.

Além do mais, estamos acostumados, erroneamente, a associar os códigos de ética a instrumentos de punição e controle. Na verdade, tais códigos, quando bem feitos e entendidos, são eficientes instrumentos de orientação, não de repressão. Ao expor claramente os valores e princípios fundamentais que devem orientar a conduta daqueles a que se aplicam, servem de guia para os que justamente querem pautar suas ações por um claro padrão ético.

Ao mesmo tempo, são instrumentos que garantem transparência, fundamental no caso de entidades prestadoras de serviços, como os fundos de pensão. Ao fixar publicamente o padrão de conduta adotado pela entidade, transmitem, de certa forma, segurança aos seus usuários e a todos os que se beneficiam de seus serviços em geral.

Isso é especialmente importante no caso dos fundos de pensão, por causa daquele elemento de confiança a que me referi antes. Dizer publicamente, por meio de um código de ética, em que a entidade acredita, em termos de valores, e o que orienta a conduta de seus agentes é um dever que corresponde à necessidade de honrar a confiança daqueles que entregam, nas mãos dos administradores dos fundos, o seu bem-estar futuro.

Por tudo isso, Sr. Presidente, espero que seja efetivamente cumprida a meta fixada pelo Sindapp, o que revelará o nível de maturidade dos fundos de pensão brasileiros neste momento em que devem entrar em uma nova fase de crescimento e prosperidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje acrescento mais um triste capítulo ao escândalo Waldomiro Diniz. Trata-se de afirmação do presidente da GTech, Fernando Antônio de Castro Cardoso, revelando que a empresa teria sido por duas vezes “vítima” da atuação do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, quando do contrato de renovação com a Caixa Econômica Federal e no edital de licitação da Loterj.

Em depoimento à CPI, Cardoso afirma que o edital de licitação da Loterj fora modificado para favorecer a Combralog, consórcio representado por Carlinhos Cachoeira. Afirma, ainda, que pessoas ligadas ou não ao Governo – referindo-se a Waldomiro e a Rogério Buratti, ex-secretário da Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Antonio Palocci Filho –, tentaram vender facilidades no processo de renovação com a Caixa. Somente nos primeiros meses de 2003, Waldomiro teria se encontrado três vezes com diretores da GTech, além de ter, nesse mesmo período, ligado insistentemente para eles.

Como fonte de pesquisa futura, estou incorporando a este pronunciamento a matéria em anexo, da **Folha de S.Paulo**, do dia 21 de abril de 2004, que embasou a minha fala.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC.) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.
Está encerrada a sessão.

SOMBRA NO PLANALTO *Presidente da GTech relata encontros com ex-assessor, mas diz que companhia não cedeu à pressão*

Empresa diz que foi vítima de Waldomiro

FABIANA CIMIERI
DA SUCURRI DO RIO

O presidente da GTech, Fernando Antônio de Castro Cardoso, disse ontem à CPI da Assembleia Legislativa do Rio que a empresa foi duas vezes vítima de Waldomiro Diniz, ex-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, na renovação do contrato com a Caixa Econômica Federal, em 2003, e no edital da Loteri (Loteria do Estado do Rio de Janeiro).

O edital teria sido modificado para favorecer a Combralop, consórcio representado pelo empresário João Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, que venceu a licitação em 2002.

A CPI ouviu a testemunha após a acusação de Waldomiro de fraude na Loteri, o contrato em que se ocorreu a fraude, e a autuação em fevereiro de 2004 e dezembro de 2002.

No depoimento, Cardoso afirmou que, na renovação do contrato com a CEF, pessoas ligadas ou não ao governo, tentaram vender facilidades num processo que estavam conduzindo na maior idoneidade. Essas pessoas, citadas por ele, foram Waldomiro e o consultor Rogério Buratti, ex-secretário da Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão do hoje ministro Antônio Palocci Filho (Fazenda).

Cardoso, que preside a multinacional desde outubro de 2003, relatou três encontros que teriam ocorrido entre Waldomiro e a direção da GTech nos primeiros meses de 2003.

Segundo ele, a renovação do contrato da GTech com a CEF para a exploração da loteria on-line foi assinada em 8 de abril, após dois anos de negociações. O presidente disse que no início de 2003, Waldomiro usou insis-

tentemente para a diretoria da GTech, porque queria uma reunião para tratar da relação da empresa com a CEF. Não foi atendido, disse Cardoso, porque a GTech não sabia que ele havia sido nomeado para a Casa Civil.

Cachoeira, que mandou uma carta com a GTech em 1997, foi então contratado em 2001 por executivos da empresa e assumiu a função de Waldomiro, com a qual trabalhava anteriormente.

O encontro foi mais um, segundo o depoente. Cardoso teria participado. Segundo Cardoso, na reunião, "Waldomiro sugeriu que Carlos Ramos era do meio e incentivou parcerias futuras".

A uma semana da assinatura do contrato, houve um segundo encontro, no qual, de acordo com Cardoso, Waldomiro informou que a empresa seria procurada

"por alguém que teria ajudado nessas negociações".

Dias depois, Buratti teria procurado diretores da GTech e afirmado ter facilitado a renovação do contrato. Logo após desse episódio, Waldomiro marcou uma reunião com a diretoria em que teria dito que Buratti deveria ser contratado pela empresa.

Cardoso disse que a GTech não aceitou a proposta de Waldomiro. Segundo ele, a documentação enviada pelo consultor a GTech não foi aprovada e, por isso, sua contratação foi vetada.

Outro lado
A Folha ouviu ontem o advogado Waldomiro Diniz Lima, filho do governador, para comentar as declarações do presidente da GTech à CPI da Assembleia do Rio, mas ele não foi localizado até a conclusão desta edição.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 29 minutos.)

(OS 12803/04)

SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Resenha das matérias apreciadas durante a**
 Sessão Legislativa Ordinária
52ª Legislatura**(1º a 30 de abril de 2004)****SECRETARIA-GERAL DA MESA**
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**I - MEDIDAS PROVISÓRIAS****1 - APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO**

Total..... 02

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 161, de 2004), *que acresce os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição e Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências.*

Sessão: 06.04.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 163, de 2004), *que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Sessão: 27.04.2004

2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total..... 01

Medida Provisória nº 162, de 2004, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica.*

Sessão: 06.04.2004

3 – APROVADAS COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total..... 03

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2004 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 155, de 2003), que *dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.*

Sessão: 1º.04.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2004 (apresentado pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 157, de 2003), que *altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.*

Sessão: 06.04.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2004 (apresentado pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 164, de 2004), que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências.*

Sessão: 28.04.2004

II - MATÉRIAS REJEITADAS E ENVIADAS AO ARQUIVO

Da Câmara dos Deputados	01
Do Senado Federal	01
Total.....	02

Projeto de Lei do Senado nº 636, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.04.2004

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.*

(Art. 254 do Regimento Interno do Senado Federal)

Sessão: 27.04.2004

III - MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR

De iniciativa do Senado Federal.....	01
Total.....	01

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2004, de autoria do Senador Valmir Amaral, que denomina “Aeroporto de São Luis – Dona Kyola Sarney” ao Aeroporto da cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

(Retirado pelo Requerimento nº 391, de 2004)

Sessão: 02.04.2004

IV - OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....	32
Total.....	32

Requerimento nº 392, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de louvor à equipe do Jornal da Globo, pela série de reportagens “Mapa do Emprego”.*

Sessão: 02.04.2004

Requerimento nº 395, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando Voto de Aplauso à atleta brasileira Daniele Hypólito, pela conquista da terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.*

Sessão: 05.04.2004

Requerimento nº 396, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Diego Hypólito, pela inédita conquista de duas medalhas de ouro, na terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.*

Sessão: 05.04.2004

Requerimento nº 397, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando Voto de Aplauso à atleta brasileira Daiane dos Santos, pela conquista da terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.*

Sessão: 05.04.2004

Requerimento nº 398, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando Voto de Aplauso ao Engenheiro Agrônomo e pesquisador André Laçava Bailone e ao Jardim Botânico de S.Paulo e ao Instituto Brasileiro de Referência Ambiental, pela iniciativa conjunta realizada com êxito, para produzir na Capital paulista, com desvelo e muita pesquisa, a famosa flor amazonense Vitória Régia.*

Sessão: 05.04.2004

Requerimento nº 399, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando Voto de Aplauso ao insigne Magistrado Dr. José Baptista Vidal Pessoa, que ora se aposenta do cargo de Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, ao qual prestou relevantes serviços e cuja vida digna é modelo para a Magistratura nacional.*

Sessão: 05.04.2004

Requerimento nº 404, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do sociólogo Octávio Ianni, ocorrido no dia 4 de abril de 2004, em São Paulo.*

Sessão: 06.04.2004

Requerimento nº 405, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 4 de abril de 2004, em São Paulo, do Sociólogo e Professor Octávio Ianni.*

Sessão: 06.04.2004

Requerimento nº 418, de 2004, de autoria do Senador Luiz Otávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laércio Wilson Barbalho, Diretor Superintendente do jornal **Diário do Pará**, ocorrido no dia 12 de abril de 2004, em Belém.*

Sessão: 12.04.2004

Requerimento nº 421, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Fernando Almeida.*

Sessão: 12.04.2004

Requerimento nº 431, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar, pela trágica morte do skatista brasileiro Wellington Silva, vítima da violência da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 13.04.2004

Requerimento nº 432, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que liderou um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçados de extinção.*

Sessão: 13.04.2004

Requerimento nº 436, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à pesquisadora Suzana Lannes e à Universidade de São Paulo – USP, pela obtenção de patente do chocolate de cupuaçu, resultante de projeto ali desenvolvido.*

Sessão: 13.04.2004

Requerimento nº 442, de 2004, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Alelaf, ocorrido no dia 14 de abril de 2004, na Cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.*

Sessão: 14.04.2004

Requerimento nº 452, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lélia Abramo, ocorrido no*

dia 9 de abril de 2004, aos 93 anos de idade.

Sessão: 19.04.2004

Requerimento nº 453, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Antônio Andrade de Souza.*

Sessão: 19.04.2004

Requerimento nº 454, de 2004, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Serys Slhessarenko, *solicitando voto de aplauso e congratulações pelos 60 anos do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, transcorrido no dia 19 de abril de 2004.*

Sessão: 19.04.2004

Requerimento nº 456, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, de 19 anos, que obteve o título de mais jovem doutor na história do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), do Rio de Janeiro.*

Sessão: 19.04.2004

Requerimento nº 457, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma e Augusto Botelho, *solicitando voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso do dia do Exército Brasileiro.*

Sessão: 19.04.2004

Requerimento nº 460, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar ao Sr. José Antônio Andrade de Souza, desempregado que havia tentado ser recebido pelo Presidente Luiz Inácio da Silva.*

Sessão: 19.04.2004

Requerimento nº 463, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao pesquisador químico Marco Aurélio de Paoli e à equipe da Unicamp.*

Sessão: 22.04.2004

Requerimento nº 464, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Embrapa e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo.*

Sessão: 22.04.2004

Requerimento nº 467, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de aplauso ao presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, professor Sérgio Amadeu, pelo desenvolvimento do projeto de implementação da 1ª Semana de Capacitação e Desenvolvimento*

em Software Livre, que ocorrerá de 26 a 30 de abril de 2004.

Sessão: 26.04.2004

Requerimento nº 468, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor à Universidade Federal de Santa Catarina pelos 25 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, o qual alcançou o mais alto conceito na última avaliação do Exame Nacional de Cursos promovido pelo Ministério da Educação, tendo sido considerado o segundo melhor Curso de Arquitetura do País.

Sessão: 26.04.2004

Requerimento nº 473, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Aplauso ao Museu da República, pela exposição comemorativa do cinquentenário da morte de Getúlio Vargas.

Sessão: 27.04.2004

Requerimento nº 474, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da atriz Lélia Abramo, ocorrido no dia 9 de abril de 2004, em São Paulo.

Sessão: 27.04.2004

Requerimento nº 475, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista José Carneiro Dias, ocorrido no dia 21 de abril de 2004, em Petrópolis-RJ.

Sessão: 27.04.2004

Requerimento nº 476, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Atleta Fábio Augusto Pinheiro Macieira, ocorrido no Rio de Janeiro.

Sessão: 27.04.2004

Requerimento nº 485, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores, solicitando voto de congratulações ao compositor Dorival Caymmi, que comemora noventa anos de idade no próximo dia 30 de abril.

Sessão: 28.04.2004

Requerimento nº 486, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Edmundo Levy, ocorrido em 28/04/2004.

Sessão: 28.04.2004

Requerimento nº 514, de 2004, do Senador Hélio Costa, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Santos, fundador do

PMDB e do Sindicato Rural de Patos de Minas, ocorrido em 28.04.2004.

Sessão: 29.04.2004

Requerimento nº 517, de 2004, do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal encaminhe ao Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, extensivo à sua equipe e corpo profissional da Rede Sarah, voto de louvor pelo excelente trabalho que sempre desenvolve em prol da comunidade, com vistas a ampliar o universo de atendimento, mantendo o padrão da assistência prestada aos pacientes.

Sessão: 30.04.2004

V - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....05

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de abril de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 165, de 2004, que *dispõe sobre o contrato de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Água, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 07.04.2004, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de abril de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 166, de 2004, que *cria a Carreira de Perícia Medida da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 19.04.2004, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de abril de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, que *dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.783, de 28 de janeiro de 1999, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 19.04.2004, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de abril de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 168, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 19.04.2004, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de abril de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 169, de 2004, que *acrescenta o inciso XVI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 19.04.2004, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 30 de abril de 2004)

Deliberativas ordinárias	08
Não deliberativas	10
Deliberativa extraordinária	01
Total	19

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 30 de abril de 2004)

MATÉRIAS APROVADAS.....06

I – Medidas Provisórias aprovadas 06

1 – aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviadas à sanção 02

2 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... 01

3 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 03

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 03

II – Matérias rejeitadas..... 02

III – Matérias retiradas..... 01

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 09

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....05

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 17 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DE 2004

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (17 de fevereiro a 30 de abril de 2004)	
---	--

Deliberativas Ordinárias	32
Não Deliberativas	34
Deliberativas Extraordinárias	01
Total	67

MATÉRIAS APROVADAS.....237

I – Medidas Provisórias aprovadas 27

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 09

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 08

4 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados... 10

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 8

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 8

1 - Em decisão terminativa.....7

1.1 - Projetos de Lei do Senado Federal.....7

2 - Por decisão de Plenário..... 1

2.1 - Do Senado Federal 1

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 194

1 - Concessões de telecomunicações 188

2 - Acordos Internacionais 5

3 - Operações de crédito 1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO09

V - Matérias prejudicadas..... 2

VI - Matérias rejeitadas 5

XVI - Matérias retiradas pelos autores 2

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 246

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO
DE MEDIDA PROVISÓRIA.....25**

REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS2

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. SGM nº 156/2004	Doutor Mozart Vianna de Paiva – Secretário-Geral da Câmara dos Deputados	Solicitando a conferência das assinaturas dos senhores deputados, apostas ao requerimento de suplementação de verba para continuidade das atividades desenvolvidas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.
Of. SGM nº 166/2004	Doutor Mozart Vianna de Paiva – Secretário-Geral da Câmara dos Deputados	Comunicando que o Senador Marcos Guerra, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e representante do Estado do Espírito Santo, assumiu o exercício de seu mandato, em vaga decorrente de licença concedida ao Senador Gerson Camata. Nesse sentido, solicita substituir o nome do Senador Gerson Camata pelo do Senador Marcos Guerra nos registros dessa Casa e a gentileza de fornecer uma senha, em caráter sigiloso, para o uso do Senador Marcos Guerra.
Of. SGM nº 171/2004	Doutor Mozart Vianna de Paiva – Secretário-Geral da Câmara dos Deputados	Solicitando a conferência das assinaturas dos senhores Deputados, apostas ao projeto de resolução de autoria do Senhor Senador César Borges e outros Senhores Parlamentares, que “altera a Resolução nº 1, de 2002-CN, para fixar os prazos de apresentação de emendas a medidas provisórias e a projetos de lei de conversão na Casa revisora”.
Of. pres nº 530/2004	Deputado João Paulo Cunha – Presidente da Câmara dos Deputados	Informa que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Parmalat foi criada na sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada em 27 de abril de 2004, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN.

CONGRESSO NACIONAL – 2004
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 30 DE ABRIL

PLNs – sancionados.....01 RQNs –03				EMENTA	SESSÃO	OBS
MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº				
Abril	41/2004-CN (nº 137/2004, na origem)	PLN nº 1/2004 Leitura: 25-3-2004		Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.	27-4-2004, às 12 horas	Lei nº 10.864, de 29-4-2004 (DOU 30-4-2004)
Abril	-	RQN nº 2/2004-CPMI		Destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil.	27-4-2004, às 12 horas (Leitura)	-
Abril	-	RQN nº 3/2004-CPMI		Com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América.	27-4-2004, às 12 horas (Leitura)	-
Abril	-	RQN nº 4/2004-CPMI		Destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda.	27-4-2004, às 12 horas (Leitura)	-

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO
PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL 2004

PLNs – sancionados.....	01
RQNs –	03
Total de matérias apreciadas.....	01

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 146/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 2-4-2004, o Aviso nº 7, de 2004-CN (nº 340-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 270, de 2004 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a irregularidades na execução das obras de construção de ligação viária integrante do Anel Rodoviário de Fortaleza, constituída por uma ponte sobre o Rio Cocó e a via urbana, interligando os bairros Praia do Futuro e Praia Sabiaguaba - (TC nº 018.723/2002-0), do Presidente do TCU, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 150/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 6-4-2004, o Ofício nº 8, de 2004-CN (Ofício nº 2004/089, do Presidente do Banco da Amazônia), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27-09-1989, para efeito de fiscalização e controle, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2003, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 151/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 7-4-2004, Aviso nº 8, de 2004-CN (nº 516-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 343, de 2004 - TCU (Plenário), bem como do Acórdão nº 1844/2003 - TCU - Plenário, dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de restauração da BR-259/ES, subtrecho Colatina - Divisa ES/MG, segmento km 59,0 - km 108,6, a cargo do Consórcio Kontek - Ápia - Programa de Trabalho nº 26.782.0220.2834.0032 - (TC nº 012.016/2003-8), do Presidente do Tribunal de Contas da União, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 160/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 12-4-2004, o PL nº 2, de 2004-CN, oriundo da Mensagem nº 46, de 2004-CN (nº 155/2004), que "Altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004", e foi despachado à CMO.
Of. nº 165/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 166/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 167/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal do Exercício Financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 168/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.

Of. nº 169/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas da Secretaria do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus - exercício de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 170/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Ministério Público da União, referente ao exercício financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 171/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 172/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral, relativas ao exercício financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 173/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal – 2004, do Superior Tribunal Militar referente ao exercício financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 174/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2003, para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 175/2004-CN	Ministro Valmir Campelo - Presidente do TCU	Encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2003, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 7/2003 – Gab Min GP., para elaboração de parecer prévio.
Of. nº 176/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 12, de 2004-CN (Ofício GP-O/504/04, do Presidente da Câmara dos Deputados, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2003, nos termos da Constituição Federal, art. 84, XXIV, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio..
Of. nº 177/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 11, de 2004-CN (Mensagem nº 19/GP, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2003, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 7/2003 – Gab. Min. GP, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 178/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 13, de 2004-CN (OFÍCIO PGR/GAB/Nº 383, do Procurador-Geral da República, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional a prestação de contas do Ministério Público da União referente ao exercício financeiro de 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 179/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 6, de 2004-CN (OF.STST.GDGCA.GP. Nº 182, de 2004, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.

Of. nº 180/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 9, de 2004-CN (Ofício do Primeiro-Secretário do Senado Federal s/nº/2004, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal do Exercício Financeiro de 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 181/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 10, de 2004-CN (Ofício GAB/PRES nº 05.180/04, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Prestação de Contas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao exercício de 2003, para os fins previstos no art. 71 inciso I, da Constituição Federal, combinado com o artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2002 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 182/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 7, de 2004-CN (Ofício/Presi nº 2004010970 do Presidente do Conselho da Justiça Federal, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas da Secretaria deste Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus – exercício de 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 183/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, a Mensagem nº 48, de 2004-CN (nº 179/2004, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 184/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 16-4-2004, o Aviso nº 9, de 2004-CN (nº 597, de 13-4-2004, na origem) do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, nos termos do art. 56 § 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, composta pelo relatório de gestão, bem como pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos no exercício de 2003 em consonância com as propostas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual e com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 185/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 19-4-2004, o Ofício nº 5, de 2004-CN (OFICIO Nº 456/GP do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório da Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 186/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 14, de 2004-CN (Ofício nº 1.732/2004, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório das Contas da Justiça Eleitoral, relativas ao exercício financeiro de 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.
Of. nº 187/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 15-4-2004, o Ofício nº 15, de 2004-CN (Ofício nº 94/2004, do Presidente do Superior Tribunal Militar, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal – 2004, Exercício de Referência - 2003, e foi encaminhado ao TCU, para elaboração do parecer prévio.

Of. nº 188/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 20-4-2004, a Mensagem nº 49, de 2004-CN (nº 178/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, o relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente ao exercício de 2003, e foi despachada à CMO.
Of. nº 189/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 16-4-2004, o PL nº 3, de 2004-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências, e foi despachado à CMO.
Of. nº 197/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 16-4-2004, o PL nº 4, de 2004-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 140.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências", e foi despachado à CMO.
Of. nº 204/2004-CN	Sen. Efraim Morais – Líder do Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 4, de 2004-CN, que "Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda", solicito a V. Exª a indicação de 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 205/2004-CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 4, de 2004-CN, que "Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda", solicito a V. Exª a indicação de 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 206/2004-CN	Sen. Ideli Salvati – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 4, de 2004-CN, que "Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda", solicito a V. Exª a indicação de 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 207/2004-CN	Sen. Jefferson Péres – Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 4, de 2004-CN, que "Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda", solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 208/2004-CN	Sen. Magno Malta – Líder do Partido Liberal - PL	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 4, de 2004-CN, que "Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda", solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nº 209/2004-CN	Sen. Mozarildo Cavalcanti – Líder do Partido Progressista Social - PPS	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 4, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda”, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 210/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha – Presidente da Câmara dos Deputados	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 4, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar os fatos que conduziram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – a desautorizar a compra da Chocolates Garoto S.A. pela Nestlé Brasil Ltda”, solicito a V. Exª a dos membros dessa Casa do Congresso Nacional, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 211/2004-CN	Sen. Efraim Moraes – Líder do Bloco Parlamentar da Minoria – (PFL/PSDB)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN, que “Requer seja instituída Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil”, solicito a V. Exª a indicação de 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 212/2004-CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Partido do Movimento	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN, que “Requer seja instituída Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil”, solicito a V. Exª a indicação de 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 213/2004-CN	Sen. Ideli Salvati – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN, que “Requer seja instituída Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil”, solicito a V. Exª a indicação de 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 214/2004-CN	Sen. Jefferson Péres – Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN, que “Requer seja instituída Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil”, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nº 215/2004-CN	Sen. Magno Malta – Líder do Partido Liberal - PL	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN, que “Requer seja instituída Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil”, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 216/2004-CN	Sen. Mozarildo Cavalcanti – Líder do Partido Progressista Social - PPS	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN, que “Requer seja instituída Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil”, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 217/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha – Presidente da Câmara dos Deputados	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 2, de 2004-CN, que “Requer seja instituída Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a investigar a Crise Parmalat e suas consequências sócio-econômicas perante o Setor Lácteo, o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo o Setor Produtivo, Cooperativas e trabalhadores das unidades Parmalat no Brasil”, solicito a V. Exª a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a referida Comissão
Of. nº 218/2004-CN	Sen. Efraim Moraes – Líder do Bloco Parlamentar da Minoria – (PFL/PSDB)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 3, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, solicito a V. Exª a indicação de 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão
Of. nº 219/2004-CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Partido do Movimento	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 3, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, solicito a V. Exª a indicação de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 220/2004-CN	Sen. Ideli Salvati – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 3, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, solicito a V. Exª a indicação de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 221/2004-CN	Sen. Jefferson Péres – Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 3, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nº 222/2004-CN	Sen. Magno Malta – Líder do Partido Liberal - PL	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 3, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 223/2004-CN	Sen. Mozarildo Cavalcanti – Líder do Partido Progressista Social - PPS	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 3, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 224/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha _ Presidente da Câmara dos Deputados	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesta data, através do Requerimento nº 3, de 2004-CN, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, solicito a V. Exª a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 268/2004-CN	Dep. João Paulo Cunha _ Presidente da Câmara dos Deputados	Tendo sido criada Comissão Mista através do Ato Conjunto nº 1, de 2004, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a apresentar, até o dia 28 de maio do corrente ano, anteprojeto de resolução dispondo sobre o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, solicito a V. Exª a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 269/2004-CN	Sen. Efraim Moraes – Líder do Bloco Parlamentar da Minoria – (PFL/PSDB)	Tendo sido criada Comissão Mista através do Ato Conjunto nº 1, de 2004, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a apresentar, até o dia 28 de maio do corrente ano, anteprojeto de resolução dispondo sobre o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, solicito a V. Exª a indicação de 8 (oito) membros titulares e 8 (oito) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 270/2004-CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Partido do Movimento	Tendo sido criada Comissão Mista através do Ato Conjunto nº 1, de 2004, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a apresentar, até o dia 28 de maio do corrente ano, anteprojeto de resolução dispondo sobre o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, solicito a V. Exª a indicação de 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 271/2004-CN	Sen. Ideli Salvati – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB)	Tendo sido criada Comissão Mista através do Ato Conjunto nº 1, de 2004, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a apresentar, até o dia 28 de maio do corrente ano, anteprojeto de resolução dispondo sobre o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, solicito a V. Exª a indicação de 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nº 272/2004-CN	Sen. Jefferson Péres – Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT	Tendo sido criada Comissão Mista através do Ato Conjunto nº 1, de 2004, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a apresentar, até o dia 28 de maio do corrente ano, anteprojeto de resolução dispondo sobre o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 273/2004-CN	Sen. Magno Malta – Líder do Partido Liberal - PL	Tendo sido criada Comissão Mista através do Ato Conjunto nº 1, de 2004, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a apresentar, até o dia 28 de maio do corrente ano, anteprojeto de resolução dispondo sobre o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 274/2004-CN	Sen. Mozarildo Cavalcanti – Líder do Partido Progressista Social - PPS	Tendo sido criada Comissão Mista através do Ato Conjunto nº 1, de 2004, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a apresentar, até o dia 28 de maio do corrente ano, anteprojeto de resolução dispondo sobre o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, solicito a V. Exª a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.

RELATÓRIO

ABRIL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2004

ABRIL

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	04
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	04
Total de Proposições Apreciadas.....	11

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC)	ABRIL
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02
REQUERIMENTO (REQ)	ABRIL
PELA APROVAÇÃO	07
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	07
PROJETO DE RESOLUÇÃO (PRS)	ABRIL
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01
AVISO	ABRIL
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	01
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS
FEVEREIRO/ABRIL

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....11
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....11

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	INS(NT)	AVISOS	EMENDAS - PLEN	DIVERSOS	MSF
PELA APROVAÇÃO	40	03	01	03	03	17	-	01	-	-	-
PELA REJEIÇÃO	01	04	-	-	01	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	41	07	01	03	04	17		02		-	-

TOTAL GERAL: 75

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2004

ABRIL

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	01
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	00
Total de Reuniões Realizadas.....	01
Total de Proposições Apreciadas.....	00

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2004

ABRIL

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	00
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	01
Total de Reuniões Realizadas.....	01
Total de Proposições Apreciadas.....	00

REQUERIMENTOS	ABRIL
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	-

TOTAL GERAL: 0

[illegible]

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

[illegible]

[illegible]

RQS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO		03									03
PELA REJEIÇÃO											
DAR CONHECIMENTO À COMISSÃO											
TOTAL		03									03

RQS/CRE	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADOS		03	01								04
REJEITADOS											
PREJUDICADOS											
TOTAL		03	01								04

[illegible]

Quadro Consolidado dos Pareceres Apreciados Pela CRE
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO		17	04								21
PELA REJEIÇÃO											
PELA PREJUDICIALIDADE											
PELO SOBRESTAMENTO											
PELO ARQUIVAMENTO											
DAR CONHECIMENTO A COMISSÃO											
APROVADOS NOS TERMOS DO PRS											
APROVADOS NOS TERMOS DO PDS											
APROVADOS IND. DE AUTORIDADES	02	02	02								06
CONTRÁRIOS ÀS EMENDAS DE PLÊNARIO											
POR ORIENTAÇÃO A SEGUIR											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											
APROVADO COM EMENDA											
PREJUDICADO											
TOTAL	02	19	06								27

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CRE NA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

Proposição	Ementa	Resultado
MSF 17/04	Sabatina da Senhora LEDA LÚCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique.	Apreciado 17/02/04
MSF 21/04	Sabatina do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.	Apreciado 17/02/04
MSF 282/03	Sabatina do Senhor FAUSTO MARTHA GODOY, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.	Apreciado 18/03/04
MSF 28/04	Sabatina do Senhor CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.	Apreciado 18/03/04
MSF 30/04	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.	Apreciado 29/04/04
MSF 37/04	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.	Apreciado 29/04/04

Proposição	Ementa	Resultado
Exposição	Visita do DR. JOSÉ RAMOS HORTA, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Primeiro Nobel da Paz em 1996.	Realizada em 17/02/04
Audiência Pública	Com a presença dos Senhores Embaixadores ADHEMAR BAHADIAN – Co-presidente do Processo Negociador da ALCA, e LUIZ FILIPE MACEDO SOARES - Subsecretário-Geral para assuntos da América do Sul, com o objetivo de esclarecer o estado das negociações da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA tendo em conta a Reunião realizada em janeiro do corrente ano em Puebla (México), e com vista à próxima Reunião em março do presente ano.	Realizada em 18/02/04
Audiência Pública	Para prestarem esclarecimentos sobre a questão de demarcação de terras indígenas nos Estados do Mato Grosso do Sul e de Roraima, notadamente a Reserva Raposa-Serra do Sol, tendo em vista os conflitos ocorridos e iminentes, inclusive entre etnias indígenas; bem como sobre o Processo de Licitação da compra de aviões pelo Comandante da Aeronáutica para defesa e soberania nacional, foram convidadas as seguintes autoridades: 1) Ministro da Justiça, Senhor MÁRCIO THOMAZ BASTOS acompanhado do Presidente da FUNAI, Senhor MÉRCIO PEREIRA GOMES; 2) Ministro da Defesa, Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, acompanhado dos Senhores Tenente-Brigadeiro-do-Ar LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO, Comandante da Aeronáutica; Brigadeiro-do-Ar APRÍGIO EDUARDO DE MOURA AZEVEDO, Chefe do Sub-Departamento de Desenvolvimento e Programa (SDDP) e Coronel do Exército LUIZ MENSÓRIO JÚNIOR, Chefe da Divisão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa. Objeto do Requerimento Nº 02, de 2004/CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.	Realizada em 04/03/04
Audiência Pública	Com a presença do EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA DEFESA JOSÉ VIEGAS FILHO, acompanhado pelo SENHOR BRIGADEIRO-DO-AR APRÍGIO EDUARDO DE MOURA AZEVEDO, Chefe do Sub-Departamento de Desenvolvimento e Programa (SDDP); para informar e esclarecer detalhes da anunciada aquisição de aeronaves militares para o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, objeto do Requerimento nº 42/2003 - CRE de Autoria do Senhor Senador Marcelo Crivella.	Realizada em 11/03/04
Visita de Cortesia	Visita de cortesia da Delegação de Senadores Italianos, para discutir assuntos relevantes a ALCA, Integração do Mercosul, OMC, G 20 e os novos rumos da Política Externa do Brasil. Delegação: Embaixador Vincenzo Petrone, Embaixador da	Realizada em 30/03/04

	Itália no Brasil; Senador Fiorello Provera (<i>Lega Nord</i> - Partido Regional, centro-direita), Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Senhor Filippo Provera - Economista; Senador Francesco Martone (<i>Verdi Ulivo</i> - Partido Verde, coalização de centro-esquerda); Senador Calogero Sodano (<i>UDC</i> - União Democrática Cristã); Senador Stefano Morselli (<i>AN</i> - Aliança Nacional, partido de direita), Estudioso do processo de integração regional, em particular a ALCA; Senador Roberto Manzione (<i>Margherita</i> - Partido Democrático Cristão, coalização centro-esquerda); Senador Enrico Pianetta (<i>FI</i> - Partido Força Itália, coalização centro-direita), Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humano e Conselheiro Daniele Piccione, Consultor Parlamentar.	
Audiência Reservada	Com a presença do Senhor MAURICIO, colaborador brasileiro de agências americanas baseadas no Brasil, para prestar esclarecimentos acerca das declarações publicadas na Revista <i>Carta Capital</i> de 24 de março último.	Realizada em 06/04/04
Audiência Reservada	Com a presença do Senhor CARLOS ALBERTO COSTA, ex-chefe do Escritório do <i>Federal Bureau of Intelligence</i> - <i>FBI</i> - no Brasil, para prestar esclarecimentos acerca das declarações publicadas na Revista <i>Carta Capital</i> de 24 de março último.	Realizada em 28/04/04

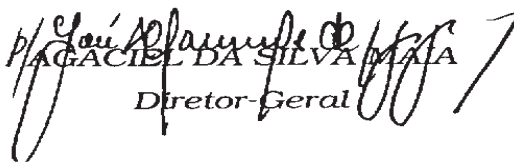
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 757 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004431/04-9,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c" e inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a JOSÉ GERALDO SOARES DA ROCHA, na condição de companheiro, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária a KAMILA ROSSANE ARAÚJO DIAS e YASMIM TALITA SOARES ALMEIDA, na condição de menores sob guarda, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada uma, dos proventos que percebia a ex-servidora KÁTIA ROSSANE RIBEIRO, matrícula 01257, a partir da data do óbito, 19/03/2004.

Senado Federal, 30 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

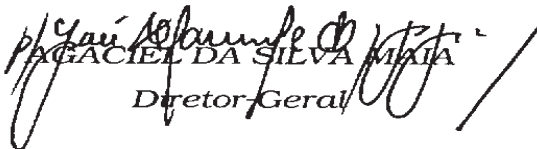
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 758 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 005611/04-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a VERA LÚCIA DE BRITO VERAS, na condição de cônjuge, na proporção de 3/6 (três sextos) e pensão temporária a RAFAELLA DE BRITO VERAS, DANIELLA DE BRITO VERAS e MATHEUS DE BRITO VERAS, na condição de filhos menores, na proporção de 1/6 (um sexto) para cada um, da remuneração que percebia o ex-servidor JOSINETE PESSOA VERAS, matrícula 02370, a partir da data do óbito, 02/04/2004.

Senado Federal, 30 de abril de 2004.

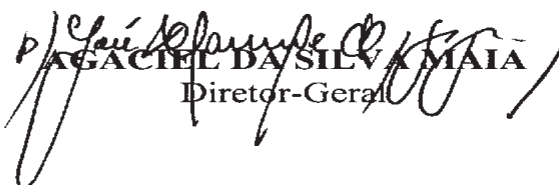

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 759 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005.960/04-5,

R E S O L V E exonerar **RONAN ALVES DE JESUS**, matrícula n.º 33.703, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador João Tenório e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 30 de abril de 2004.

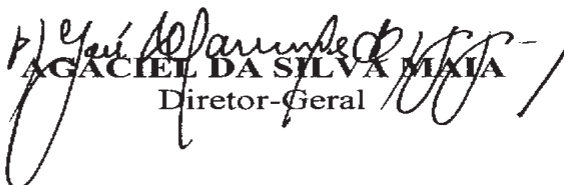

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 760 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.032/04-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **REGINALDO ALVES BRANDESPIN**, matrícula n.º 32.292, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, a partir de 27 de abril de 2004.

Senado Federal, em 30 de abril de 2004.

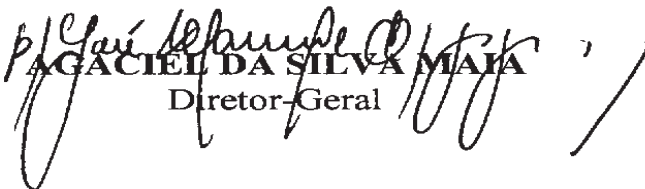

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 761 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.043/04-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ESTELA MEIRA MACIEL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 30 de abril de 2004.

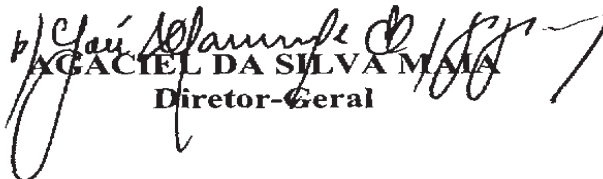

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 762 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 005874/04-1,

RESOLVE dispensar a servidora **EDILAMAR DE OLIVEIRA**, matrícula 0148, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 26 de abril de 2004.

Senado Federal, 30 de abril de 2004.

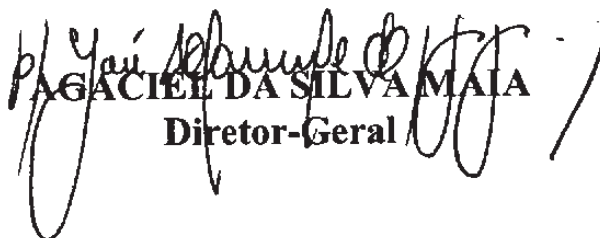

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 763, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005661/04-8,

RESOLVE dispensar a servidora ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS, matrícula 2027, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PL, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Capiberibe, a partir de 20 de abril de 2004.

Senado Federal, 30 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 19.04.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

** Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL -PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 19.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 140 PÁGINAS